

J&F INVESTIMENTOS S. A.

Relatório do auditor Independente
Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018



Investimentos

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

31 de dezembro de 2018



Índice

Pág.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	4
Balanços patrimoniais - Ativo	9
Balanços patrimoniais - Passivo e Patrimônio Líquido	10
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	11
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	13
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	14
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	16
Nota 1 - Contexto operacional	17
Nota 2 - Acordo de colaboração premiada, acordo de leniência e seus impactos nas demonstrações contábeis	23
Nota 3 - Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis	25
Nota 4 - Combinações de negócios	29
Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa	29
Nota 6 - Contas a receber de clientes	29
Nota 7 - Estoques	30
Nota 8 - Ativos biológicos	30
Nota 9 - Impostos a recuperar	32
Nota 10 - Ativos disponíveis para venda	32
Nota 11 - Títulos a receber	36
Nota 12 - Transações com partes relacionadas	37
Nota 13 - Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures"	38
Nota 14 - Imobilizado	41
Nota 15 - Intangível	42
Nota 16 - Ágio	43
Nota 17 - Fornecedores	47
Nota 18 - Empréstimos e financiamentos	47
Nota 19 - Arrendamento financeiro e operacional	51
Nota 20 - Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	52
Nota 21 - Dividendos e juros sobre Capital Próprio	52
Nota 22 - Compromissos com terceiros para investimentos	53
Nota 23 - Imposto de renda e contribuição social	53
Nota 24 - Provisão para riscos processuais	55
Nota 25 - Patrimônio líquido	59
Nota 26 - Receita líquida	60
Nota 27 - Resultado financeiro líquido	60
Nota 28 - Resultado por ação	60
Nota 29 - Segmentos operacionais	61
Nota 30 - Despesas por natureza	63
Nota 31 - Outras receitas (despesas)	63
Nota 32 - Cobertura de seguros	63
Nota 33 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos	64
Nota 34 - Aprovação das demonstrações contábeis	76

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
J & F Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da J&F Investimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações individual e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da J&F Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Rubricado para
fins de identificação
Approach
Auditores Independentes

Ênfase

Acordos de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e Investigação Independente

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2 e 24, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, durante o exercício de 2017, determinados executivos e ex-executivos do Grupo J&F Investimentos S.A. (“J&F”) celebraram Acordos de Colaboração Premiada (“Colaboração”) com a Procuradoria Geral da República. Posteriormente a J&F celebrou Acordo de Leniência (“Acordo”) homologado pelo Ministério Público Federal (“MPF”). Desta forma, com o objetivo de resguardar-se dos impactos financeiros que são integralmente assumidos pela J&F, a Companhia e suas controladas aderiram ao “Acordo”, iniciando-se uma investigação interna em exercícios anteriores, liderada pelo Comitê de Supervisão Independente (“Comitê” ou “CSI”) contando com profissionais especializados, externos e independentes, objetivando investigar os fatos relacionados à Companhia no Brasil e no exterior com relação aos acordos de colaboração premiada, leniência e demais processos em curso no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em setembro de 2020, com base nos resultados apresentados pelos profissionais especializados sobre os diversos documentos apresentados e diante dos relatórios disponibilizados ao MPF, a Administração da Companhia considerou que todos os eventos relatados formam mensurados e devidamente reconhecidos e divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e que, portanto, não há outros eventos que já não tenham sido reconhecidos, ou divulgados ou que possam impactar as demonstrações contábeis até o momento.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC-09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto “não cumprimento de cláusulas contratuais” e pelos possíveis efeitos do assunto “serviços prestados por consultores externos” descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos

Rubricado para
fins de identificação
Approach
Auditoria Independente

10 de junho de 2021

J & F Investimentos S.A.



nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Rubricado para
fins de identificação
Approach
Auditores Independentes

10 de junho de 2021

J & F Investimentos S.A.

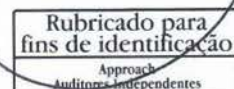


Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.



10 de junho de 2021

J & F Investimentos S.A.



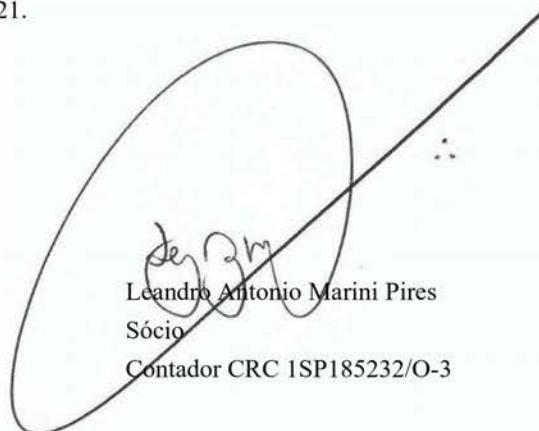
- Avaliamos a apresentação geral a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 10 de junho de 2021.

Approach Auditores
Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0



Leandro Antonio Marini Pires
Sócio
Contador CRC 1SP185232/O-3

* * *

J&F Investimentos S.A.
Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	442.464	862.751	9.407.489	13.139.986
Contas a receber de clientes	6	-	327	9.706.867	9.436.827
Dividendos a receber	21	2.120	51.666	-	-
Estoques	7	-	-	11.452.688	9.815.718
Ativos biológicos	8	-	-	3.190.953	2.767.250
Impostos a recuperar	9	29.242	26.388	2.274.995	1.054.974
Créditos com empresas ligadas	12	38.202	39.843	4.071	277
Derivativos a receber		-	-	52.797	30.760
Ativos disponíveis para venda	10	-	-	1.469.796	817.705
Outros ativos circulantes		4.733	10.664	861.053	884.054
TOTAL DO CIRCULANTE		516.761	991.639	38.420.709	37.947.551
NÃO CIRCULANTE					
Créditos com empresas ligadas	12	-	-	701.297	873.623
Ativos disponíveis para venda	10	1.606.039	1.174.125	10.822.092	10.701.078
Ativos biológicos	8	-	-	1.168.454	967.761
Impostos a recuperar	9	95.357	95.357	9.199.733	7.641.033
Títulos a receber	11	542.144	554.620	542.144	554.620
Investimentos em coligada, controladas , joint ventures e outros	13	13.486.522	13.726.465	194.287	530.311
Propriedades para investimentos		57.607	33.845	57.607	33.845
Imobilizado	14	1.420	1.585	35.688.600	34.188.523
Intangível	15	422.002	422.003	6.590.031	6.285.997
Ágio	16	186.115	11.275	24.702.843	23.200.284
Outros ativos não circulantes		847.705	369.936	1.967.097	2.653.794
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		17.244.911	16.389.211	91.634.185	87.630.869
TOTAL DO ATIVO					
		17.761.672	17.380.850	130.054.894	125.578.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.
Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	18	779	128.645	2.924.730	13.744.297
Acordo de Leniência	2	100.000	100.000	100.000	100.000
Fornecedores	17	7.672	8.739	13.180.212	10.147.975
Débitos com empresas ligadas	12	342.723	155.258	341.944	155.258
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	20	33.576	28.040	4.312.191	4.484.699
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	21	-	-	39.384	531.286
Débito com terceiros	22	-	-	45.537	73.156
Derivativos a pagar		-	-	210.015	118.684
Passivos classificados como mantidos para venda	10	-	-	278.670	23.305
Outros passivos circulantes		39.243	548.158	1.183.654	1.079.282
TOTAL DO CIRCULANTE		523.993	968.840	22.616.337	30.457.942
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	18	-	778	53.232.230	43.733.838
Acordo de Leniência	2	10.600.577	10.290.432	10.600.577	10.290.432
Débitos com empresas ligadas	12	209.466	268.075	177.448	89.405
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	20	-	-	4.604.806	2.662.243
Débito com terceiros	22	-	-	23.676	39.868
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	206.394	186.712	2.562.375	3.478.368
Passivos classificados como mantidos para venda	10	-	-	7.765.374	8.491.228
Provisão para riscos processuais	24	15.284	976	2.751.597	2.936.234
Outros passivos não circulantes		755.786	676.727	1.273.166	1.209.489
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.787.507	11.423.700	82.991.249	72.931.105
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	25				
Capital social		8.627.982	8.207.760	8.627.982	8.207.760
Transações de capital		1.570.901	1.771.095	1.570.901	1.771.095
Reserva de reavaliação		24.471	26.293	24.471	26.293
Outros resultados abrangentes		29.252	(741.650)	29.252	(741.650)
Prejuízos Acumulados		(4.802.434)	(4.275.188)	(4.802.434)	(4.275.188)
Atribuído à participação dos acionistas controladores		5.450.172	4.988.310	5.450.172	4.988.310
Participação de não controladores		-	-	18.997.136	17.201.063
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.450.172	4.988.310	24.447.308	22.189.373
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.761.672	17.380.850	130.054.894	125.578.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	26	1.816	5.657	182.605.414	164.429.482
Custo dos produtos vendidos		(514)	(5.212)	(155.995.205)	(140.118.246)
LUCRO BRUTO		1.302	445	26.610.209	24.311.236
Administrativas e gerais	30	(156.808)	(278.974)	(8.857.657)	(8.619.649)
Com vendas	30	(76.172)	(68.293)	(10.703.563)	(9.160.132)
Outras receitas (despesas)	31	(107.325)	(7.664.644)	(281.338)	(6.621.651)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(340.305)	(8.011.911)	(19.842.558)	(24.401.432)
RESULTADO OPERACIONAL		(339.003)	(8.011.466)	6.767.651	(90.196)
Receita financeira	27	96.817	89.328	1.530.557	2.042.729
Despesa financeira	27	(456.534)	(824.587)	(10.166.279)	(8.478.137)
RESULTADO FINANCEIRO		(359.717)	(735.259)	(8.635.722)	(6.435.408)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(202.102)	1.686.517	(134.496)	(4.451)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(900.822)	(7.060.208)	(2.002.567)	(6.530.055)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	1.201	1.300	245.443	(1.281.345)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(20.821)	178.904	1.140.152	1.538.527
		(19.620)	180.204	1.385.595	257.182
PREJUÍZO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(920.442)	(6.880.004)	(616.972)	(6.272.873)
Resultado líquido de operações descontinuadas	10	412.744	559.893	712.747	947.211
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)		(507.698)	(6.320.111)	95.775	(5.325.662)
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				(507.698)	(6.320.111)
Participação dos acionistas não controladores				603.473	994.449
				95.775	(5.325.662)
Resultado por ações R\$ - Básico e diluído	28	(4,26)	(56,04)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Referência	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo)	DMPL	(507.698)	(6.320.111)	95.775	(5.325.662)
Outros resultados abrangentes					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:					
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	DMPL	2.991	(107.892)	2.991	(107.892)
Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em controladas	DMPL	767.912	977.922	767.912	977.922
Total do resultado abrangente		770.903	870.030	770.903	870.030
Outros resultados abrangentes					
		263.205	(5.450.081)	866.678	(4.455.632)
Total do resultado abrangente atribuível a:					
Acionistas da Companhia		263.205	(5.450.081)	263.205	(5.450.081)
Não controladores		-	-	603.473	994.449
		263.205	(5.450.081)	866.678	(4.455.632)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Transações de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros				Outros resultados Abrangentes		Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
				Legal	Lucros a realizar	Especial de dividendos	Estatutárias para investimento	AAP ¹	AAC ²				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Reapresentado)	8.207.760	2.134.644	28.205	259.024	330.860	205.533	3.163.793	60.043	(1.671.723)	-	12.718.140	16.211.796	28.929.935
Prejuízo líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.320.111)	(6.320.111)	994.449	(5.325.662)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(107.892)	977.922	-	870.030	-	870.030
Total de resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(107.892)	977.922	(6.320.111)	(5.450.081)	994.449	(4.455.632)
Transações de capital	-	(363.549)	-	-	-	-	-	-	-	-	(363.549)	-	(363.549)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.912)	-	-	-	-	-	-	1.912	-	-	-
Destinação de dividendos de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-	(1.916.196)	-	-	-	(1.916.196)	-	(1.916.196)
Destinação de prejuízos acumulados	-	-	-	(259.024)	(330.860)	(205.533)	(1.247.597)	-	-	2.043.014	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.182)	(5.182)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	8.207.760	1.771.095	26.293	-	-	-	-	(47.849)	(693.801)	(4.275.188)	4.988.310	17.201.063	22.189.373
Prejuízo líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(507.698)	(507.698)	603.473	95.775
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	2.991	767.912	-	770.903	-	770.903
Total de resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	2.991	767.912	(507.698)	263.205	603.473	866.678
Aumento de capital	420.222	-	-	-	-	-	-	-	-	-	420.222	-	420.222
Transações de capital	-	(200.194)	-	-	-	-	-	-	-	-	(200.194)	-	(200.194)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.822)	-	-	-	-	-	-	1.822	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.372)	(21.372)	-	(21.372)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.192.600	1.192.600
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	8.627.982	1.570.901	24.471	-	-	-	-	(44.859)	74.111	(4.802.434)	5.450.172	18.997.136	24.447.308

¹ Ajustes de avaliação patrimonial.

² Ajustes acumulados de conversão e variação cambial sobre investimentos no exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) Líquido		(507.698)	(6.320.111)	(718.997)	(6.260.497)
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	8, 14 e 15	204	159	4.864.205	4.551.207
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa		492	59.030	238.817	148.458
Resultado de equivalência patrimonial	13	(210.642)	(2.246.410)	134.496	4.450
Lucro líquido de operações descontinuadas		-	-	-	-
Resultado na venda de imobilizado		-	-	17.392	28.014
Imposto de renda e contribuição social	23	19.620	(180.204)	(1.385.583)	(357.024)
Resultado financeiro líquido	27	359.717	735.259	8.653.795	6.435.406
Provisão para riscos processuais		13.108	(4.139)	90.419	240.662
Resultado na alienação de investimentos		107.325	(3.230.145)	175.983	(4.421.654)
Provisão de Impairment		-	503.142	-	503.142
Provisão referente a parcelamentos - PERT		-	-	2.475.290	1.839.808
Redução ao valor recuperável de ativo		-	-	156.465	(53.147)
Provisões para obsolescência e realização dos estoques		-	-	59.367	-
Plano de opções de ações		-	-	118.105	120.147
Impactos da investigação no âmbito do acordo de leniência		-	69	-	34.621
Parcelamento fiscal estadual		-	-	-	388.589
Atualização do ativo financeiro da concessão		-	-	-	(106.342)
Acordo de Leniência		-	10.250.000	-	10.250.000
		(217.874)	(433.350)	14.879.754	13.345.840
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		1.080	3.485	732.899	(276.957)
Estoques		-	-	(641.215)	58.854
Impostos a recuperar		(1.682)	125.953	(684.099)	170.220
Débitos com empresas ligadas		-	-	(1.343)	-
Ativos biológicos		-	-	(1.501.889)	(1.103.837)
Titulos a receber		20.261	(511.914)	20.261	(511.914)
Outros ativos circulantes e não circulantes		(355.842)	(312.560)	(670.145)	(479.507)
Fornecedores		(1.179)	(798)	1.858.016	(894.247)
Pagamento de Acordo de Leniência		(100.000)	(50.000)	(100.000)	(50.000)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(399.113)	(474.878)	(3.512.051)	(2.152.832)
Ativos mantidos para venda		-	-	6.906	-
Variações em ativos e passivos operacionais		(836.475)	(1.220.712)	(4.499.566)	(5.240.220)
Juros pagos		(6.256)	(599.219)	(4.422.291)	(4.625.702)
Juros recebidos		35.531	22.079	410.363	442.350
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(7.277)	(923.522)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.025.074)	(2.231.202)	6.360.983	2.998.746
Caixa líquido gerado pelas atividades de operações descontinuadas		-	-	2.290.863	700.937
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições no ativo imobilizado	14	(83)	(338)	(2.910.357)	(3.134.879)
Baixa de ativo imobilizado		45	-	327.760	234.102
Adições no ativo intangível		-	-	(65.990)	(20.402)
Baixa de ativo intangível		-	-	9.400	3.448
Alienação de Investimentos		492.368	6.580.274	24.240	9.874.537
Transações com partes relacionadas		365.847	(337.253)	829.269	(26.358)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição		-	-	(46.171)	(1.858.833)
Caixa líquido de ativos classificados como mantidos para venda		-	-	622.235	(52.898)
Recebimento de dividendos		45.828	123.811	85.297	10.000
Desconsolidação de investimento em controlada		-	-	(224.685)	(1.131.521)
Transação de capital		-	-	1.460	-
Aumento de capital em controladas		(169.389)	-	(169.389)	-
Ativo contratual da concessão (construção)		-	-	28.464	-
Outros		-	-	-	(18.058)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		734.616	6.366.494	(1.488.467)	3.879.138
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de operações descontinuadas		-	-	(271.034)	(743.435)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos captados		-	894.576	10.925.327	27.273.479
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(130.305)	(4.378.908)	(20.586.949)	(31.764.349)
Pagamentos de dividendos		-	-	(160.522)	(59.273)
Derivativos recebidos (pagos)		-	-	132.083	95.304
Pagamento de dividendos não controladores		-	-	(8.213)	(8.481)
Contribuição da PPC México de não-controladores		-	-	5.414	-
Aquisição de ações de emissão própria		-	-	(499.094)	(317.123)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	(189.152)	85.405
Outros		-	(138)	6.800	18.761
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(130.305)	(3.484.470)	(10.374.306)	(4.676.277)

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos de operações descontinuadas

Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa

Variação líquida	(420.287)	816.638	(3.732.500)	1.477.669
Caixa e equivalentes de caixa inicial	862.751	46.112	13.139.989	11.662.317
Caixa e equivalentes de caixa final	442.464	862.750	9.407.489	13.139.986

Transação não-caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Transferência investimento negativo	755.786	680.014	-	-
Baixa de IR diferido contra investimentos	-	-	-	(72.467)
Reclassificação dos investimentos para ativos classificados como mantido para venda	(1.606.039)	(1.174.125)	(12.291.888)	(1.771.809)
Cessão de créditos tributários JBS	-	31.688	-	-
Compensação de partes relacionadas com aquisição de créditos tributários	-	249.994	-	-
Compensação de débitos PERT com créditos tributários	-	-	372.554	1.460.932
Exercício de opções de ações	-	-	66.938	-
Estorno de compensação de Impostos a Recuperar com Obrigações Trabalhistas	-	-	169.258	1.659.460
Dividendos declarados não pagos	35.268	455.490	5.984	531.286
Aumento de intangível e baixa de ativo disponível para venda	-	-	74.218	-
Baixa de adiantamento a fornecedores para aquisição de imobilizado	-	-	-	(224.143)
Adições de ativo imobilizado sem efeito caixa	-	-	-	(18.562)
Adições de ativo intangível sem efeito caixa	-	(411.520)	-	(411.520)
Total	(814.985)	(168.459)	(11.602.936)	2.692.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.168	6.192	184.466.118	166.518.287
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(107.325)	3.092.919	(147.640)	3.288.000
Recuperação (perda) estimada com crédito de liquidação duvidosa	(492)	(59.031)	(238.817)	(148.460)
	(105.649)	3.040.080	184.079.661	169.657.827
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(515)	(5.212)	(113.840.721)	(103.467.118)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(123.012)	(395.279)	(30.375.493)	(26.475.730)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	(3.805)	14.278
Outras	-	-	(2)	(4.268)
	(123.527)	(400.491)	(144.220.021)	(129.932.838)
Valor adicionado bruto	(229.176)	2.639.589	39.859.640	39.724.989
Depreciação e Amortização	(166)	(159)	(4.864.199)	(4.532.740)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(229.342)	2.639.430	34.995.441	35.192.249
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(202.102)	2.094.999	(134.496)	(4.451)
Receitas financeiras	96.817	89.328	1.530.576	2.042.805
Resultado de operações descontinuadas	412.744	151.411	712.747	947.211
Outras	-	(503.142)	(59.930)	447.463
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	78.117	4.472.026	37.044.338	38.625.277
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	41.769	26.773	18.566.641	16.472.189
Benefícios	610	719	3.269.523	2.872.456
FGTS	1.430	1.020	286.990	269.096
	43.809	28.512	22.123.154	19.613.741
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	94.656	9.945.035	1.878.999	12.569.905
Estaduais	466	167	1.512.488	1.843.374
Municipais	110	185	18.679	28.537
	95.232	9.945.387	3.410.166	14.441.816
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	445.238	812.093	9.798.910	8.305.536
Aluguéis	1.536	6.145	960.178	769.036
Outras	-	-	656.156	820.813
	446.774	818.238	11.415.244	9.895.385
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	-	-	1	112.100
Dividendos	-	-	(5.985)	126.873
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	(507.698)	(6.320.111)	(97.645)	(6.559.085)
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	199.403	994.447
	(507.698)	(6.320.111)	95.774	(5.325.665)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	78.117	4.472.026	37.044.338	38.625.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A J&F Investimentos S.A. (J&F ou Companhia), com sede no Brasil é uma sociedade anônima fechada, que tem como propósito, investir e desenvolver seus negócios. A sede da Companhia é localizada na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, São Paulo, Brasil.

As demonstrações contábeis a seguir apresentadas, incluem além das operações individuais da Companhia no Brasil, as atividades de suas controladas. A seguir segue quadro resumo dos principais investimentos e atividades:

Denominação utilizada	Atividades	Unidades	Estado/Pais	Participação	Percentual 2018
JBS S.A (JBS)	Principais atividades no Brasil - Processamento de bovinos: abate, frigorificação, industrialização e produção de conservas e subprodutos derivados de carnes. - Industrialização, beneficiamento e comercialização de couros. - Produção e comercialização de latas de aço, resinas plásticas, massa base para produção de sabão e sabonete, sabão e sabonete em barra, biodiesel, glicerina, oleína, ácido graxo, colágeno e envoltório derivado de tripa bovina; gerenciamento de resíduos industriais; compra e venda de grãos de soja, sebo, óleo de palma, soda cáustica, estearina; operações próprias de transporte; prestação de serviço de industrialização de biscoito para cães; venda direta ao consumidor de carnes e itens correlatos através de lojas denominadas "Mercado da Carne"; produção, cogeração e comercialização de energia elétrica. - Centros de distribuição e terminais portuários. - Processamento de aves e suínos: criação e abate; industrialização e comercialização de carnes e produtos alimentícios; e fabricação de rações e concentrados. - Industrialização, beneficiamento e comercialização de couro wet blue. - Comercialização de energia. - Prestação de serviço de engorda de bovinos. - Fabricação de Beef Jerky.	139	AC, BA, CE, ES, DF, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP E TO	Direta e Indireta	37%
	Principais atividades no Exterior - Processamento de bovinos, suínos e ovinos: abate, frigorificação, industrialização e subprodutos derivados. - Processamento de aves: criação, abate, industrialização e comercialização de produtos alimentícios. - Prestação de serviço de engorda de bovinos. - Serviços de transporte. - Trading de produtos "in natura" e processados de carne bovina, suína, ovina e frango para venda na União Europeia. - Trading para o mercado europeu, comercialização de carne cozida congelada, operações de logística, armazenagem. - Produção e venda de Bresaola. - Industrialização de couro semi acabado e acabado. - Industrialização de couros wet blue, semi acabado e acabado. - Trading de produtos derivados de proteína animal.	261	Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, Estados Unidos da América, Holanda, Hong Kong, Itália, Luxemburgo, México, Reino Unido, Paraguai, Uruguai.		
PicPay	Principais atividades no Brasil - Solução de pagamentos entre pessoas físicas e jurídicas	1	ES	Direta	51%

Denominação utilizada	Atividades	Unidades	Estado/Pais	Participação	Percentual 2018
Eldorado Brasil Celulose S.A. (ELDORADO)	Principais atividades no Brasil	47	SP, GO, MS, MT, MG	Direta	50,6%
	Principais atividades no Exterior	4	Áustria, China e Estados Unidos da América		
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A (FLORA)	Principais atividades no Brasil	5	GO, SP, SC, MG, RJ	Direta e Indireta	69,9%
Âmbar Energia Ltda. (ÂMBAR)	Principais atividades no Brasil	1	SP e MT	Direta	100%
	- Holding de Investimentos com foco em projetos estruturados nos setores de energia;				
	- Prestação de serviços de operação e manutenção de usinas térmicas,				
	- Geração, transmissão e comercialização de energia,				
Flora Urbanismo Ltda. (FLORA URBANISMO)	Principais atividades no Brasil	2	SP, MT	Direta	100%
	- Compra e venda, locação, loteamentos e arrendamentos de imóveis comerciais e residenciais.				
Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (FIP CAIXA MILÃO)	Principais atividades no Brasil	1	SP	Direta e Indireta	100%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados (FIDIC)	Principais atividades no Brasil	1	SP	Direta e Indireta	100%
Gasocidente do Mato Grosso Ltda (GASOCIDENTE)	Principais atividades no Brasil	1	MT	Direta e Indireta	100%

1.1 Eventos Subsequentes

1.1.1 Efeitos do surto de COVID-19 nos principais negócios

A Companhia acompanha o andamento da pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo, comprometendo-se a manter a segurança de seus colaboradores adotando o protocolo de segurança no escritório matriz tais como, redução sensível dos funcionários que estão trabalhando fisicamente, aferição de temperatura e dispense de álcool em gel na entrada do escritório, desinfecção do escritório no final do expediente, bem como acompanhando as medidas tomadas em todos os seus negócios, como abaixo descrito:

A subsidiária JBS afirma que vem monitorando os desdobramentos do surto coronavírus pelo mundo, com o objetivo de preservar a segurança de seus colaboradores e mapear os reflexos da pandemia em seus negócios. Neste sentido, a JBS constituiu um comitê global de crise para tratar dos impactos da pandemia da Corona Virus Disease 2019 (Covid-19) em suas operações, composto pelo Sr. Gilberto Tomazoni (CEO Global), Guilherme Cavalcanti (CFO Global), André Nogueira (CEO Estados Unidos), Wesley Mendonça Batista Filho (CEO América do Sul), Brent Eastwood (CEO Austrália), Eduardo Noronha (Recursos Humanos Global), e Cameron Bruett (Relações Institucionais). Determinadas medidas e protocolos preventivos e reativos foram adotados pela JBS em seus escritórios corporativos e unidades produtivas a fim de proteger a saúde e o bem estar de todos os stakeholders.

No período houve maior volatilidade nas taxas de câmbio e preços de commodities para a subsidiária JBS, em parte devido às incertezas advindas do Covid-19, bem como em função das medidas tomadas por governos e bancos centrais. A Administração da Companhia espera que a volatilidade das taxas de câmbio e preços de commodities continue no

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

decorrer do exercício de 2021, todavia não consegue estimar a duração, extensão ou impactos de tal volatilidade, cabendo ressaltar que a Companhia pode se utilizar de instrumentos financeiros a fim de mitigar tais exposições às essas volatilidades.

No âmbito dos negócios da subsidiária Eldorado, vale destacar que possui vendas bem distribuídas nos diversos continentes com venda para mais de 150 clientes em mais de 40 países ao redor do Mundo, de forma pulverizada, evitando grandes concentrações em um único cliente, grande parte lastreadas em contratos de longo prazo. A Eldorado entende que caso ocorra redução do crescimento da demanda global, que venha a afetar a demanda por papel e celulose no curto prazo, tal cenário ratificaria a capacidade e o compromisso da Eldorado de entregar seus resultados de forma sólida e consistente, uma vez que quase a totalidade de suas vendas são denominadas em dólares, funcionando como um hedge natural para momentos de volatilidade exacerbada nos mercados globais, fato este que blindaria a Eldorado inclusive em possíveis eventos de escassez global de crédito e financiamentos. Quanto à rolagem de dívidas de curto prazo com os bancos que possuem linhas de crédito, até o momento não tiveram indicativo negativo na rolagem das dívidas existentes. No que diz respeito a logística internacional da Eldorado, importante ressaltar que grande parte das exportações tem a transferência de propriedade para o cliente no porto de destino, sem a necessidade de realizar a logística interna para o mesmo. Porém, para garantir o nível de serviço pactuado, a Eldorado trabalha com estoques de segurança nos principais Terminais em países de cada um dos continentes que vendem (EUA, Canada, Holanda, Alemanha, Itália, Espanha, França e China), podendo operar com os modais ferroviário, rodoviário e até hidroviário, nos casos onde a entrega final é de responsabilidade da Eldorado. Por fim, reforçamos que a Eldorado possui flexibilidade logística ímpar, a partir dos contratos de longo prazo com armadores de navios Break Bulk e também containers, dedicados para transporte de celulose, garantindo segurança, capilaridade, flexibilidade e competitividade.

Desde o início da crise sanitária a subsidiária Eldorado tem agido em uma frente ampla para minorar os efeitos negativos da doença sobre seus colaboradores, as comunidades das regiões onde a empresa atua e o conjunto da sociedade. Foi assegurada a toda força de trabalho à segurança necessária ao desempenho de suas atividades, por meio de investimentos em equipamentos de proteção individual (EPI), e da adoção de protocolos de biossegurança elaborados com especialistas da área em conformidade com as diretrizes das autoridades públicas. A Eldorado fez também doações expressivas a municípios do sul-mato-grossense e paulista, adquiriu, e distribuiu cestas básicas e EPIs e testes para diagnósticos da doença, foram investidos mais de 13 milhões na compra e doações destes itens. Apoiar a rede pública de saúde a enfrentar o mais grave desafio do século; por outro lado, ajudou os brasileiros mais vulneráveis a enfrentarem a mais aguda das crises econômica e social causada pela pandemia. Essas medidas decorrerem de nosso compromisso com o bem estar das comunidades das regiões onde atuam.

No âmbito dos negócios da subsidiária Âmbra, a Administração está monitorando os desdobramentos do surto do coronavírus com o objetivo de adequar sua operação e preservar a segurança de seus colaboradores, tendo implementado algumas alterações na gestão de seus negócios, tais como implantação de protocolo de segurança na recepção com aferição de temperatura, dispenser de álcool e distanciamento entre os lugares de cada colaborador, instalação de divisória de acrílico e desinfecção após o expediente, não houve até o momento impactos em sua operação em função do surto do corona vírus.

Em março de 2020, a Administração da subsidiária Flora passou a avaliar de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e implementou uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade e aos seus colaboradores, bem como de atender as diversas determinações das autoridades governamentais onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia. Para proteger sua liquidez, a Flora fortaleceu a posição de caixa através da captação de linhas de crédito bancárias, bem como em mercado de capitais. A Companhia vem revisando de forma sistemática os possíveis impactos da crise na sua linha de contas a receber, em função do aumento do risco de crédito, com o objetivo de garantir a sustentabilidade da cadeia e apoiar sua rede de clientes, onde também não identificou nenhuma mudança significativa. Desde o primeiro momento da divulgação dos protocolos sanitários pelas autoridades competentes, a Flora manteve parcela dos funcionários em casa respeitando as medidas tomadas pelas autoridades. Tais medidas preventivas permitiram a empresa a obter um baixo índice de afastamentos com suspeita ou confirmação da COVID19, principalmente pela disseminação interna do vírus. O custo de mão de obra e demais despesas de fabricação não tiveram impactos diretos significativos relacionados ao do período de março a dezembro de 2020. Em relação aos seus custos diretos de matéria prima, a indisponibilidade momentânea no mercado de algumas matérias primas, tais como papelão, lata metálica, e os principais insumos do plástico como os polietilenos e polipropilenos, acabaram pressionando o preço desses insumos, fazendo com que os custos desses produtos sofressem um impacto direto. No período de abril a dezembro de 2020 a Flora efetuou doações de produtos, dinheiro e outros materiais, em parceria com institutos como Sociedade Beneficente Israelita Hospital Albert Einstein, Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD). A Administração da Flora tem analisado de forma constante a continuidade dos negócios e preservação do seu ecossistema e de toda sua cadeia de produção e abastecimento, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

A Companhia acompanha o andamento da pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo, comprometendo-se a voltar ao mercado caso o cenário acima sofra alteração.

1.1.2 Principais assuntos relevantes do período da Companhia e suas subsidiárias

(a) Em 17 de janeiro de 2018, a subsidiária indireta JBS USA firmou acordo para a alienação da totalidade das operações de confinamento da Five Rivers Cattle Feeding nos Estados Unidos da América ("Five Rivers EUA") para afiliadas da Pinnacle Asset Management, L.P. ("Pinnacle-Arcadia"), por aproximadamente US\$ 200.000, incluindo o valor de mercado do estoque de silagem e grãos na data do fechamento e sujeito a ajuste pela variação do capital de giro também na data do fechamento ("Alienação"). Em conjunto com a aquisição das ações da Five Rivers EUA, o comprador firmará contrato de longo prazo para fornecimento de gado às unidades de abate do grupo JBS em território norte americano. Conforme anunciado ao mercado através de Fato Relevante em 16 de março de 2018, a operação de alienação foi concluída, desta forma estava concluído o programa de desinvestimento da subsidiária JBS.

(b) Em fevereiro de 2018, subsidiária JBS aderiu a um programa de parcelamento ordinário para quitar o INSS dos meses de agosto a dezembro de 2017 no saldo de R\$ 169.258, com multa e juros, totalizando R\$ 206.571, sendo pago 10% de entrada e o residual em 59 parcelas. Com esse parcelamento os créditos de PIS/Cofins voltam a constar no ativo da subsidiária JBS.

(c) Em fevereiro de 2018, a subsidiária da JBS, JBS USA anunciou a precificação das Notas Sênior (bonds) em um montante total de US\$ 900 milhões, com cupom de 6,75% a.a e vencimento em 2028. Em 15 de fevereiro de 2018, a operação foi concluída. Os recursos captados serão utilizados para as necessidades usuais de fluxo de caixa da subsidiária incluindo o pagamento de uma parcela das linhas de crédito rotativas e garantidas da JBS USA.

(d) Em abril de 2018, por meio da controlada indireta da JBS, Scott Technology, a subsidiária JBS adquiriu 100% da participação acionária do Alvey Group (Alvey) pelo montante pago em caixa de R\$ 46.445 (US\$ 13.400), sujeito a ajustes de capital de giro. A Alvey é especializada em automação totalmente integrada e sistemas robóticos projetados para aumentar a eficiência na produção onde o manuseio de embalagens secundárias, produtos semi-acabados ou acabados está envolvido. O ágio gerado nessa combinação de negócios de R\$ 39.656 (US\$ 11.441) não é elegível para dedutibilidade fiscal nos Estados Unidos da América. Essa aquisição não foi detalhada em nota explicativa específica de combinação de negócios por ser considerada imaterial.

(e) Em conformidade com o Acordo de Normalização da dívida, firmado em 14 de maio de 2018 pela subsidiária JBS, foi determinado de forma bilateral a prorrogação do vencimento do Principal de todas as modalidades de dívidas em aberto na data do acordo com os Bancos Signatários para julho de 2021, no montante de aproximadamente R\$ 12,2 bilhões, sendo que os juros foram atualizados e pagos conforme taxa e prazos estabelecidos nos contratos iniciais. O ágio também estabelecia a amortização aproximada de 25% do Principal da dívida a partir de janeiro de 2019 até o término da vigência do Acordo de Normalização em julho de 2021. Em setembro de 2019, a JBS, a Seara Alimentos

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

e algumas de suas subsidiárias, e algumas subsidiárias da divisão global de couros da JBS concluíram o pagamento da totalidade dos saldos de todas as dívidas que a Companhia e estas subsidiárias mantinham junto a cinco instituições financeiras e/ou suas respectivas afiliadas sob várias linhas de crédito cobertas pelo Acordo de Normalização.

(f) Em junho de 2018, por meio da controlada indireta da JBS, Scott Technology, a subsidiária JBS adquiriu 100% da participação acionária da Transbotics Corporation (Transbotics) pelo montante de R\$ 12.870 (US\$ 3.400), sujeito a ajustes de capital de giro. A Transbotics fornece design, instalação e suporte de veículos e carrinhos guiados automaticamente para fornecer soluções de manuseio de materiais para produção e armazenagem. O ágio gerado nessa combinação de negócios no montante de R\$ 19.173 (US\$ 5.065), é elegível para dedutibilidade fiscal nos Estados Unidos da América. Essa aquisição não foi detalhada em nota explicativa específica de combinação de negócios por ser considerada imaterial.

(g) Conforme divulgado ao mercado em junho de 2018 pela subsidiária JBS, a subsidiária indireta JBS USA concluiu a captação adicional ao Term Loan B já emitido pela JBS USA, no montante de R\$ 1,9 bilhão (US\$ 500.000), com uma taxa de LIBOR + 2,5% e vencimento em outubro de 2022. A JBS USA optou por expandir o montante inicial de US\$ 450.000 para US\$ 500.000 e obteve um custo de 25bps (pontos base) melhor em relação ao inicialmente indicado, ambos devido à uma demanda mais de 2,5 vezes superior à originalmente prevista. Todos os recursos levantados serão destinados ao pagamento da dívida nos Estados Unidos e para as necessidades usuais de fluxo de caixa.

(h) Em junho de 2018 a Companhia adquiriu do Banco Original créditos detidos pelo Original com devedores diversos pelo valor de R\$ 166 milhões nos termos do contrato de cessão de direitos, sendo com pagos com R\$ 166 milhões através de participações de 50% da Companhia no Colorado Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP Colorado) que refere-se a 13,99% da participação indireta que a Companhia detinha na FLORA e os R\$ 50 milhões restantes pagos em dinheiro em 2018.

(i) Em julho de 2018, foi concluída a venda dos ativos de confinamento da JBS Canadá, pelo montante recebido de aproximadamente R\$ 7.920 (CAD\$ 2.700). A venda desses ativos faz parte do programa de desinvestimento anunciado pela subsidiária JBS em 2017.

(j) Em de julho de 2018, uma planta da subsidiária JBS de processamento de suínos localizada nos Estados Unidos da América, na cidade de Marshalltown, Iowa, foi atingida por um tornado e foi desativada por um determinado período, voltando a operar posteriormente. As perdas apuradas durante o terceiro trimestre em virtude desse acontecimento é de aproximadamente US\$ 5,6 milhões (R\$ 22,2 milhões) e estão incluídas na linha de outras despesas.

(k) Em julho de 2018, controlada da JBS, Pilgrim's Pride Corporation (PPC) firmou o quarto aditivo do contrato de uma linha de crédito com o CoBank. O novo aditivo prevê um valor de R\$ 2,9 bilhões (US\$ 750.000) de crédito rotativo e um empréstimo de R\$ 1,9 bilhões (US\$ 500.000). A PPC utilizou os recursos, juntamente com o dinheiro em caixa, para pagar os empréstimos em aberto. Sob o novo aditivo, a data de vencimento do empréstimo rotativo e os empréstimos a longo prazo foram prorrogados de 6 de maio de 2022 para 20 de julho de 2023. O novo contrato possibilita a PPC aumentar a disponibilidade de créditos rotativos em R\$ 4 bilhões (US\$ 1,25 bilhões), sujeito ao cumprimento de determinadas cláusulas restritivas.

(l) Em setembro de 2018 a subsidiária JBS antecipou o pagamento das parcelas do Acordo de Normalização, que venceriam em 2019 e 2020, em um montante de R\$ 2,0 bilhões.

(m) Em outubro de 2018, a subsidiária indireta da JBS, JBS Investments II GmbH, captou US\$ 500.000 (R\$ 1,9 bilhões) referente a precificação das notas sêniores com vencimento em 2026, com a JBS como garantidora. A subsidiária JBS utilizou os recursos captados, juntamente com recursos disponíveis em caixa, recomprou as notas da própria Companhia com vencimento em 2020 e remuneração de 7,00%, no montante de US\$ 1,0 bilhão (R\$ 3,8 bilhões).

(n) Em outubro de 2018, controlada da JBS, a JBS Lux, a JBS Australia, a JBS Food Company e a JBS Food Canada celebraram uma linha de crédito rotativo ("Linha de Crédito Rotativo") com o Royal Bank do Canadá, como agente administrativo, e outros credores. A Linha de Crédito Rotativo estabelece uma disponibilidade de US\$ 900 milhões (R\$ 3,6 bilhões) sob um compromisso de linha rotativa com vencimento em 12 de outubro de 2023. A Linha de Crédito Rotativo está disponível em três tranches de US\$ 650 milhões (R\$ 2,6 bilhões), US\$ 175 milhões (R\$ 700 milhões) e US\$ 75 milhões cada (R\$ 300 milhões), e em condições e preço similares à operação anterior.

(o) Em 18 de outubro de 2018, JBS Investments II GMBH, subsidiária integral da JBS, emitiu US\$ 500 milhões (R\$ 2 bilhões) em notas sêniores com vencimento em janeiro de 2026 com cupom de 7,0%. Em 29 de outubro de 2018 a JBS concluiu a recompra da totalidade do montante principal agregado de US\$ 1 bilhão (R\$ 4 bilhões) das Notas Sêniores com vencimento em 2020, que possuíam cupom de 7,750% ao ano, por meio da utilização dos recursos provenientes das Notas Sêniores 2026 juntamente com recursos disponíveis em caixa.

(p) Em 29 de outubro, a subsidiária da JBS, JBS USA anunciou uma oferta de recompra de até US\$ 500 milhões (R\$ 2 bilhões) de suas Notas com vencimento em 2021, que possuem cupom de 7,250% e montante total de US\$ 1,15 bilhão (R\$ 4,6 bilhões). Em 29 de outubro de 2018 a JBS USA concluiu a recompra por meio da utilização de recursos disponíveis em caixa, do montante principal agregado de aproximadamente US\$ 488 milhões (R\$ 1,95 bilhões) das suas Notas Sêniores com vencimento em 2021 e cupom de 7,25% ao ano, permanecendo um saldo de principal de cerca de US\$ 662 milhões (R\$ 2,65 bilhões).

(q) A subsidiária JBS fez adesão ao PRR em 2018 no montante de R\$ 2,4 bilhões, sendo que nenhuma provisão havia sido registrada para essa contingência, pois a probabilidade de perda era considerada como possível.

(r) Em Dezembro de 2018 a Companhia adquiriu 80% de quotas de participação na empresa Original Corporate Corretora de Seguros Ltda (Original Corretora). A aquisição foi feita pelo valor de mercado de R\$ 178 Milhões do Banco Original e o pagamento da compra foi concluído em 2019.

(s) Em 17 de Dezembro de 2018 foi assinado entre a subsidiária Âmba, sua controlada Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão (FIP Milão) e a compradora Transmissoras Aliança Energia Elétrica S.A (TAESA) o acordo para compra e venda de 100% das ações representativas do capital das transmissoras São Pedro, São João, Vale do São Bartolomeu e Triângulo Mineiro, o closing da operação ocorreu em 14 de fevereiro de 2020.

(t) Em fevereiro de 2019, por meio de sua controlada indireta Andrews Meat Industries Pty. Limited ("Andrews Meat"), a subsidiária JBS adquiriu 60% da participação acionária da White Stripe Foods Pty. Ltd ("White Stripe") pelo montante pago em caixa de R\$ 21.010 (US\$ 5.625) sujeito a ajustes de capital de giro. A White Stripe expande a rede de distribuição internacional de serviços de alimentação e redes de varejo. O ágio gerado nessa combinação de negócios de R\$ 21.025 (US\$ 4.925) não é elegível para dedutibilidade fiscal nos Estados Unidos da América.

(u) Em março de 2019, por meio de sua controlada indireta Swift Beef Company ("Swift Beef"), a subsidiária JBS adquiriu 100% da participação acionária da Imperial Beef, LLC ("Imperial Beef") pelo montante pago em caixa de R\$ 21.362 (US\$ 5.483) sujeito a ajustes de capital de giro. A Imperial Beef proporciona aquisição de carnes de primeira linha. Não foi gerado ágio na operação.

(v) Em março de 2019, por meio de sua controlada direta Seara Alimentos, a subsidiária JBS adquiriu 100% da participação acionária da SAFRIO Serviços de Armazenagem Frigorificadas Ltda., sendo R\$ 5.417 pago em caixa e R\$ 125.708 diferidos em parcelas reconhecidas sobre a rubrica "Compromissos com terceiros para investimentos". A SAFRIO tem como principal negócio um centro de distribuição e armazenagem de produtos destinados a exportação via portos do Estado de Santa Catarina. O ágio gerado nessa combinação de negócios foi de R\$ 74.338. O ágio gerado nas combinações de negócio no Brasil somente é elegível para dedutibilidade fiscal pela incorporação ou alienação dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

(w) Em abril de 2019, por meio de sua controlada direta Seara Alimentos, a subsidiária JBS assinou um contrato de compra e venda de uma processadora de suínos incluindo sistemas de integração com a Adelle Indústria de Alimentos Ltda., localizados no Estado do Rio Grande do Sul. O preço em contrapartida da aquisição dos ativos é de R\$ 235.000, sendo: R\$ 80.000 por meio de dação em pagamento do Frigorífico Frederico, localizado em Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul e o restante foi pago em caixa e assunção de dívidas. A data efetiva de aquisição foi em 1 de agosto de 2019.

(x) Em abril de 2019, por meio de suas controladas JBS USA, JBS USA Finance, Inc. e JBS USA Food Company, a subsidiária JBS realizou a reabertura e precificou as notas com vencimento em julho de 2024, julho de 2025, e abril de 2029. As Notas serão garantidas pela subsidiária JBS e são parte de sua estratégia de liability management. A JBS utilizou os recursos da transação, juntamente com saldo em caixa, para amortização de R\$ 3,9 bilhões (US\$ 1 bilhão) do saldo do Term Loan da JBS USA, com vencimento em outubro de 2022. E, por meio de sua controlada indireta JBS USA, a JBS captou R\$ 7,2 bilhões (US\$ 1,9 bilhão) em linha de crédito garantida com custo de LIBOR + 2,50% e vencimento em 2026. Com os recursos provenientes desta captação, a JBS USA liquidou o saldo do Term Loan B com vencimento em 2022.

(y) Em 2 de abril de 2019, a subsidiária JBS anunciou através de fato relevante que realizou, por meio de sua controlada direta JBS Investments GmbH II, a reabertura das notas com vencimento em janeiro de 2026 ("Notas 2026"). As Notas 2026 serão garantidas pela JBS que pretende utilizar os recursos da transação para alongamento do perfil de vencimento de suas dívidas, por meio do pagamento de dívidas com vencimento em prazo mais curto.

(z) Em 22 de abril de 2019, por meio de sua controlada JBS USA Lux, a subsidiária JBS notificou o agente fiduciário sobre as Notas Sêniores com vencimento em 2021 da intenção de resgatar R\$ 1,7 bilhões (US\$ 416.600). O resgate dessas notas irá ocorrer em 1 de junho de 2019 e será igual ao valor do principal das notas a serem resgatadas mais juros acumulados, a partir da data de resgate.

(aa) Em maio de 2019, a subsidiária Eldorado captou Cédulas de Crédito Bancário à taxa pré-fixada.

(ab) Em maio de 2019, a controlada indireta JBS USA anunciou um plano no montante de R\$ 379.610 (US\$ 95.000) de investimentos para expansão na sua unidade de produção de carne bovina em Grand Island, no Nebraska, Estados Unidos da América. O projeto inclui novas e melhoradas áreas de manejo animal, instalações de chão de fábrica modernas, com controle de temperatura, além da reconfiguração da fábrica de forma a melhorar a experiência entre os colaboradores, a segurança do alimento e a qualidade do produto. O projeto de expansão irá permitir que a subsidiária JBS se capitalize de forma estratégica na crescente demanda por carne bovina americana de alta qualidade e por produtos de valor agregado de carne bovina.

(ac) Em maio e junho de 2019, a subsidiária JBS realizou o pagamento de aproximadamente R\$ 4,981 bilhões (US\$ 1,300 bilhão) relativos à amortização de parte das dívidas reguladas pelo Acordo de Normalização e mantidas junto às instituições financeiras signatárias no Brasil. Esse pagamento reflete a estratégia da subsidiária JBS de reduzir o montante das suas dívidas que possuem garantias e consequentemente de suas despesas financeiras.

(ad) Entre junho e agosto de 2019, a subsidiária JBS captou um empréstimo de aproximadamente R\$ 450 milhões no mercado financeiro com prazo de vencimento de 18 meses, com objetivo de capital de giro e investimentos em suas controladas, o vencimento final deste empréstimo foi aditado em dezembro de 2020 para julho de 2023.

(ae) Em 23 de julho de 2019, a subsidiária JBS anunciou que, por meio de sua controlada direta JBS Investments II GmbH, realizou a emissão e precificação de notas sênior em um valor total de R\$ 2,8 bilhões (US\$ 750.000), com taxa de 5,75% ao ano e vencimento em 2028. Adicionalmente, a JBS USA, por meio de suas controladas JBS USA Lux S.A., JBS USA Finance, Inc. e JBS USA Food Company, realizou a emissão e precificação de notas sênior em um montante total de R\$ 4,7 bilhões (US\$ 1,25 bilhão), com taxa de 5,50% e vencimento em 2030. As notas serão garantidas pela subsidiária JBS. Os recursos obtidos com as transações serão utilizados para o resgate de duas notas sêniores da JBS. O primeiro sendo de até R\$ 1,3 bilhão (US\$ 350.000) do saldo da Nota Sênior com vencimento em 2023 (taxa de 6,25% ao ano), e o segundo para o resgate integral do saldo da nota sênior de R\$ 2,8 bilhões (US\$ 750.000) com vencimento em 2024 (taxa de 7,25% ao ano). O restante dos recursos captados serão utilizados para pagamento de dívidas com vencimentos mais curtos, incluindo dívidas referentes ao Acordo de Normalização.

(af) Em 30 de julho de 2019, a subsidiária JBS anunciou um investimento de R\$ 180.000, por meio de sua controlada direta Seara Alimentos, na construção de uma fábrica de biodiesel em Mafra, Santa Catarina, com início de operação previsto para 2021. Essa fábrica dobrará a capacidade produtiva com a fábrica em Santa Catarina, a qual deve superar os 600 milhões de litros/ano.

(ag) Em 1 de agosto de 2019, a subsidiária JBS anunciou que, por meio de sua controlada direta Seara Alimentos, concluiu a compra de uma processadora de suínos, incluindo sistema de integração, localizados no município de Seberi (RS), no montante de R\$ 235.000, sendo: R\$ 80.000 por meio de dação em pagamento do Frigorífico Frederico (avaliado em aproximadamente R\$ 96.426), localizado em Frederico Westphalen (RS) e o restante foi pago através de caixa e equivalentes de caixa. A aquisição dessa operação está em linha com a estratégia da subsidiária JBS de aumentar sua capacidade de processamento de suínos. O ágio estimado gerado nessa combinação de negócios de R\$ 143.541 somente é elegível para dedutibilidade fiscal através da incorporação ou alienação dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

(ah) Em 28 de agosto de 2019, a subsidiária JBS anunciou que, por meio de sua controlada indireta Pilgrim's Pride Corporation ("PPC"), celebrou um contrato para adquirir 100% Tulip Company ("Tulip") pelo preço de aproximadamente R\$ 1,473 bilhões (US\$ 354.000), que será pago em caixa. A aquisição da Tulip faz parte da estratégia de criar uma líder em proteína e alimentos preparados na Europa por meio da expansão do portfólio de alimentos preparados para 21% das vendas globais da PPC. Ainda, em 15 de outubro de 2019, a JBS anunciou que, por meio de sua controlada indireta PPC, concluiu a aquisição da Tulip. A aquisição foi aprovada unanimemente pelo Conselho de Administração da PPC.

(ai) Em agosto de 2019, a subsidiária Eldorado celebrou um contrato de pré-pagamento à exportação com vigência de três anos e taxa de juros de Libor + spread.

(aj) Em 22 de outubro de 2019, por meio de sua controlada indireta Rigamonti Salumificio S.p.A ("Rigamonti"), a subsidiária JBS adquiriu 100% da participação acionária da Brianza Salumi S.R.L. ("Brianza") por aproximadamente R\$ 59.022 (EUR 13.000), sendo R\$ 47.218 (EUR 10.400) pago à vista e R\$ 11.805 (EUR 2.600) serão pagos até outubro de 2020. A Brianza diversifica o portfólio de produtos da Rigamonti, reforçando o conceito de produtos de bem-estar, que a Bresaola já está inserida. O ágio estimado gerado nessa combinação de negócios em R\$ 39.958 (EUR 8.801) somente é elegível para dedutibilidade fiscal através da incorporação ou alienação dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

(ak) Em 6 de novembro de 2019, a subsidiária JBS anunciou que, através de sua subsidiária direta Seara Alimentos, celebrou um contrato para aquisição do Frigorífico Marba Ltda. ("Marba"), sujeito a aprovação das autoridades competentes. Essa aquisição está em linha com a estratégia da subsidiária JBS de ampliar a participação de produtos de maior valor agregado e de marcas em seu portfólio.

(al) Em 12 de dezembro de 2019 a subsidiária Âmba emitiu Notas promissórias comerciais, com garantia real, em três séries totalizando o valor de R\$ 500 milhões a serem pagas em 18 meses, sendo R\$ 180 milhões em junho 2020, R\$ 160 milhões em dezembro 2020 e R\$ 160 milhões em junho 2021. Em maio de 2021 a Âmba liquidou a totalidade das notas promissórias.

(am) Em 01 de janeiro de 2020, a subsidiária JBS anunciou que o prazo de vigência do acordo de acionistas celebrado com a JBS e BNDES Participações S.A - BNDESPAR foi encerrado em 31 de Dezembro de 2019, e portanto, o referido acordo deixou de produzir efeitos a partir desta data.



(an) Em 18 de fevereiro de 2020, a subsidiária indireta da Companhia JBS USA, celebrou um acordo para a aquisição de unidades produtivas de carne pré embalada (case ready) e a marca Ledbetter com a Empire Packing Company, L.P. ("Empire") no montante de aproximadamente R\$ 1,034 bilhões (US\$ 238.000), sujeita à aprovação das autoridades locais.

(ao) Em 14 de fevereiro de 2020 a subsidiária Âmbor, através de sua controlada FIP Milão conclui a operação de venda de duas transmissoras, São João Transmissora e São Pedro Transmissora para a TAESA, pelo montante de R\$ 753 milhões. Do montante total da transação, R\$ 99 milhões estão sujeitos a liberação nos termos e condições estabelecido pelas partes em uma conta escrow criada para a realização da operação.

(ap) A subsidiária JBS anunciou em 11 de maio de 2020 que seu Conselho de Administração aprovou por unanimidade a doação de R\$ 700.000 para contribuir com os esforços de enfrentamento aos efeitos da pandemia do COVID-19. No Brasil o plano prevê a doação de R\$ 400.000 em três frentes: saúde pública, assistência social e apoio à ciência e tecnologia. A destinação desses recursos beneficiará diretamente 162 municípios e 17 unidades da Federação, a doação no Brasil contará com um suporte de um comitê consultivo de especialista e será auditado pela Grant Thornton, a qual abriu mão de seus honorários para também contribuir com o programa social.

(aq) A Companhia comunicou no dia 13 de maio de 2020 que foi homologado termo aditivo ao acordo de leniência firmado entre a holding e o Ministério Público Federal. O termo permite que sejam deduzidos do montante de R\$ 2,3 bilhões previstos para projetos sociais os "investimentos/projetos sociais, em áreas temáticas relacionadas em apêndice do Acordo de Leniência ou outras temáticas definidas por consenso entre as Partes do Acordo, e, mais especificamente, no combate à pandemia do COVID-19", os acionistas da J&F Investimentos, Wesley e Joesley Batista, decidiram, no entanto, renunciar a este direito no caso da doação anunciada pela JBS, portanto, os R\$ 400 milhões destinados ao Brasil para o combate ao COVID-19 não serão descontados do acordo de leniência, embora isso pudesse ser feito. Acreditamos que esse esforço adicional da holding e de seus acionistas será benéfico ao país hoje e no futuro, para contribuir com a reconstrução do Brasil pós-pandemia.

(ar) Em junho 2020, a Companhia captou um empréstimo de aproximadamente R\$ 300 milhões no mercado financeiro com prazo de vencimento de 36 meses, com objetivo de capital de giro e investimentos em suas controladas, o vencimento final deste empréstimo foi aditado em dezembro de 2020 para julho de 2023.

(as) Em 09 de julho de 2020, a Companhia celebrou instrumento particular de compra e venda de ações do PicPay, alienando 67,64% da participação detida pela Companhia para o senhor José Batista Sobrinho. O montante total da operação foi de R\$ 217 milhões a serem pagos a prazo nas condições estabelecidas no contrato.

(at) Em 10 de julho de 2020, a subsidiária JBS anunciou o resgate em dinheiro, (i) de US\$ 425 milhões (equivalente a R\$ 2,397 bilhões em 30 de setembro de 2020), que representa 100% do saldo agregado de principal das Notas Sêniores com cupom de 6,25% e vencimento em 2023 ("Notas 2023") emitidas pela JBS Investments GmbH; e (ii) de US\$ 450 milhões (equivalente a R\$ 2,538 bilhões em 30 de setembro de 2020), que representa 50% da totalidade do saldo agregado de principal, das Notas Sêniores com cupom de 5,875% e vencimento em 2024 ("Notas 2024") emitidas pela JBS USA Food Company, JBS USA Lux S.A. e JBS USA Finance, Inc. Ainda, em 14 de setembro, a JBS anunciou a intenção de resgatar a totalidade do saldo remanescente das Notas 2024, considerando o montante principal adicionado de juros provisionados e não pagos até, porém excluindo, a data de resgate.

(au) Em 16 de julho de 2020, a subsidiária indireta da JBS USA, recomprou uma planta de processamento de carne de cordeiro de Greeley, Colorado, no montante de US\$ 13,5 milhões (equivalente a R\$ 73.925 em 30 de junho de 2020). A planta havia sido vendida a terceiros durante o exercício de 2016. A JBS USA pretende transformar a unidade em uma planta de processamento de carne bovina futuramente.

(av) Em 4 de agosto de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a aquisição dos ativos de margarina e maionese da Bunge Alimentos através da subsidiária indireta Seara Alimentos, no montante de R\$ 700.000, sujeito a ajustes de capital de giro. Ainda em agosto, o CADE levantou questionamentos sobre a operação. A Seara Alimentos aguarda a conclusão da operação.

(aw) Em 10 de agosto de 2020, a subsidiária indireta da Plumrose USA, anunciou planos para construir uma nova unidade de processamento de carne bovina e carne curada/cozida italiana nos Estados Unidos. A construção da unidade deverá custar US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 1,128 bilhão em 30 de setembro de 2020) e irá expandir a oferta de produtos de valor agregado da JBS.

(ax) Em 13 de agosto de 2020, a subsidiária JBS anunciou o cancelamento, aprovado em Reunião do Conselho de Administração, do saldo das ações mantidas em sua tesouraria nesta data, no montante total de 62.668.389 (sessenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil e trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da JBS, sem redução do valor do Capital Social. Ressaltando, que o plano de recompra de ações continua vigente.

(ay) Em 23 de setembro de 2020, a subsidiária JBS anunciou o programa "Juntos Pela Amazônia" que trata-se de um conjunto de iniciativas com visão de longo prazo que visa aumentar a conservação e o desenvolvimento do Bioma, engajando o setor e propondo ações para além da cadeia de valor. Os pilares fundamentais do Juntos Pela Amazônia são: (i) desenvolvimento da cadeia de valor; (ii) conservação e recuperação de florestas; (iii) apoio às comunidades; e (iv) desenvolvimento científico e tecnológico.

(az) Em 28 de agosto de 2020, a subsidiária Eldorado do leilão nº 001/2020 ("leilão"), realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), de áreas e infraestruturas públicas para a movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente celulose, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogáveis por sucessivas vezes, a exclusivo critério de Poder Concedente, até o limite máximo de 70 (setenta) anos, incluídos o prazo de vigência original e todas as prorrogações. A Eldorado apresentou a proposta vencedora para o terminal STS14, localizado no Porto de Santos, no estado de São Paulo, no valor de R\$ 250.000. Em 30 setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União ("DOU") o resultado de julgamento do Leilão, declarando que a Companhia sagrou-se vencedora do referido certame. Em 03 de novembro de 2020, a Eldorado realizou o pagamento do valor de R\$ 62.500, equivalente a 25% do valor de outorga e em 17 de novembro de 2020, foi assinado um Contrato pela Eldorado Brasil Celulose Logística Ltda, subsidiária integral da Companhia. O saldo valor da outorga será pago em 5 parcela anuais.

(ba) Acordo SEC: Conforme divulgado ao mercado, em 14 de outubro de 2020, a subsidiária JBS e seus acionistas controladores Wesley Batista e Joesley Batista celebraram um acordo civil com a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos ("SEC"), relacionado à conduta por violações das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos que tiveram como resultado que a subsidiária indireta da Companhia, PPC falhou em manter precisos seus livros, registros e controles contábeis internos. O acordo estabeleceu o pagamento de uma multa pela JBS (Controladora) no valor de US\$ 26,9 milhões (equivalente a R\$ 151.546 na data da transação), registrado sobre a rubrica "Despesas gerais e administrativas" na subsidiária JBS. Além disso, a Companhia deverá durante o prazo de 3 anos, revisar, avaliar e informar à SEC sobre a efetividade das políticas anticorrupção, procedimentos, práticas, controles internos e manutenção de registros e processos de reportes financeiros da JBS e de quaisquer emissores de valores mobiliários nos Estados Unidos que estejam sob o controle direto ou indireto da Companhia.

(bb) Em 14 de outubro de 2020, a subsidiária indireta da Companhia, JBS USA Lux, resgatou o saldo remanescente das Notas 2024, sendo o montante de US\$ 8.800 milhões (equivalente a R\$ 47.347 em 30 de setembro de 2020) o prêmio pago pelo resgate das Notas, reconhecido sobre a rubrica "Impostos, contribuições, tarifas e outros" no resultado financeiro do período.

(bc) Em outubro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com o Department of Justice dos Estados Unidos da América ("Acordo DOJ") que abrange violações das leis americanas derivadas dos mesmos fatos e condutas que foram objeto do acordo de leniência celebrado entre a J&F e o Ministério Público Federal e os acordos de colaboração celebrados entre Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista com a Procuradoria Geral da República ("Condutas"). O Acordo DOJ impõe à J&F o pagamento de uma multa no valor US\$ 256.497.026, a qual foi reduzida em 50% (cinquenta por cento) em decorrência dos valores pagos às autoridades brasileiras. Em razão disso, a J&F realizou o





pagamento de US\$ 128.248.513 às autoridades americanas. O Acordo DOJ põe fim a qualquer exposição criminal nos Estados Unidos da J&F e de todas as suas afiliadas relacionadas às Condutas.

(bd) Em novembro de 2020 a Companhia emitiu Notas promissórias comerciais, com garantia real, em cinco séries totalizando o valor de R\$ 2.500 bilhões a serem pagas em 56 meses, sendo R\$ 350 milhões em junho 2021, R\$ 625 milhões em junho 2022 e R\$ 550 milhões em junho 2023, R\$ 550 milhões em junho 2024 e R\$ 425 milhões em junho de 2025, objetivo desta captação foi de investimentos em controladas e reforço de caixa. Em maio de 2021 a J&F efetuou o resgate antecipado das notas com vencimento em junho de 2021.

(be) Em novembro de 2020 a Companhia firmou contrato de SWAP de ações sendo como retorno da contraparte a diferença entre a ponta passiva a ativa do SWAP. O vencimento da operação será em cinco vencimentos anuais contados a partir da data de execução de cada operação.

(bf) Em novembro de 2020, a controlada indireta da JBS a Seara concluiu a aquisição dos ativos de margarina e maionese da Bunge Alimentos S.A. no Brasil, aquisição previamente anunciada em 20 de dezembro de 2019 e que está em linha com a estratégia da subsidiária JBS de expandir seu portfólio de produtos de maior valor agregado e com marca.

(bg) Em 17 de dezembro de 2020, a subsidiária JBS cancelou 42.705.377 ações em tesouraria, dessa forma o saldo remanescente de ações em circulação é de 2.623.373.646.

(bh) Em 16 de fevereiro de 2021, a subsidiária indireta JBS USA pagou, em dinheiro, a totalidade do saldo remanescente do principal de US\$ 1,050 bilhão (equivalente a R\$ 5,456 bilhões em 31 de dezembro de 2020) das Notas 2025 com cupom de 5,75%, emitidas pela JBS USA Food Company, JBS USA Lux S.A. e JBS USA Finance, Inc.

(bi) Em 01 de março de 2021, o Conselho de Administração da subsidiária JBS aprovou uma nova emissão de debêntures privadas pela Companhia de até R\$ 1,8 bilhão, em duas séries com vencimento em 7 e 10 anos, destinadas à formação dos Direitos Creditórios do Agronegócio que constituirão lastro para a Oferta Pública dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio. Os recursos dessa operação serão utilizados para aquisição de bovinos. A liquidação dessa oferta está prevista para 05 de maio de 2021.

(bj) Em 24 de março de 2021, a subsidiária JBS cancelou 112.237.876 ações em tesouraria. Dessa forma, o saldo remanescente de ações em circulação é de 2.511.135.770. A JBS submeteu para aprovação da Assembleia Geral Ordinária que ocorreu em 28 de abril de 2021, a distribuição de dividendos equivalente a R\$ 1,01 por ação no montante total de R\$ 2.511.136. Dessa forma, a JBS provisionou os 25% obrigatórios e destacou o dividendo adicional de R\$ 1.419.037 no patrimônio líquido, conforme demonstrado nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

(bk) Em 31 de março de 2021 a Companhia alienou 24.999.998 ações ordinárias e 50.000.000 de ações preferenciais da J&F Participações S.A. de quem detinha 75% de participação.

(bl) Em 19 de abril de 2021 a subsidiária JBS comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou um acordo para aquisição da totalidade das ações da Vivera, terceira maior produtora de produtos plant-based na Europa, por um valor de empresa (enterprise value) de € 341 milhões.

(bm) Em abril de 2021 a Companhia informou ao mercado em geral que Aguinaldo Ramos Filho assumiu sua presidência, substituindo José Antônio Batista Costa.

(bn) Em 08 de junho de 2021 a subsidiária JBS comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que realizou, nesta data, a emissão e a precificação no mercado internacional de US\$1,0 bilhão em Sustainability-Linked Unsecured Senior Notes atreladas ao compromisso de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Companhia, emitida pelo valor de face de US\$98,913, com yield de 3,75% ao ano, cupom de 3,625% ao ano e vencimento em 2032.

(bo) Em 08 de junho de 2021 a subsidiária JBS comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que firmou acordo para adquirir 100% da Rivalea Holdings Pty Ltd e 100% da Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd (em conjunto, "Rivalea"), pertencentes à empresa de alimentos QAF Limited, listada em Cingapura, por um valor de empresa (enterprise value) de AU\$175 milhões (US\$135 milhões). A aquisição está sujeita a aprovações regulatórias, incluindo pela Australian Competition and Consumer Commission (ACCC) e pelo Foreign Investment Review Board (FIRB), ambos na Austrália.

(bp) Em 09 de junho de 2021 a subsidiária JBS comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Fundo JBS pela Amazônia, constituído pela JBS em setembro de 2020, anuncia os primeiros seis projetos que, em conjunto, receberão R\$50 milhões de investimentos do Fundo.

2 Informações gerais sobre o Acordo de Colaboração de executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A.

A J&F Investimentos S.A. (J&F ou Companhia), com sede no Brasil é uma sociedade anônima fechada, que tem como propósito, investir e desenvolver seus negócios.

Em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da J&F, assumiram obrigações no Acordo de Colaboração Premiada firmado com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo o país, das investigações em torno de eventos contrários à lei.

2.1 Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A (controladora e controladas)

Em junho de 2017, a J&F, celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017.

No Acordo a Companhia compromete-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, a realizar investigações internas com o escopo de verificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos apresentados no Acordo.

Adicionalmente, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente, formado por 3 (três) membros independentes de reputação ilibada com o objetivo de supervisionar as auditorias realizadas na controladora e controladas.

Em razão dos fatos narrados no Acordo, a J&F se comprometeu a pagar a título de multa e ressarcimento mínimo o valor de R\$ 8,0 bilhões, no prazo de 25 anos, sendo R\$ 50 milhões em 05 parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, bem como a realizar a execução de projetos sociais no valor de R\$2,3 bilhões. Ainda em 2017, foram contratados os seguintes assessores legais e empresas especializadas em perícia forense para conduzir as investigações na controladora e suas controladas: (i) Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez Advogados; (ii) Campos Mello Advogados; (iii) Sampaio Ferraz Advogados; (iv) Pricewaterhouse Coopers Contadores Públicos Ltda; (v) FTI Consulting Brasil; (vi) Grand Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda, tendo esses atuado

em uma ou mais empresa do grupo As investigações foram finalizadas, apresentadas e entregues nos anos de 2018, 2019 e 2020, na medida que eram concluídas em cada uma das empresas. A Companhia, portanto, encerrou o ano de 2020 com essa obrigação cumprida.

A J&F e as suas subsidiárias entendem que estão cumprindo com as obrigações assumidas no Acordo.

Em 2019, a Companhia contratou a empresa ECOVIS PEMOM Auditoria e Consultoria para realização de auditoria das obrigações constante no Acordo, que realizou a conclusão do trabalho no início de 2020 relativo à 2019 e no início de 2021 relativo à 2020.

2.2 Impactos contábeis apurados

Quando da divulgação anual das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelos executivos e Administradores que celebraram acordo de colaboração premiada, os demais membros da Administração da Companhia não tinham conhecimento das referidas colaborações premiadas, bem como dos eventuais efeitos nas demonstrações contábeis e demonstrações intermediárias divulgadas. Por esse motivo não houve menção nas demonstrações contábeis divulgadas àquela época.

De acordo com as informações obtidas no âmbito da delação premiada, e posteriormente confirmadas nas investigações internas, alguns executivos do Grupo J&F estavam envolvidos no esquema de pagamentos de propina a políticos de vários partidos e utilizou algumas de suas controladas como veículo para determinados pagamentos, tais como doações oficiais aos partidos políticos, notas fiscais e contratos sem a efetiva contraprestação de serviços.

A Administração da Companhia analisou todas as informações públicas e disponíveis, e constatou que todos os pagamentos relatados pelos colaboradores, haviam sido reconhecidos como parte de suas despesas dentro de cada exercício de competência, e que com exceção as doações oficiais, foram considerados dedutíveis para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL).

Diante do exposto, a Administração da Companhia determinou que as despesas pagas sem a efetiva prestação de serviços e entrega de insumos, fossem imediatamente excluídas de forma permanente da base de cálculo do IR e da CSLL dos respectivos exercícios em que foram considerados como dedutíveis. Para estas despesas, também foram considerados os eventuais efeitos relacionados ao IRRF, bem como de outros eventuais tributos que tais pagamentos estão sujeitos, incluindo eventuais multas e juros desde essa época.

Como resultado dessas análises internas, a Companhia identificou uma necessidade de ajuste referente os exercícios de 2012 a 2017 no consolidado no montante de R\$ 1.559.964 na rubrica de prejuízos acumulados.

Assim, as demonstrações contábeis em 01 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 foram ajustadas para corresponder a estes impactos de irregularidades verificadas, após as informações mencionadas no acordo de colaboração dos executivos e ex-executivos do Grupo J&F, bem como no Acordo, conforme demonstrado na nota explicativa

2.2.1 Flora

Como resultado das análises internas, a Flora identificou uma necessidade de ajuste referente os exercícios de 2012 a 2017 no montante de R\$ 25.604, sendo:

- i. R\$ 10.096 referente ao exercício de 2013;
- ii. R\$ 12.163 referente ao exercício de 2014;
- iii. R\$ 1.374 referente ao exercício de 2015;
- iv. R\$ 1.145 referente ao exercício de 2016 e
- v. R\$ 826 referente ao exercício de 2017, registrado como provisão para contingências fiscais.

2.2.2 Eldorado:

Dos temas analisados, o único que trouxe impactos contábeis à Eldorado foi aquele relacionado à verificação das circunstâncias de pagamentos realizados pela Eldorado no esquema operado por Lúcio Funaro para a liberação de recursos pelo FI-FGTS e Caixa Econômica Federal (CEF). A Eldorado identificou uma necessidade de ajuste referente os exercícios de 2012 a 2014 no montante de R\$ 37.400, sendo:

- i. R\$ 5.345 referente ao exercício de 2012;
- ii. R\$ 27.995 referente ao exercício de 2013 e
- iii. R\$ 4.060 referente ao exercício de 2014, registrado como provisão para contingências fiscais.

2.2.3 JBS:

Como resultado dessas análises internas, a JBS identificou uma necessidade de ajuste referente os exercícios de 2012 a 2017 no montante de R\$ 1.496.960, sendo:

- i. R\$ 246.137 referente ao exercício de 2012;
- ii. R\$ 27.330 referente ao exercício de 2013;
- iii. R\$ 775.279 referente ao exercício de 2014;
- iv. R\$ 268.107 referente ao exercício de 2015;
- v. R\$ 145.555 referente ao exercício de 2016 e
- vi. R\$ 34.552 referente ao exercício de 2017, registrado como provisão para contingências fiscais.

Assim, as demonstrações contábeis de 2016, bem como as demonstrações intermediárias do primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2017, foram reapresentadas devido a materialidades de tais impactos.

3 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações. As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como “Controladora” e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como “Consolidado”.

A elaboração das demonstrações contábeis exigem que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos e passivos. Os ativos e passivos que estão sujeitos a essas estimativas compreendem a: vida útil do imobilizado, valor estimado de recuperação de ativos de longo prazo, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido, provisões de obrigações fiscais, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos), e outras estimativas similares referente a escolha de taxas de juros e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação de uma transação envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido à possível falta de precisão inerente ao processo. Algumas de nossas políticas contábeis exigem graus mais elevados de julgamento do que outros em sua aplicação. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Administração.

As políticas contábeis relacionadas ao imobilizado, estoques, reconhecimento de receita, segmentos operacionais, empréstimos e demais itens são descritos nas demonstrações contábeis.

A fim de proporcionar um entendimento a respeito de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis:

a. Contabilização de combinação de negócios, teste de recuperabilidade de ágio e de ativos intangíveis

A Companhia e suas controladas realizaram aquisições que geraram ágio de rentabilidade futura e ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

De acordo com as Normas Internacionais de contabilidade (IFRS) 3 “Combinações de Negócios”, o excesso pago da contraprestação, o valor de qualquer participação minoritária na adquirida (quando aplicável) e o valor justo, data da aquisição, de qualquer participação detida na adquirida sobre o valor justo líquido do ativo identificável adquirido nessa data é registrada como ágio. O preço de aquisição consiste no caixa pago, o valor justo do capital e o justo valor da contraprestação contingente. O IFRS3 não permite que em uma combinação de negócio, o ágio de rentabilidade futura, bem como os ativos intangíveis com vida útil indefinida sejam amortizados, entretanto, eles devem ter o seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente.

A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, e também para a determinação de sua vida útil, e geralmente contrata prestadores de serviços para assistir no processo de valorização. O processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos.

Os ativos e passivos são inicialmente registrados em nossa melhor estimativa de valor justo. Usualmente são contratados avaliadores terceiros para auxiliar na avaliação dos ativos e passivos adquiridos. Quando terceiros estão envolvidos no desenvolvimento dessas estimativas, a Administração avalia a adequação das premissas significativas utilizadas nas estimativas de avaliação, o que muitas vezes envolve um processo iterativo com os avaliadores. Também são avaliadas as qualificações e a reputação dos avaliadores e a razoabilidade das premissas do valor justo global através da comparação com outras aquisições. Através deste processo, são obtidas informações suficientes para verificar se as metodologias de avaliação utilizadas estão em conformidade com a IFRS 13 “Mensuração do Valor Justo”. As estimativas do valor justo de ativos adquiridos e dos passivos assumidos são ajustadas durante o período de mensuração (que não deve exceder um ano, a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos são reconhecidos refletindo novos fatos e circunstâncias existentes após a data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos. Estes ajustes não são frequentes e historicamente, não foram significativos.

Nos testes de impairment, os ativos são segregados em grupos que geram entradas de caixa, que são em sua maioria independentes das entradas de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGC). O ágio gerado devido a uma combinação de negócios é alocado em uma UGC ou grupos de UGC, as quais se esperam benefício entre sinergias da combinação.

As UGC(s) tem seu valor recuperável testado anualmente, ou sempre que hajam eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. Os grupos de UGC que contêm ágio tem seu valor recuperável testado anualmente e sempre que eventos e circunstâncias indicarem que o valor recuperável pode ser menor que o valor contábil. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos o custo de venda ou o valor em uso. A Companhia estima, em primeiro lugar, o valor em uso das UGC e, se for menor que o valor contábil, a Companhia estimará o valor justo menos o custo de venda. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nossas estimativas do valor em uso dos grupos da UGC excederam seus valores contábeis e, portanto, não foram determinadas as estimativas de valor justo menos custo de venda. Nossas estimativas de valor em uso envolvem a utilização de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos demonstradas na nota 16. As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

b. Ativos biológicos

As controladas utilizam-se de estimativas e julgamentos para determinar o valor justo dos ativos biológicos, tais como valor de mercado, ciclo de vida médio, período de postura de ovos, e de reprodução. Os ativos biológicos são avaliados a custo a menos que exista um mercado ativo. Os ativos biológicos consumíveis (animais para abate) e para produção (matrizes) estão avaliados pelo seu valor justo, sendo aplicada a técnica de abordagem de custo aos animais vivos. Na apuração do valor justo dos animais vivos já estão computadas todas as perdas inerentes ao processo de criação.

c. Imposto de renda e contribuição social - diferido e corrente

A Companhia reconhece impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. No consolidado, o imposto de renda é estimado em conformidade com os regulamentos de diversas jurisdições onde conduzimos nossos negócios o que requer estimar a posição fiscal atual e avaliar as diferenças temporárias que resultam na diferença entre o tratamento diferente de determinados itens para fins tributários e contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Uma parte dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais pode não ser reconhecida uma vez que a Administração não consiga determinar com segurança que a realização seja provável podendo ser reconhecida quando houver mudança de cenário. Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável. A utilização de prejuízos fiscais em outras jurisdições expira entre 10 e 20 anos.

Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente e só são reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para sua compensação, baseando em lucros tributáveis projetados, e são limitados ao valor provável de sua realização.

O valor contábil de um ativo diferido é revisado anualmente no final do exercício. Reduzimos o valor contábil de um ativo fiscal diferido quando não é provável que existam lucros tributáveis suficientes para permitir que parte ou todo benefício do ativo diferido seja utilizado. A redução é revertida quando provável que existam lucros tributáveis suficientes. Impostos correntes e diferidos são demonstrados na nota 23.

d. Provisão para contingências

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize-se de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração utilize-se de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Companhia está sujeita a processos natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Nenhuma provisão é registrada se o passivo é avaliado como possível mas não provável. Perdas avaliadas como possível são demonstradas em nossas notas explicativas nas demonstrações contábeis. Caso a perda seja avaliada como remota, nenhuma provisão é registrada e a divulgação da mesma não é requerida. Demonstramos nossas contingências significativas na nota 24.

e. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de qualquer custo de transação atribuído a transação, ou aquisição, do ativo ou passivo financeiro. A remensuração dos ativos e passivos financeiros ocorre no final de cada período de acordo com a classificação de cada ativo ou passivo financeiro, que são classificados, conforme segue: (1) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; (2) empréstimos concedidos e recebíveis; (3) passivos pelo custo amortizado; e (4) instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não designou nenhum derivativo como hedge de fluxo de caixa, e portanto, todo o ajuste de valor justo é reconhecido no resultado do período.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Os derivativos de mercado futuro têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O swap é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente. As cotações futuras utilizadas para o cálculo da curva deste contrato foram extraídas da base de dados da Bloomberg. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Empréstimos concedidos e recebíveis: Empréstimos concedidos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são registrados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros pelo custo amortizado: A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: De acordo com uma política de gerenciamento de risco do grupo, a Companhia contrata ou vende instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros. Estes instrumentos financeiros são registrados apenas a partir do momento em que a Companhia se torne parte das disposições contratuais dos instrumentos. Derivativos são mensurados inicialmente a valor justo e, qualquer custo incorrido de transação diretamente atribuído ao mesmo, é registrado no resultado do período. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria, com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio. Os montantes classificados nas demonstrações de fluxo de caixa e demonstração do resultado do exercício são consistentes com a natureza do instrumento. A maioria dos ganhos e perdas relativos a proteção anterior da Companhia de celebrar contratos de derivativos para proteger a Companhia contra a desvalorização do Real, foram registrados como um componente da receita (despesa) financeira, conforme demonstrado na Nota 27.

Em conjunto com os ativos e passivos financeiros não-derivativos, os derivativos são apresentados líquidos nas demonstrações contábeis quando a Companhia possui o direito de apresentá-los líquidos e pretende liquidá-los da mesma forma ou realizar o ativo e o passivo simultaneamente. Caso estes critérios não sejam atendidos, os instrumentos financeiros são apresentados em valor bruto nas demonstrações contábeis. Usualmente, os nossos contratos com as partes especificam que os derivativos serão liquidados em montantes líquidos. Não existem saldos materiais que não atendem a esses critérios. Derivativos ativos e passivos, por tipo de contrato, são apresentados na nota 33.

f. Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas de acordo com a respectiva moeda funcional de cada entidade. Para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação das informações que têm moeda funcional diferente da moeda de apresentação (R\$) são convertidos conforme abaixo:

- i. os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período;
- ii. as contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio;
- iii. todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de Outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente sobre a rubrica "Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em controladas".

g. Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

h. Demonstrações contábeis consolidadas e investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures")

A Companhia consolida todas as empresas controladas. A Companhia controla uma entidade quando assume os riscos e benefícios ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

Os investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios.

Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital".

i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de realização e liquidação; e iii) a taxa de desconto.

j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC

A seguir são apresentadas as alterações de normas existentes que foram publicadas e serão obrigatórias para os períodos subsequentes, ou seja, iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não irá aplicar a adoção antecipada destas normas.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Substitui as orientações existentes e inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge; e, mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros.

A Administração da Companhia entende que as novas orientações não trarão impactos significativos na mensuração dos seus ativos financeiros. No que se refere à divulgação, os principais impactos estão na classificação dos ativos e passivos financeiros, sendo que a nova norma exclui a categoria de Empréstimos e Recebíveis onde atualmente são classificados caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e créditos com empresas ligadas.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia optou pela adoção do expediente prático da matriz de provisões por vencimentos proposta no parágrafo B5.5.35 do IFRS 9 com os agrupamentos apropriados de suas carteiras e o impacto da nova política mensurado pela Companhia não representou alteração do saldo da PECLD ora constituída.

Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas.

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis. Os impactos observados estão relacionados à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS 15.

Na referida avaliação, a forma de mensuração e de reconhecimento das receitas, das bonificações, dos descontos e das devoluções, bem como as políticas e processos, não sofreram alterações substanciais.

IFRS 16 - Arrendamento mercantil

Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019). A norma irá impactar o registro dos arrendamentos operacionais em aberto conforme nota 18.a. Arrendamentos operacionais. Até o momento, a Companhia não determinou quais desses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto em sua demonstração de fluxo de caixa e, resultado.

IFRIC 22 - Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamentos

Em dezembro de 2016, o IASB emitiu o IFRIC 22, que trata da taxa de câmbio que deve ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira. A interpretação esclarece que a data da transação é aquela em que o ativo ou passivo não monetário foi reconhecido. O IFRIC 22 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não espera impactos relevantes, visto que transações com estas características já estão aderentes à norma.

IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A partir de 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o ICPC 22 que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12), quando há incertezas no tratamento dos tributos sobre o lucro.

A Companhia acredita na legitimidade de seus tratamentos fiscais, mas a disposto da nova norma, avaliou quais os tratamentos fiscais não seriam prováveis de serem aceitos considerando a esfera judicial como sendo a instância de decisão.

A Companhia e suas subsidiárias não identificaram tratamentos tributários incertos aos quais devessem ser reconhecidos em suas demonstrações contábeis, com exceção da aplicação de tratados para evitar a dupla tributação no cálculo dos lucros auferidos no exterior. A Companhia reconheceu os efeitos da adoção desta interpretação de forma retrospectiva, sem a apresentação das informações comparativas, com efeito cumulativo no patrimônio líquido em 1 de janeiro de 2019 no valor de R\$ 1.908.796. Após a adoção inicial, os efeitos desse assunto foram considerados ao determinar o lucro / (prejuízo) fiscal tributável e foram reconhecidos no resultado do exercício.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter impacto relevante decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

4 Combinações de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios que não estão sob controle comum. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Geralmente, todos os ativos adquiridos e passivos incorridos e passivos contingentes assumidos são mensurados, inicialmente, a valor justo a partir da data de aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não-controladores na adquirida em uma aquisição numa base de aquisição, ou a valor justo ou parte proporcional da participação dos não-controladores dos montantes registrados dos ativos líquidos. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como 'Ganho de barganha'.

Em dezembro de 2018, a Companhia adquiriu 80% da participação acionária da empresa Original Corporate Corretora, pelo montante de R\$ 178,4 milhões. A adquirida tem como negócio "Bancassurance", comercializado para correntistas do banco original, sendo a venda realizada através de canais do banco. No mercado aberto também há a comercialização para não correntistas do banco, por meio de APIs de parcerias e plataforma digital, com um portfólio voltado para seguros não relacionados a produtos bancários e também realiza a comercialização de seguros para empresas do Grupo J&F.

A Companhia tem o prazo de 01 ano para alocar o valor do PPA a contar da data de sua aquisição, portanto, a alocação inicial será feita como Goodwill sujeita aos ajustes previstos a medida que forem identificados ativos intangíveis na transação, os quais serão realocados para suas devidas rubricas no momento da conclusão da referida avaliação a qual será suportada por um laudo a ser elaborado por terceiro independente.

	<u>Data aquisição</u>	<u>Percentual (%) adquirido</u>	<u>Preço de aquisição</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Goodwill</u>
Original Corporate Corretora	Dezembro 2018	80%	178.400	3.560	174.840

5 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um imaterial risco de valor.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.18</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.18</u>	<u>31.12.17</u>
Caixa e bancos	562	141	4.014.032	5.928.955
CDB e títulos públicos	441.902	862.610	5.393.457	7.211.031
	<u>442.464</u>	<u>862.751</u>	<u>9.407.489</u>	<u>13.139.986</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB, são aplicações realizadas junto à instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. No consolidado incluem aplicações financeiras similares aos CDB's com rendimentos fixos.

Títulos públicos - Correspondem a títulos adquiridos com instituições financeiras, cuja condições e características são similares aos CDB's.

6 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. O aging do contas a receber assim como a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e o ajuste a valor presente são apresentados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Duplicatas a vencer	-	-	8.060.968	7.802.408
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	-	-	1.139.807	1.188.902
De 31 a 60 dias	-	-	235.581	173.044
De 61 a 90 dias	-	-	93.780	121.982
Acima de 90 dias	5.093	4.674	505.003	485.396
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(5.093)	(4.347)	(324.045)	(331.108)
Ajuste a valor presente - AVP	-	-	(4.226)	(3.797)
	-	327	1.645.899	1.634.419
	-	327	9.706.867	9.436.827

No âmbito do contas a receber de clientes, a diversidade da carteira de clientes contribui significativamente para a redução do risco de crédito, porém foram estabelecidos parâmetros que limitam a quantidade de crédito concedida aos clientes com base nos índices financeiros mínimos exigidos e análises das operações dos clientes, assim como referências a entidades de monitoramento de crédito.

As perdas estimadas são calculadas com base na análise do "aging list", uma provisão é registrada para itens de longa data e duplicatas vencidas, considerando as perdas avaliadas como prováveis com base em análises históricas. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, bem como suas reversões são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Despesas com vendas". A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Saldo inicial	(4.347)	-	(331.108)	(241.204)
Adições	-	(4.347)	(241.799)	(135.695)
Ativos mantidos para venda	-	-	-	1.717
Variação Cambial	(746)	-	(8.798)	(3.183)
Baixas	-	-	257.661	47.257
Saldo final	(5.093)	(4.347)	(324.045)	(331.108)

7 Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo dos estoques é baseado no princípio do primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS). No caso dos produtos acabados e dos produtos em processo, o custo inclui uma parte dos custos gerais de produção com base na capacidade operacional normal. Os ativos biológicos são transferidos para o estoque no momento do abate, com base em seus valores contábeis, que é o custo histórico ou o valor de mercado, dependendo das políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 8.

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Produtos acabados	7.333.854	6.044.136
Produtos em processo	1.078.630	938.354
Matéria-prima	1.241.861	1.173.637
Almoxarifado	1.798.343	1.659.591
	11.452.688	9.815.718

8 Ativos biológicos

Os animais vivos são representados por bovinos, aves e suínos e segregados em consumíveis e animais para produção. Os animais para abate são destinados para produção de carne in natura e/ou produtos elaborados e processados e enquanto não atingem o peso adequado para abate são classificados como imaturos. Os processos de abate e produção ocorrem de forma sequencial em um curtíssimo intervalo de tempo e, como consequência, apenas os animais vivos transferidos para abate nos frigoríficos são classificados como maduros. Os animais para produção (matrizes e suínos) são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos. Enquanto não atingem a idade de reprodução são classificados como imaturos e quando estão aptos a iniciar o ciclo reprodutivo são classificados como maduros.

Aves e ovos:

Circulantes (consumíveis) - Referente a aves destinadas ao abate após período de maturação. As aves permanecem em desenvolvimento durante um período de 30 a 48 dias para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados. Devido ao curto período de desenvolvimento das aves, não é possível mensurar o valor justo confiavelmente assim os mesmos são reconhecidos pelos seus custos de aquisição mais a absorção de custos acumulados durante o desenvolvimento que geralmente consistem em gastos com alimentação e cultivo das aves.

Não circulantes (para produção) - Referente a matrizes de aves destinadas a reprodução e tem sua vida útil estimada em 68 semanas. Os animais nessa categoria são segregados em maduros, animais já em estágio de reprodução, e imaturos, pois estão em desenvolvimento. Os custos associados as matrizes são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos (ovos). Não existe mercado ativo para as matrizes. A amortização de uma ave madura é reconhecida sobre a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

Bovinos:

Circulantes (consumíveis) - Referente a gado bovino em sistema de confinamento (intensivo), gado bovino a pasto (extensivo) que permanece em desenvolvimento por um período de 90 a 120 dias. A valorização é reconhecida através do valor de mercado de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos. O ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos, é reconhecido no resultado no período em que ocorre como uma redução (ou aumento) na receita bruta.

Suínos e Ovinos:

Circulantes (consumíveis) - Referente a suínos e ovinos destinados a abate após o período de maturação. Os suínos e ovinos permanecem em período de maturação de 170 a 175 dias, para a produção de carne in natura e/ou produtos industrializados. O valor justo desses ativos biológicos no Brasil é mensurado a custo devido a não existência de mercados ativos, e seus custos são reconhecidos pelos seus custos de aquisição mais a absorção de custos acumulados incorridos durante seu período de desenvolvimento. Nos Estados Unidos, os suínos que estão nesta categoria são registrados, de forma confiável, a valor de mercado devido a existência de mercados ativos, e reconhecidos pelo seu preço de mercado menos custos.

Não circulantes (para produção) - Referente a suínos que são destinados à reprodução, que tem vida útil estimada de 28 meses. Os custos associados a suínos são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos (suínos). Não existe mercado ativo para suínos destinados à reprodução. A amortização de um suíno é reconhecida sobre a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

A mensuração do valor justo dos ativos biológicos são classificados como "Nível 2", dentre a hierarquia do valor justo. Refere-se a nota 33 para informações sobre a hierarquia do valor justo.

Ativos biológicos circulantes (consumíveis):

Consolidado			
31.12.18		31.12.17	
Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)
1.776.107	531.532	1.476.403	539.900
617.264	2.623	566.968	2.787
2.393.371	534.155	2.043.371	542.687
753.226	2.052	689.830	2.010
44.356	16	34.049	14
797.582	2.068	723.879	2.024
1.776.107	531.532	1.476.403	539.900
1.370.490	4.675	1.256.798	4.797
44.356	16	34.049	14
3.190.953	536.223	2.767.250	544.711

Ativos biológicos não circulantes (para produção):

Consolidado			
31.12.18		31.12.17	
Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)
499.010	21.600	418.212	21.919
495.819	16.154	399.398	15.712
173.625	398	150.151	388
1.168.454	38.152	967.761	38.019
4.359.407	574.375	3.735.011	582.730

**Movimentação do ativo biológico:****Saldo em 31 de dezembro de 2017**

	Circulante	Não Circulante
	2.767.250	967.761
Aumento por reprodução (nascimentos) e apropriação de custos	26.977.883	1.788.697
Aumento por aquisição	620.228	563.956
Fair value (marcação a mercado)	79.675	-
Transferência entre circulante e não circulante	799.666	(799.666)
Redução por morte	(24.776)	(18.046)
Redução por abate, venda ou consumo	(28.298.423)	(186.534)
Variação Cambial	269.450	110.677
Amortização	-	(1.258.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.190.953	1.168.454

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
ICMS e equivalentes (IVA / VAT/ GST)	-	-	2.623.520	2.487.036
PIS e COFINS	5.367	15	4.097.844	3.557.333
IRRF/IRPJ a recuperar	119.168	121.694	4.460.699	2.424.835
Outros	64	36	292.664	226.803
	124.599	121.745	11.474.728	8.696.007
Desmembramento:				
Ativo circulante	29.242	26.388	2.274.995	1.054.974
Ativo não circulante	95.357	95.357	9.199.733	7.641.033
	124.599	121.745	11.474.728	8.696.007

ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços: Advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas. A Companhia tem expectativa de recuperação integral, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no Estado de origem).

PIS e COFINS: Refere-se a crédito não cumulativo incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF e IRPJ: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, estoque residual de imposto de renda pago nas subsidiárias no exterior e antecipações de imposto de renda e contribuição social pagos por estimativa, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre os lucros.

10 Ativos disponíveis para venda

A classificação como um ativo disponível para venda ocorre quando os seguintes critérios são atendidos: i) o ativo deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais; ii) a venda do ativo deve ser altamente provável; e iii) o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo. A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

A composição por empresa do saldo do balanço patrimonial ativos classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2018 está composto a seguir:

	Consolidado				
	2018				
	Eldorado Celulose	São João	São Pedro	FIP Caixa Milão ¹	Total
Caixas e equivalentes de caixa	610.591	1.691	5.943	-	618.225
Contas a receber de clientes	651.016	4.747	8.429	-	664.192
Estoques	654.030	-	-	-	654.030
Impostos a recuperar	1.260.436	35	100	-	1.260.571
Ativos biológicos	2.668.744	-	-	-	2.668.744
Imobilizado	4.314.798	8	67	-	4.314.873
Intangível	82.136	36	46	-	82.218
Investimentos	150.521	-	-	351.344	501.865
Impostos diferidos	37.368	-	-	-	37.368
Outros ativos circulantes e não circulantes	392.452	499.447	597.903	-	1.489.802
Total do ativo	10.822.092	505.964	612.488	351.344	12.291.888
Empréstimos e financiamentos	7.314.815	147.572	114.538	-	7.576.925
Fornecedores	232.062	831	1.280	-	234.173
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	150.662	953	877	-	152.492
Dividendos propostos	7.636	-	-	-	7.636
Provisão para contingências	9.167	7.819	2.895	-	19.881
Outros passivos circulantes e não circulantes	51.033	1.590	314	-	52.937
Total do passivo	7.765.375	158.765	119.904	-	8.044.044
Patrimônio líquido	3.056.717	347.199	492.584	351.344	4.247.844

¹ O montante apresentado refere-se à participação do FIP Caixa Milão nas Companhias TMT e VSB, das quais o mesmo não detém o controle, entretanto as respectivas investidas foram destinadas à venda.

Conforme determinado pelas regras contábeis, os ativos mantidos para venda na Controladora referem-se à soma nos patrimônios líquidos (custo é inferior aos valor de mercado/venda) dos investimentos diretos. Na Controladora refere-se a Eldorado e no Consolidado é feita a segregação entre ativos e passivos.

A composição por empresa dos Ativos disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2018, está composto conforme a seguir:

	Consolidado					
	2018					
	Eldorado Celulose	São João	São Pedro	FIP Caixa Milão ¹	Divinópolis	Total
Receita líquida	4.622.087	51.864	48.678	-	-	4.722.629
Custo	(1.657.848)	(17.369)	(22.289)	-	-	(1.697.506)
LUCRO BRUTO	2.964.239	34.495	26.389	-	-	3.025.123
(Despesas) receitas operacionais	(250.542)	(57.634)	(50.816)	-	(780)	(359.772)
RESULTADO OPERACIONAL	2.713.697	(23.139)	(24.427)	-	(780)	2.665.351
Resultado financeiro líquido	(1.539.353)	(5.099)	(3.233)	-	-	(1.547.685)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(43.274)	-	(43.274)
Resultado das operações descontinuadas antes dos impostos	1.174.344	(28.238)	(27.660)	(43.274)	(780)	1.074.392
Imposto de renda e contribuição social	(358.464)	(2.461)	(720)	-	-	(361.645)
Lucro (prejuízo) do período das operações descontinuadas	815.880	(30.699)	(28.380)	(43.274)	(780)	712.747

¹ O montante apresentado refere-se à participação do FIP Caixa Milão nas Companhias TMT e VSB, das quais o mesmo não detém o controle, entretanto as respectivas investidas foram destinadas à venda.

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pelas unidades de negócios dos Ativos classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2018, são:

	Consolidado			
	2018			
	Eldorado Celulose	Âmbar Energia ¹	Divinópolis	Total
Atividades operacionais	2.163.158	129.489	(1.784)	2.290.863
Atividades de investimentos	(237.471)	(33.563)	-	(271.034)
Atividades de financiamento	(1.692.602)	(47.282)	-	(1.739.884)
Caixa líquido gerado (utilizado)	233.085	48.644	(1.784)	279.945

¹ Os valores referem-se às empresas São João, São Pedro e FIP Caixa Milão, que são subsidiárias da Âmbar Energia.

Arbitragem Eldorado

Em 02 de setembro de 2017, a J&F celebrou um contrato de compra e venda de ações para a alienação de até a totalidade de sua participação acionária, direta e indireta, na Companhia, para a CA Investment (Brasil) S.A., sociedade do grupo Paper Excellence ("CA Investment"), pelo valor total da Companhia de 15 bilhões, a ser ajustado de acordo com capital de giro e dívida líquida, nos termos do contrato ("Compra e Venda de Ações").

O Contrato de Compra e Venda de Ações previa que a transferência do controle da Eldorado, da J&F à CA, poderia ocorrer durante o prazo de 12 (meses), caso determinadas condições precedentes fossem cumpridas. Essas condições não foram cumpridas e a transferência do controle não ocorreu durante o prazo previsto no contrato, sendo que a J&F exerceu seu direito de extinguir o Contrato de Compra e Venda de Ações.

A J&F considerou extinto o Contrato de Compra e Venda, dado que a CA não cumpriu as condições precedentes para o fechamento da Segunda Compra. A J&F obteve vitória preliminar na Justiça de São Paulo, e posteriormente a disputa foi endereçada para a Câmara de Comercio Internacional "CCI". A demanda na CCI discute se o contrato está extinto como entendeu a J&F ou não.

Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão no processo arbitral determinando o cumprimento de todas as etapas para conclusão do negócio conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações. Em março de 2021, a J&F obteve no judiciário decisão para suspender as providências para conclusão do negócio, permanecendo a J&F como acionista controladora da Eldorado.

A composição por empresa do saldo do balanço patrimonial ativos classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2017 está composto a seguir:

Consolidado				
2017				
	Eldorado Celulose	Ativos da Five Rivers	Outros ativos	Total em 31.12.17
Caixas e equivalentes de caixa	377.507	-	-	377.507
Contas a receber de clientes	647.709	9.451	-	657.160
Estoques	493.109	173.882	-	666.991
Impostos a recuperar	1.062.656	-	-	1.062.656
Ativos biológicos	2.499.996	-	-	2.499.996
Imobilizado	4.644.597	381.449	20.265	5.046.311
Intangível	33.242	-	-	33.242
Impostos diferidos	391.044	-	-	391.044
Ágio de Invest. disponível para venda	2.113	-	-	2.113
Outros ativos circulantes e não circulantes	398.584	232.658	-	631.242
Total do ativo	10.550.557	797.440	20.265	11.368.262
Empréstimos e financiamentos	8.052.070	-	-	8.052.070
Fornecedores	230.009	-	-	230.009
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	186.980	-	-	186.980
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.739	-	-	3.739
Provisão para contingências	12.608	-	-	12.608
Outros passivos circulantes e não circulantes	41.771	23.305	-	65.076
Total do passivo	8.527.177	23.305		8.550.482
Patrimônio líquido	2.023.380	774.135	20.265	2.817.780

Conforme determinado pelas regras contábeis, os ativos mantidos para venda na Controladora referem-se à soma nos patrimônios líquidos (custo é inferior aos valor de mercado/ venda) dos investimentos diretos. Na Controladora refere-se a Eldorado e no Consolidado é feita a segregação entre ativos e passivos.

A composição por empresa dos Resultados das Operações descontinuadas de 31 de dezembro de 2017, está composto conforme a seguir:

	Consolidado		
	2017		
	Eldorado	Alpargatas	Total
Receita líquida	3.345.943	2.644.071	5.990.014
Custo	(1.536.482)	(1.488.527)	(3.025.009)
LUCRO BRUTO	1.809.461	1.155.544	2.965.005
(Despesas) receitas operacionais	(20.222)	(923.873)	(944.095)
RESULTADO OPERACIONAL	1.789.239	231.671	2.020.910
Resultado financeiro líquido	(820.113)	(55.926)	(876.039)
Resultado das operações descontinuadas antes dos impostos	969.126	175.745	1.144.871
Imposto de renda e contribuição social	(255.759)	48.446	(207.313)
Participação de não controladores	-	9.653	9.653
Lucro do período das operações descontinuadas	713.367	233.844	947.211

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pelas unidades de negócios dos Ativos classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2017, são:

	Consolidado			
	2017			
	Eldorado	Alpargatas	Vigor	Total
Atividades operacionais	840.176	28.157	(167.396)	700.937
Atividades de investimentos	(458.096)	(80.223)	(205.116)	(743.435)
Atividades de financiamento	(1.049.210)	(79.398)	39.585	(1.089.023)
Caixa líquido gerado (utilizado)	(667.130)	(131.464)	(332.927)	(1.131.521)

11 Títulos a receber

A Companhia adquiriu uma carteira de recebíveis no montante de R\$ 581.027 em 2017 e de R\$ 291.947 em 2018 as quais decorrem de crédito substancialmente de empresas de natureza de agronegócio. O saldo da carteira em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 542.144 (R\$ 554.620 em 31 de dezembro de 2017), no qual demonstramos abaixo a sua movimentação durante o período:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Saldo inicial:	554.620	87.200	554.620	87.200
(+) Adições	291.947	581.027	291.947	581.027
(-) Recebimentos	(191.044)	(27.744)	(191.044)	(27.744)
(-) Perdas efetivas	(114.010)	(33.397)	(114.010)	(33.397)
(+) Despesas alocadas	631	2.217	631	2.217
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	-	(54.683)	-	(54.683)
Saldo final:	542.144	554.620	542.144	554.620

Uma provisão é registrada para itens de longa data vencidos, considerando as perdas avaliadas como prováveis com base em análises históricas.

Esfera Administrativa: É feita a avaliação inicial do crédito e respectivas garantias. Se houver alienação fiduciária de imóvel, analisa-se o valor do imóvel e compara-se o valor do crédito para que se prossiga com o procedimento extrajudicial de consolidação da propriedade. Caso a garantia seja um imóvel, e este imóvel seja um valor muito inferior ao valor do crédito, opta-se pelo ajuizamento da ação judicial cabível. Contatos com os devedores também podem ser realizados nessa fase para tratativas.

Esfera Judicial: A Companhia realiza o acompanhamento junto aos escritórios terceirizados, inclusive revisão de peças judiciais, alinhamento de estratégia, além de todo o suporte em geral. Mensalmente todos os créditos da carteira assim como o atual andamento das cobranças são analisados pelo comitê de crédito e cobrança da Companhia.

12 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e suas controladas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes. Nas operações de conta corrente incidem cobrança de custos administrativos, de captação e variação cambial, quando aplicável. Detalhamento dos créditos e débitos com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

CONTROLADORA	Moeda	Vencimento	Repasse de custos (administração e captação)	Contas a Receber		Contas a Pagar		Efeito no resultado	
				2018	2017	2018	2017	2018	2017
Controladas diretas									
Globe	R\$	03.10.2022	-	88.286	88.284	-	-	-	-
Eldorado - Carta Fiança ¹	R\$	10.01.2019	1% a.a.	31.918	34.085	(9)	-	57.853	61.833
J&F Urbanismo	R\$	08.12.2021	-	5.775	4.300	-	-	272	-
Flora	R\$	21.01.2019	-	298	1.122	(7.900)	-	-	-
JBS S.A	R\$	10.01.2019	-	-	-	(131)	(130)	-	-
J&F Investimentos Ltd	US\$	28.12.2018	-	-	-	(641)	(641)	-	-
Anglo	R\$	17.11.2019	-	-	-	(5.124)	(7.993)	-	-
Âmbar Energia	R\$	15.01.2019	-	23	54	(113.183)	(263.635)	-	-
Fazendas Botas	R\$	18.12.2018	-	2	-	-	-	-	-
Outras Partes Relacionadas									
Vipe	R\$	20.05.2021	CDI+ 3% a.a.	22.687	20.809	-	-	1.878	38
Vivape	R\$	15.12.2018	CDI+ 3% a.a.	36.843	32.380	-	-	3.835	183
Mundo Novo	R\$	20.05.2027	CDI+ 3% a.a.	7.768	5.580	-	-	1.001	43
PicPay	R\$	31.07.2019	-	3.800	-	-	-	-	-
Canal Rural	R\$	18.01.2018	-	-	41	-	-	-	-
VLBM Participações	R\$	22.01.2018	-	-	2	-	-	-	-
J&F Austria	US\$	01.07.2020	Libor 3M + 2% a.a.	-	-	(44.325)	-	-	-
J&F Participações	R\$	01.06.2019	100% CDI	-	-	(242.637)	-	(2.734)	(2.282)
ZMF Participações	R\$	19.01.2018	-	-	-	-	(404)	-	-
Banco Original ²	R\$	25.10.2019	100% CDI	-	-	(133.904)	(297.345)	(16.355)	(38.033)
Original Corporate	R\$	29.04.2019	-	-	-	(163.533)	-	-	-
				197.400	186.657	(711.387)	(570.147)	45.750	21.782

¹ Aval concedido pela Companhia à Eldorado para garantia de operações de financiamento junto às instituições financeiras.

² Em dezembro de 2016 a Companhia adquiriu do Banco Original a titularidade de todos os direitos, títulos e interesses sobre a marca ORIGINAL e nome de domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br, incluindo os direitos decorrentes de sua criação, anterioridade, pedidos de registro e titularidade, perante o INPI no Brasil, e demais órgãos competentes no exterior. A Companhia esta tomando todas as medidas necessárias perante o INPI e demais órgãos competentes para anotação das cessões de Marca.

O valor da transação pactuado entre as partes, foi apurado por especialistas externos e independentes no montante de R\$ 422.000, o qual foi devidamente quitado em agosto de 2019.

O Banco Original continuará a explorar a marca e o domínio mediante pagamento de royalties.

Garantias prestadas e/ou recebidas pela Companhia

A Companhia é garantidora de empréstimos para capital de giro da Flora no montante de R\$ 1.907 com vencimento em 2024.

A Companhia é garantidora, após garantia de ativos da própria Eldorado, de todos os contratos de empréstimos e financiamentos nas modalidades de BNDES, FINEM Florestal e de ECAs e parte das modalidades de ACC, Finame, Capital de Giro, NCE e Debênture da subsidiária Eldorado em 31 de dezembro de 2018, com vencimento até 2027.

Nos contratos de conta corrente com partes relacionadas incidem cobrança de custos administrativos e de captação e variação cambial, quando aplicável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Consolidado - Partes relacionadas

	Saldos de balanço	
	31.12.18	31.12.17
J&F Oklahoma	701.138	873.752
Vivape	36.843	32.380
Vipe	22.687	20.809
Mundo Novo	7.768	-
PicPay	3.800	-
Canal Rural	-	41
VLBM Participações	-	2
ZMF Particip.	-	(404)
Transmissoras (SJT e SPT)	(1.860)	-
J&F Áustria	(44.325)	-
Original Corporate	(163.533)	-
Banco Original ¹	(133.904)	(297.345)
J&F Participações	(242.637)	-
	185.977	629.235

¹ Em dezembro de 2016 a Companhia adquiriu do Banco Original a titularidade de todos os direitos, títulos e interesses sobre a marca ORIGINAL e nome de domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br, incluindo os direitos decorrentes de sua criação, anterioridade, pedidos de registro e titularidade, perante o INPI no Brasil, e demais órgãos competentes no exterior. A Companhia esta tomando todas as medidas necessárias perante o INPI e demais órgãos competentes para anotação das cessões de Marca.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência foi de R\$ 5.283 no período findo em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 15.498 em 31 de dezembro de 2017.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R3) – Apresentação de Partes Relacionadas, os membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho ou remuneração com base em ações.

13 Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto “Joint ventures”

Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findos em 31 de dezembro de 2018:



	Total de ativos	Participação percentual	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
Em controladas:						
JBS ¹	114.145.830	40,93 %	23.576.206	25.646.995	181.680.246	25.201
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. ²	975.623	84,90 %	715.102	743.894	1.069.226	11.309
Gasocidente Mato Grosso Ltda ³	249.217	100,00 %	411.411	20.404	22	5.193
Fundo de Investimento em Participações Colorado	223.105	49,95 %	218.977	222.996	-	4.019
FIC FIP JMF	1.413.311	99,50 %	258.650	1.413.049	-	3.309
J&F Investimentos Ltd	11.070	100,00 %	24.331	11.066	-	82
Futura Venture	4	100,00 %	2.204	(8)	-	9
Fazenda Botas	3	99,90 %	1	(7)	-	(3)
Globe Investimentos	-	99,90 %	1	(88.287)	-	(3)
Fundo Invest. Dir. Credit. não padronizados - CERES	493.812	97,34 %	4.302	493.778	-	(265)
Anglo alimentos	34.518	100,00 %	121.788	22.532	-	(302)
Flora Urbanismo	51.041	100,00 %	19.490	36.613	-	(631)
Divinópolis	-	70,00 %	-	-	-	(779)
Original Corp. Corretora	1.282	80,00 %	4.450	1.045	38	(1.433)
Mundo Novo	8.949	50,00 %	5.600	1.107	-	(1.536)
Âmbar Energia	2.686.989	100,00 %	1.777.524	1.736.218	7.793	(64.154)
Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão ⁴	1.184.147	100,00 %	964.163	1.175.739	-	(110.729)
J&F Holding GMBH	1.664.764	36,36 %	103.623	(56.652)	-	(212.247)
Em "Joint ventures":						
PicPay	43.771	51,00 %	5.760	16.026	15.888	(41.636)
J&F Participações	12.209.182	75,00 %	100.000	(862.636)	1.133.417	(76.416)

¹ Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui na JBS.² Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui na Flora Prod. H&L.³ Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui na Gasocidente Mato Grosso.⁴ Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui no FIP Caixa Milão.

• Na Controladora:

	Saldo em 31.12.17	Adição (Baixa)	Variação Cambial (i)	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.18
				No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do período	
JBS	9.057.923	(488.787)	-	503.520	11.545	9.084.201
Âmbar Energia	1.983.356	(197.468)	-	14.484	(64.154)	1.736.218
FIC FIP JMF	1.353.907	-	-	48.785	3.293	1.405.985
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.	731.894	(218.279)	-	-	6.583	520.198
Fundo Invest. Dir. Credit. não padronizados - CERES	485.778	(4.867)	-	-	(258)	480.653
Fundo de Investimento em Participações Colorado	-	102.728	-	-	2.008	104.736
PicPay	36.775	53.260	-	-	(21.234)	68.801
Flora Urbanismo	28.928	8.316	-	-	(631)	36.613
Anglo alimentos	22.834	-	-	-	(302)	22.532
Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão	12.908	(43)	-	-	(1.107)	11.758
J&F Investimentos Ltd	9.351	-	1.630	4	80	11.065
Original Corp. Corretora	-	3.560	-	-	-	3.560
Gasocidente Mato Grosso Ltda	151	-	-	-	52	203
Mundo Novo ¹	1.322	(1.322)	-	-	-	-
Divinópolis ²	1.338	(784)	-	(8)	(545)	-
Fazenda Botas	-	-	-	-	(3)	(3)
Futura Venture	(174)	147	-	9	9	(9)
J&F Holding GMBH	-	91.367	(1.157)	(30.685)	(80.123)	(20.598)
Globe Investimentos	(88.196)	-	-	-	(3)	(88.199)
J&F Participações	(591.644)	-	-	1.980	(57.312)	(646.976)
Subtotal	13.046.451	(652.172)	473	538.089	(202.102)	12.730.737
Provisão para perdas de investimentos (iii)	680.014	-	-	-	-	755.785
Total	13.726.465	-	-	-	-	13.486.522

(i) Conforme definido no IAS 21/CPC 2 R2 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

(ii) Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão e transações de capital, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

(iii) Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes (J&F Holding GMBH, Fazenda Botas, Globe Investimentos, J&F Participações e Futura Venture).

¹ Mundo Novo: Em 21 de março de 2018 a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda para alienação da totalidade de sua participação societária de 50% do capital social da Mundo Novo Incorporações SPE ("Mundo Novo") para a Flora Urbanismo Ltda ("Flora Urbanismo") pelo valor patrimonial de R\$ 2.148.

² Divinópolis: Em 11 de setembro de 2018 a Companhia recebeu o montante de R\$ 787 referente ao distrato do investimento decorrente da dissolução da Divinópolis Saneamento S.A. ("Divinópolis"), consequentemente o saldo deste investimento foi baixado pela Companhia.

No consolidado:

	Saldo em 31.12.17	Adição (Baixa)	Transferência	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.18
				No Patrimônio Líquido	No Resultado do Período	
Meat Snacks Partners Ltda.	64.006	(5.500)	-	6	26.455	84.967
PicPay	36.775	53.260	-	-	(21.234)	68.801
Figueiras do Parque	25.545	1.274	-	-	1.430	28.249
Original Corp. Corretora	-	3.560	-	-	-	3.560
Carnaúba V	1.839	-	-	-	(61)	1.778
Carnaúba II	1.380	-	-	-	(46)	1.334
Carnaúba III	1.037	-	-	-	(55)	982
Punau	1.008	-	-	-	(116)	892
Outros	797	47	-	-	-	844
São Caetano I	702	-	-	-	(59)	643
Cervantes II	686	-	-	-	(56)	630
São Caetano	690	-	-	-	(61)	629
Cachoeira	650	-	-	-	(56)	594
Bom Jesus	583	-	-	-	(69)	514
Carnaúba I	1.356	208	-	-	(1.085)	479
Cervantes I	469	-	-	-	(95)	374
Pitumbu	472	-	-	-	(100)	372
TMT	199.603	-	(199.603)	-	-	-
VSB	192.290	-	(192.290)	-	-	-
São Galvão	423	74	-	-	(1.852)	(1.355)
Total	530.311	52.923	(391.893)	6	2.940	194.287
J&F Holding GMBH ¹	-	91.367	(1.157)	(30.685)	(80.123)	(20.599)
J&F Participações ¹	(591.644)	-	-	1.980	(57.312)	(646.976)
Total	(61.333)	144.290	(393.050)	(28.700)	(134.496)	(473.289)

¹ Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes.

14 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo histórico inclui custos diretamente relacionados ao preço de aquisição e os custos atribuíveis ao ativo para deixá-lo em condições de funcionamento pretendidas. Quando peças ou outras partes de um ativo imobilizado possuem vidas úteis diferentes, esses componentes são reconhecidos separadamente.

Os custos subsequentes, são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos possam ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de peças ou itens de substituição ou manutenção, são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado ou UGC's são imediatamente baixados após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Consolidado	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.12.18	31.12.17
Imóveis	5 a 50 anos	18.311.095	(5.503.006)	12.808.089	12.000.348
Terra nua e terrenos	-	4.392.839	-	4.392.839	4.063.891
Máquinas e equipamentos	5 a 25 anos	26.685.936	(14.468.221)	12.217.715	11.845.295
Instalações	5 a 20 anos	3.601.172	(1.397.802)	2.203.370	2.228.033
Equipamentos de informática	2 a 7 anos	977.038	(630.520)	346.518	306.148
Veículos	2 a 10 anos	916.021	(432.570)	483.451	410.988
Obras em andamento	-	2.525.242	-	2.525.242	2.650.191
Outros	5 a 15 anos	1.652.474	(941.098)	711.376	683.629
		59.061.817	(23.373.217)	35.688.600	34.188.523

Movimentação do ativo imobilizado:

Consolidado	31.12.17	Aquisições em combinações de negócios ¹	Adições líquidas de transferências	Baixas	Ativos classificados como mantidos para a venda	Depreciação	Variação Cambial	31.12.18
Imóveis	12.000.348	1.560	708.013	(40.609)	-	(719.851)	858.628	12.808.089
Terra nua e terrenos	4.063.891	7	167.595	(40.231)	-	-	201.577	4.392.839
Máquinas e equipamentos	11.845.295	1.383	1.533.519	(59.713)	(385)	(1.938.632)	836.248	12.217.715
Instalações	2.228.033	-	202.932	(10.524)	-	(227.572)	10.501	2.203.370
Equipamentos de informática	306.148	4.680	148.274	(1.532)	-	(135.772)	24.720	346.518
Veículos	410.988	821	180.300	(24.552)	-	(100.538)	16.432	483.451
Obras em andamento	2.650.191	-	(92.733)	(188.734)	-	-	156.518	2.525.242
Outros	683.629	-	77.586	(2.977)	(176)	(126.513)	79.827	711.376
	34.188.523	8.451	2.925.486	(368.872)	(561)	(3.248.878)	2.184.451	35.688.600

¹ As aquisições que representam o montante de R\$ 8.451 são referentes a subsidiária JBS.

15 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo compostos basicamente por marcas e patentes, direitos de exploração, softwares e outros.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando o método de amortização linear ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis que são amortizados são testados a impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil não é recuperável. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos custos de alienação de um ativo e seu valor em uso.

O valor contábil de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que se referem a marcas e patentes, tem seu valor recuperável testado anualmente ou quando ocorre eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem perda no valor recuperável desses ativos. Se existir perda de valor recuperável ela é reconhecida contra o valor contábil do ativo.

A Companhia considera que certas marcas e patentes são de vida indefinida decorrente do histórico, e em virtude da expectativa de uso pela Companhia. O marcas adquiridas não têm limites legais, ou contratuais ligados a sua utilização, e não dependem da vida útil de qualquer ativo ou grupo de ativos que existam de forma independente por um tempo considerável antes das aquisições. Ainda, tais marcas não estão relacionadas com setores sujeitos a obsolescência tecnológica ou outras formas de deterioração de valor.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis estão apresentados a seguir:



	Controladora		Consolidado	
Vida útil dos ativos intangíveis	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Indefinida	422.000	422.000	3.724.654	3.481.717
2 a 20 anos	-	-	618.593	577.381
2 a 15 anos	3	3	50.948	77.820
Até 17 anos	-	-	39.964	34.906
4 a 20 anos	-	-	2.059.310	2.094.176
5 a 20 anos	-	-	82.007	-
2 a 15 Anos	-	-	14.555	19.997
	422.003	422.003	6.590.031	6.285.997

¹ Em dezembro de 2016 a Companhia adquiriu do Banco Original a titularidade de todos os direitos, títulos e interesses sobre a marca ORIGINAL e nome de domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br, incluindo os direitos decorrentes de sua criação, anterioridade, pedidos de registro e titularidade, perante o INPI no Brasil, e demais órgãos competentes no exterior.

O Banco Original continuará a explorar a marca e o domínio mediante pagamento de royalties.

Movimentação do Intangível:

Consolidado	31.12.17	Aquisições em combinações de negócios ¹	Adição	Baixa	Ativos classificados como mantidos para venda	Amortização	Variação Cambial	31.12.18
Amortizável:								
Ágio de incorporações	-	-	1	-	-	-	-	1
Marcas e patentes	577.381	11.428	25.564	(40)	-	(27.189)	31.449	618.593
Softwares	77.820	-	35	(200)	(135)	(28.620)	2.048	50.948
Carteira de clientes	2.094.176	-	-	-	-	(306.123)	271.257	2.059.310
Cessão de direitos comerciais	-	-	74.218	-	-	(6.506)	14.295	82.007
Outros intangíveis	19.997	-	-	-	-	(8.346)	2.904	14.555
Não-amortizável:								
Marcas e patentes	3.481.717	364	-	-	-	-	242.573	3.724.654
Direito de exploração do uso da água	34.906	-	-	-	-	-	5.058	39.964
	6.285.997	11.792	99.817	(240)	(135)	(376.784)	569.584	6.590.031

¹ As aquisições que representam o montante de R\$ 11.792 são referentes a subsidiária JBS.

Teste para verificação de perda do valor recuperável:

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia testou a recuperabilidade de seus ativos, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa e não reconheceu despesa no período corrente e não houve indícios de impairment.

16 Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. No consolidado refere-se à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora e redução de custos devido a sinergias esperadas devido a integração das combinações de negócios.

O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Os ativos e passivos são agrupados em UGCs (Unidades geradoras de caixa) a fins de teste de impairment. Qualquer perda por impairment é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

		Controladora		Consolidado	
	Vida útil	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Ágio	Indefinida	186.115	11.275	24.702.843	23.200.284

Movimentação do Ágio:**Movimentação do Ágio:****Saldo em 31 de dezembro de 2017**Aquisições em combinações de negócios ¹

Baixa

Variação Cambial

Saldo em 31 de dezembro de 2018**Saldo em 31 de dezembro de 2016**Aquisições em combinações de negócios ¹

Baixa

Ajuste de combinação de negócio

Ativos disponíveis para venda ²

Variação Cambial

Saldo em 31 de dezembro de 2017

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.275	23.200.284
Aquisições em combinações de negócios ¹	174.840	234.961
Baixa	-	(9.011)
Variação Cambial	-	1.276.609
Saldo em 31 de dezembro de 2018	186.115	24.702.843
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.018.944	25.101.133
Aquisições em combinações de negócios ¹	-	272.279
Baixa	(857.148)	(2.320.217)
Ajuste de combinação de negócio	-	(95.410)
Ativos disponíveis para venda ²	(150.521)	(321.089)
Variação Cambial	-	563.588
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.275	23.200.284

¹ **Controladora:** Refere-se ao ágio na aquisição da Original Corretora. **Consolidado:** Refere-se aos saldos das aquisições das subsidiárias da JBS, GNP e Plumrose.² Referem-se aos saldos da Eldorado Celulose e das subsidiárias da JBS, JBS Argentina JBS Paraguay, Frigorífico Canelones, JBS Five Rivers e da JBS Food Canadá Inc.classificados como mantidos para venda.**Teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável:**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC (Unidades Geradoras de Caixa) que mantinham ágio, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa com data base em 31 de dezembro de 2018. A determinação do valor em uso envolve o uso de premissas sobre fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento de receita, custos e despesas, despesas de capital, requerimentos de capital de giro e taxas de desconto. A Administração projeta fluxos de caixa pelo período que a UGC levará para apresentar uma atividade operacional estável. O valor terminal foi atribuído com base em uma taxa de crescimento esperada em perpetuidade para os grupos UGC. O custo médio ponderado do capital (WACC), utilizado como taxa de desconto, foi estimado com base no desempenho histórico da indústria em relação a cada grupo de UGC e em fontes externas de informação sobre riscos de mercado.

Para o teste de impairment, as UGC foram segregadas nos seguintes grupos representando o nível mais baixo da Companhia em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna e possuem ágio significativos:

Subsidiária JBS:

Em 31 de dezembro de 2018, a Subsidiária JBS testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC (Unidades Geradoras de Caixa) que mantinham ágio, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa. A determinação do valor em uso envolve o uso de premissas sobre fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento de receita, custos e despesas, despesas de capital, requerimentos de capital de giro e taxas de desconto.

A Administração projeta fluxos de caixa por um período de 5 anos para os grupos UGC de Brasil Bovinos e USA Suínos, a fim de melhor refletir o longo ciclo dos grupos em relação à vida útil dos animais utilizados na produção. O valor terminal foi atribuído com base em uma taxa de crescimento esperada em perpetuidade para os grupos UGC. O custo médio ponderado do capital (WACC), utilizado como taxa de desconto, foi estimado com base no desempenho histórico da indústria em relação a cada grupo de UGC e em fontes externas de informação sobre riscos de mercado.

O teste de impairment foi efetuado para o grupo de UGCs para os quais foram alocados.

Para o teste de impairment, as UGCs foram segregadas nos seguintes grupos representando o nível mais baixo da Subsidiária JBS em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna e possuem ágio significativos:

Grupo UGC	31.12.18	31.12.17
Brasil Bovinos	9.069.926	9.069.926
Seara	3.533.294	3.533.294
Moy Park	3.030.896	2.760.016
USA Suínos	2.691.181	2.297.518
Austrália Meat	1.125.428	1.064.375
Austrália Smallgoods	1.062.769	1.005.113
Outros	3.262.081	2.758.005
Total	23.775.575	22.488.247

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve indícios de impairment do goodwill em nenhum dos grupos de UGC.

Brasil Bovinos

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo. Os valores atribuídos as mesmas representam a análise da Administração das tendências futuras em indústrias relevantes e são baseadas em dados históricos de fontes externas e internas.

	2018	2017
Taxa de desconto	10,9 %	10,8 %
Taxa de crescimento na perpetuidade	4,9 %	5,1 %
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	25,2 %	46,4 %

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne bovina no Brasil. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente gado. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

Seara

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

	2018	2017
Taxa de desconto	11,3 %	10,9 %
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,9 %	4,0 %
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	18,4 %	14,2 %

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne suína, carne de frango e outros produtos no Brasil. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
 - Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente gado. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
 - As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.
- Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

A Administração identificou que uma alteração razoavelmente possível na taxa de desconto ou no crescimento da perpetuidade, pode tornar o valor contábil maior que o valor recuperável. Para a UGC, um aumento na taxa de desconto de 1,0% e uma redução no crescimento da perpetuidade de 0,5%, no exercício findo em 30 de setembro de 2018, resultaria na estimativa de valor recuperável 1,71% menor do que o valor contábil.

Moy Park

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

	2018	2017
Taxa de desconto	8,0 %	8,5 %
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0 %	3,0 %
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	8,9 %	7,1 %

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne de frango no Reino Unido. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade dos ativos biológicos, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente gado. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

USA Suínos

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

	2018	2017
Taxa de desconto	12,0 %	12,0 %
Taxa de crescimento na perpetuidade	0,5 %	0,5 %
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	0,3 %	9,7 %

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne suína nos Estados Unidos da América, incluindo as operações da Cargill. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente suínos. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

Australia Meat

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

	2018	2017
Taxa de desconto	7,7 %	8,3 %
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0 %	2,5 %
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	2,2 %	32,0 %

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne bovina na Austrália. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado, suínos e ovinos, a capacidade total de abate e a utilização e aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente suínos. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

Australia Smallgoods

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:



	2018	2017
Taxa de desconto	7,7 %	8,3 %
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0 %	2,5 %
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	7,5 %	1,0 %

O EBITDA estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas das operações da Smallgoods na Austrália, que consiste nas operações da Primo. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado suínos e ovinos, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente suínos. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

17 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante, caso contrário é classificado no passivo não circulante. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estão segregados pelos principais tipos de fornecedores conforme demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Commodities	-	-	4.735.832	3.943.995
Materiais e serviços	7.672	8.739	7.433.919	5.658.859
Produtos acabados	-	-	137.194	240.995
Fornecedores risco sacado ¹	-	-	910.228	321.987
Ajuste a valor presente - AVP	-	-	(36.961)	(17.862)
	7.672	8.739	13.180.212	10.147.975

¹ Devido a baixa representatividade do saldo de 2017 e por ser uma operação em desenvolvimento e análise de efetividade para a JBS SA, o saldo de 2017 foi apresentado juntamente com o saldo de fornecedores de produtos acabados. Para o ano de 2018, devido ao crescimento da operação e perspectivas futuras, o saldo foi destacado e para fins de comparabilidade o saldo de 2017 foi segregado de fornecedores de produtos acabados.

A subsidiária JBS e sua subsidiária direta Seara Alimentos realizam operações de risco sacado com instituições financeiras de primeira linha junto a fornecedores no mercado interno. Em 31 de dezembro de 2018, as taxas médias de desconto nas operações de risco sacado desembolsadas por nossos fornecedores junto as instituições financeiras ficaram em 0,70% ao mês na Controladora e, 0,69% ao mês no Consolidado. Cabe enfatizar que operacionalmente e comercialmente não houve alteração no processo, e que a referida transação de risco sacado não gera alteração nos preços praticados pelos fornecedores, mantendo-se a mesma composição de preço praticado previamente à operação de risco sacado por esses mesmos fornecedores. Adicionalmente, essa operação não trouxe qualquer outro ônus para a Companhia e suas subsidiárias e todos os custos financeiros da operação ficam sob responsabilidade dos fornecedores.

18 Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, caso aplicável. Após o registro inicial, podem ser acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda corrente do referido país de origem. Todos empréstimos que não possuem a mesma moeda de apresentação da Companhia, são reavaliados em cada período corrente. Os gastos com prêmios, descontos e custos de transação são amortizados para despesa financeira utilizando o método de juros efetivos.



Controladora

Modalidade	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante			
					Circulante		Não circulante	
					31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Em moeda nacional								
Capital de Giro - Reais	10,29%	BRL	CDI	-	779	128.645	-	778
					779	128.645	-	778

Consolidado

Modalidade	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante		Não circulante	
					31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Em moeda estrangeira								
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	5,89%	USD	-	2020-21	634.900	5.055.776	3.094.983	-
Pré-pagamento	6,09%	USD	Libor	2020-23	1.275.206	5.048.964	5.694.441	3.084.877
144-A	-	USD	-	2020-24	-	153.432	-	8.331.310
Nota de Crédito - Importação	5,48%	USD	Libor	2021	2.868	98.641	114.832	-
Capital de Giro - Euros/Dólar/Libra	2,63%	USD, EUR e GBP	Libor, Euribor e GBP Libor	2023	22.537	29.957	49.458	58.643
Notas 6,25% JBS S.A 2023	6,25%	USD	-	2023	75.602	-	2.993.874	-
Notas 7,25% JBS S.A 2024	7,25%	USD	-	2024	53.376	-	2.901.727	-
Notas 7,00% JBS S.A 2026	7,00%	USD	-	2026	29.761	-	1.896.572	-
FINIMP	6,02%	USD e EUR	Libor e Euribor	-	5.440	15.682	-	4.658
Linha de crédito - Scott	4,72%	USD	-	2023	1.298	-	7.250	-
					2.100.988	10.402.452	16.753.137	11.479.488

Em moeda nacional

FINAME	7,99%	BRL	TJLP e SELIC	2020 - 25	36.329	54.723	57.160	97.865
FINEP	-	BRL	-	2020 - 25	26.919	25.971	60.190	86.531
JBS Mortgage	5,80%	USD	-	2020	775	622	6.393	6.123
Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux	-	USD	Libor	2023	415	-	(17.921)	-
ACC - Adto. de contrato de câmbio	2,91%	USD	Libor	2021	-	126	1.087	-
Term loan Five Rivers 2019	-	-	-	-	-	276.456	-	-
Term loan JBS Lux 2022	-	USD	Libor	2022	172.525	107.278	12.418.631	9.056.728
Notas 8,25% JBS Lux 2020	-	-	-	-	-	79.600	-	2.298.881
Notas 7,25% JBS USA 2021	-	USD	-	2021	14.980	22.984	2.548.073	3.768.904
Notas 5,875% JBS Lux 2024	5,88%	USD	-	2024	78.728	67.212	2.891.764	2.466.501
Notas 5,75% JBS Lux 2025	-	USD	-	2025	8.912	7.608	3.465.889	2.956.088
Notas 5,75% PPC 2025	5,75%	USD	-	2025	65.604	42.005	3.856.151	2.477.272
Notas 5,875% PPC 2027	5,88%	USD	-	2027	48.912	29.798	3.236.853	1.962.329
Notas 6,75% JBS Lux 2028	6,75%	-	-	2028	88.927	-	3.455.849	-
Linha de crédito PPC - Term Loan	3,63%	USD	Libor	2023	110.610	147.285	1.799.364	2.447.920
Linha de crédito PPC - crédito rotativo	-	-	-	-	-	324	-	216.208
Capital de giro - Reais	7,83%	BRL	CDI e TJLP	2020 - 21	5.382	279.030	135.665	23.309
Capital de giro - Dólares Americanos	2,91%	USD	Libor	2021	-	112.472	174.095	-

Capital de giro - Euros	1,37%	EUR	Euribor	2023	56.153	90.706	4.985	10.648
FCO - Fundo do Centro Oeste / FNO - Fundo do Norte	-	-	-	-	-	1.725	-	-
Nota de crédito - exportação	9,02%	BRL	CDI	2020 - 22	28.735	1.603.518	1.811.421	528.520
Nota de crédito - importação	-	-	-	-	-	187.462	-	-
Custeio pecuário	7,42%	BRL	-	2020 - 21	10.198	100.630	315.526	-
Conta Garantida	-	-	-	-	-	3.273	-	-
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	-	BRL	-	2020 - 23	27.959	-	127.192	-
CCB - BNDES	8,98%	BRL	UM BNDES	2020 - 24	3.012	3.009	16.305	18.994
Notas 6,25% Moy Park 2021	-	-	-	-	-	8.022	-	1.317.011
Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux	-	-	-	-	-	13.808	-	1.933.926
Linha de crédito canadense & crédito rotativo	-	-	-	-	-	7	-	(533)
Linha de crédito mexicana	-	-	-	-	-	1.813	-	252.424
Linha de crédito Scott	5,48%	USD, EUR NZD	US Prime	2020	16.945	-	3.832	-
Linha de crédito Moy Park - crédito rotativo	2,00%	GBP	Libor	2023	163	-	(2.786)	-
FINISA - Financiamento para Infraestrutura e saneamento	-	-	-	-	-	56.486	-	232.778
Acordo Confinamento JBS Austrália	7,00%	AUD	-	2023	-	-	73.664	-
Outros	-	BRL, EUR, GBP e AUD	Euribor e BBSY	2020 - 25	21.559	17.892	39.711	95.923
					823.742	3.341.845	36.479.093	32.254.350
					2.924.730	13.744.297	53.232.230	43.733.838

* Saldos classificados no circulante têm seus vencimentos entre 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Taxa Anual: Refere-se ao custo médio ponderado nominal de juros na data base. Os empréstimos e financiamentos são corrigidos por taxa fixa ou indexados às taxas: CDI, TJLP, UMBNDES, LIBOR e EURIBOR, entre outros.

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
2019	-	778	-	3.332.027
2020	-	-	483.761	7.240.964
2021	-	-	13.120.747	6.215.039
2022	-	-	13.295.197	26.945.808
Vencimentos após 2022	-	-	26.332.525	-
	-	778	53.232.230	43.733.838

a. Acordo de normalização com instituições financeiras no Brasil

Em conformidade com o Acordo de Normalização da dívida, firmado em 14 de maio de 2018, foi determinado de forma bilateral a prorrogação do vencimento do Principal de todas as modalidades de dívidas em aberto na data do acordo com os Bancos Signatários para julho de 2021, no montante de aproximadamente R\$12,2 bilhões, sendo que os juros foram atualizados e pagos conforme taxa e prazos estabelecidos nos contratos iniciais. O Acordo também estabelecia a amortização aproximada de 25% do Principal da dívida a partir de janeiro de 2019 até o término da vigência do Acordo de Normalização em julho de 2021. Diante do exposto toda a dívida incluída nesse acordo está apresentada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 como passivo não circulante, exceto as parcelas do Principal que serão liquidadas em até doze meses.

O Acordo de Normalização prevê mecanismos de substituição e/ou prorrogação de qualquer modalidade da dívida, garantindo que a redução do Principal da dívida ocorra de fato em julho de 2021, inclusive as dívidas relacionadas aos contratos de câmbios. Embora o ACC (Adiantamento de contrato de câmbio) e o Custeio Pecuário sejam dívidas que conceitualmente e por regra com perfil de curto prazo (passivo circulante) o montante da dívida relacionada a essas modalidades de contrato e incluída no Acordo de Normalização também é esperado que seja quitado de fato ao final do referido Acordo, baseado e garantido pelo mecanismo de substituição e/ou prorrogação do Principal definido no referido acordo, dessa forma estão apresentados no passivo não circulante nas demonstrações contábeis correntes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Em setembro de 2018 a Companhia, e sua subsidiária Seara, anteciparam o pagamento de aproximadamente R\$2,0 bilhões das parcelas do Acordo de Normalização, que venceriam em 2019 e 2020, das linhas de pré-pagamento (PPE), nota de crédito de exportação (NCE) e adiantamento de contrato de câmbio (ACC).

Eldorado

Restrições contratuais ("covenants")

Em 2017, a subsidiária Eldorado não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais (covenants) com as instituições financeiras e não obteve o waiver das instituições financeiras até a presente data. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), considerando que a Companhia e suas controladas não detinham o direito incondicional de postergar a liquidação dessas obrigações registradas no balanço patrimonial, individual e consolidado, nos montantes de R\$ 5.751.249 mil e R\$ 7.314.815 mil, respectivamente, em pelo menos doze meses após 31 de dezembro de 2018, os montantes de R\$ 3.619.771 mil e R\$ 5.096.496 mil, classificados no passivo não circulante, individual e consolidado, respectivamente, deveriam ter sido integralmente classificados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2018. Consequentemente, o passivo circulante, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a menor em R\$ 3.619.771 mil e R\$ 5.096.496 mil, respectivamente, e o passivo não circulante, individual e consolidado, apresentados a maior pelos mesmos montantes. Em 27 de novembro de 2018, a subsidiária Eldorado liquidou as dívidas para as quais não havia obtido Waiver.

As restrições contratuais (covenants) da subsidiária Eldorado estão apresentados a seguir.

A subsidiária Eldorado possui contratos de financiamentos que contam com determinadas obrigações de cumprimento de índices financeiros (covenants). Os contratos que contém obrigações desta natureza são: (i) os contratos de financiamento (Facility Agreements) celebrados com as Export Credit Agencies - ECAs, (ii) as Debêntures subscritas pelo FI-FGTS; (iii) as cartas de fiança bancária emitidas por Banco do Brasil e Santander para garantia do financiamento contratado pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e (iv) o Facility and Arrangement Agreement ("Term Loan"), celebrado com Banco do Brasil na França.

É importante notar que a subsidiária Eldorado vem trabalhando arduamente a fim de melhorar seus principais indicadores, inclusive o índice total de endividamento.

O ano de 2018 foi marcado pelo forte desempenho no mercado de celulose, reflexo da demanda crescente e de eventos como paradas e conversões para produção de outros tipos de celulose, além da greve dos caminhoneiros, que acabaram por limitar a oferta do produto. Essa combinação dos fundamentos do mercado suportou forte avanço dos preços no decorrer do ano, marcado pela continuidade de uma demanda consistente. Não obstante, o ano de 2018 também foi marcado pelo melhor desempenho histórico de vendas da Companhia. A expectativa do mercado de celulose é que o cenário da demanda permaneça aquecido, suportando os patamares de preços estabelecidos pela indústria e, consequentemente, permitindo que a Companhia apresente uma geração robusta de caixa nos próximos anos.

Assim, vale a pena mencionar que a Eldorado continua focada em otimizar sua eficiência operacional, assim como melhorar a gestão de seu fluxo de caixa e investimento a fim de convergir para os limites de covenants contratuais. Inclusive, isto foi reconhecido pela recente classificação (Ba3) concedida pela Moodys Investment Services e pelo upgrade recebido pela Fitch Ratings.

Corroborando com o esforço da Companhia de melhorar constantemente seus números, buscando excelência operacional e diminuindo seu endividamento e, por consequência, sua alavancagem, vale destacar que a Eldorado encontra-se adequada a todos os covenants demandados pelas entidades supracitadas. São eles:

(i) Export Credit Agencies: Covenants financeiros medidos anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015. Com relação ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2018, os índices foram:

Índice	Limite
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 1,15$
Dívida Líquida / EBITDA	$\leq 3,5x$
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	$\leq 2,75x$
Limite de Endividamento	$\leq \text{USD } 750 \text{ milhões}$

(ii) Debêntures: Covenants financeiros medidos anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015. Com relação ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2018, os índices foram:

Índice	Limite
Dívida Líquida / EBITDA	$\leq 3,5x$
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	$\leq 2,75x$
Limite de Endividamento	$\leq \text{USD } 1 \text{ bilhão}$

(iii) Cartas Fiança – Banco do Brasil: Covenants financeiros medidos anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015. Com relação a 2018 os índices foram:

Índice	Limite
Dívida Líquida / EBITDA	$\leq 3,5x$
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	$\leq 2,75x$
Limite de Endividamento	$\leq \text{USD } 750 \text{ milhões}$
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 1,15$

(iv) Cartas Fiança - Santander: Covenants financeiros medidos anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015. Com relação a 2018 os índices foram:

Índice	Limite
Dívida Líquida / EBITDA	$\leq 3,5x$
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	$\leq 2,75x$
Limite de Endividamento *	$\leq \text{USD } 1,2 \text{ bilhão}$
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 1,15$

* Em 2017, a Companhia obteve autorização do Banco Santander para aumentar o "Limite de Endividamento" para US\$ 1,2 bilhão, desde que a equação "Limite de Endividamento (-) Caixa" permanecesse inferior a US\$ 750 milhões.

O CPC 26/IAS 1, em seu item 74, estabelece que "74. Quando a entidade quebrar um acordo contratual (covenant) de um empréstimo de longo prazo (índice de endividamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do covenant. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data".

Dado que, conforme acima relatado, a Companhia obteve a repactuação destas obrigações a novos patamares atendidos pela Companhia relativamente ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia considera que dar cumprimento ao item 74 do CPC 26/IAS 1 faria com que as demonstrações contábeis da Companhia apresentassem no curto prazo dívidas que, na data da publicação dessas demonstrações contábeis, não eram exigidas no curto prazo, no montante de R\$ 2.335.175 mil referente a quebra de covenants das debêntures, visto que a Companhia está em negociação e não foi notificada por qualquer um dos credores acerca de potencial descumprimento dos acordos contratuais.

Garantias dos empréstimos

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos nas modalidades de BNDES, FINEM Florestal e de ECAs e parte das modalidades de ACC, Finame, Capital de Giro, NCE e Debênture, são garantidos por aval concedido pela controladora J&F Investimentos S.A.. A Debênture e certas dívidas de longo prazo também possuem como garantia valores aplicados em aplicações financeiras.

19 Arrendamento financeiro e operacional

Os arrendamentos nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e os benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro, onde são registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, os arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais, e são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

NO CONSOLIDADO

Na Subsidiária JBS:

a. Arrendamentos operacionais (Reconhecido como despesa):

A JBS possui contratos de arrendamento operacional de complexos industriais, curtumes e centros de distribuição nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

A subsidiária indireta JBS USA possui contratos de arrendamento operacional de armazéns, escritórios comerciais e instalações de manutenção de veículos nos Estados Unidos da América, bem como escritórios de marketing na Ásia, centros de distribuição e armazéns na Austrália e dois escritórios no México. Adicionalmente, a JBS USA arrenda equipamentos, veículos de transporte rodoviário e outros ativos.

As subsidiárias indiretas Seara Alimentos e JBS Aves são arrendatárias de unidades produtoras nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais com prazo superior a um ano não canceláveis, são apresentados a seguir:

	Consolidado
Para os exercícios findos em:	
2019	984.871
2020	794.235
2021	667.891
2022	540.899
2023	416.273
2024	305.029
Acima de 2024	643.093
Total	4.352.291

Em 31 de dezembro de 2018, os pagamentos de arrendamentos operacionais reconhecidos como despesa no período totalizaram no Consolidado R\$ 831.685.

b. Arrendamentos financeiros (reconhecido como ativo):

A subsidiária indireta JBS USA possui contratos de locação referente a veículos comerciais e máquinas e equipamentos e, a Seara possui contrato de locação referente a um imóvel no estado de Minas Gerais. O valor contábil registrado no ativo imobilizado está abaixo detalhado:

	Vida útil	Custo	Depreciação acumulada	31.12.18	31.12.17
Contratos de locação	10 anos	205.106	(78.103)	127.003	145.952
Total		205.106	(78.103)	127.003	145.952

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos financeiros com prazo superior a um ano não canceláveis, são apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Valor presente	Ajuste a valor presente	Pagamentos futuros
Para os exercícios findos em:			
2019	18.613	2.558	21.171
2020	11.110	2.284	13.394
2021	7.101	2.283	9.384
2022	6.650	2.567	9.217
2023	6.443	2.825	9.268
2024	5.939	3.050	8.989
Acima de 2024	34.952	8.176	43.128
Total	90.808	23.743	114.551

20 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Salários e encargos sociais	9.830	8.062	1.285.737	1.099.683
Provisões para férias, 13º salário e encargos	2.475	1.982	2.343.598	2.068.158
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	-	-	203.260	909.656
PIS e COFINS a recolher	21.159	10.305	119.863	93.846
Parcelamentos fiscais	-	6.382	4.456.562	2.476.140
Outros	112	1.309	507.977	499.459
	33.576	28.040	8.916.997	7.146.942
Desmembramento:				
Passivo circulante	33.576	28.040	4.312.191	4.484.699
Passivo não circulante	-	-	4.604.806	2.662.243
	33.576	28.040	8.916.997	7.146.942

Decreto 8.426/15 - PIS/COFINS Receitas Financeiras: Em julho de 2015, a Subsidiária JBS SA e suas subsidiárias impetraram Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade dos débitos de PIS e COFINS decorrentes de incidência destas contribuições sobre as receitas financeiras, conforme determinado no Decreto 8.426/15, o qual restabeleceu para 4,65% a alíquota combinada de referidas contribuições incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas empresas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, o qual teve a segurança concedida para reconhecer o direito da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrada na rubrica de Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais a provisão no montante de R\$ 20.917 e R\$ 9.036 na Controladora, respectivamente, R\$ 106.499 e R\$ 76.608 no Consolidado, respectivamente, relativa ao PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

Parcelamentos de encargos sociais: Com a adesão da Subsidiária JBS SA ao PRR (Parcelamento do Funrural) em setembro de 2018, vide nota 24 - Provisão para riscos processuais item a4 da Subsidiária JBS, a rubrica de Obrigações trabalhistas e sociais sofreu um aumento a época da adesão na linha de parcelamentos fiscais do Consolidado de R\$ 164.725 no curto prazo e de R\$ 1.815.697 no longo prazo, totalizando R\$ 1.980.422, devido ao impacto da adesão da subsidiária ao parcelamento.

21 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos, quando incorridos, efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos declarados", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

	Natureza	Ano	Controladora	
			31.12.18	31.12.17
JBS	Dividendos	2017	-	51.666
JBS	Dividendos	2018	2.120	-
TOTAL ATIVO			2.120	51.666

	Natureza	Ano	Consolidado	
			31.12.18	31.12.17
JBS	Dividendos	2018	(4.116)	-
JBS	Dividendos	2017	-	(75.796)
J&F Investimentos	Dividendos	Distrib. reservas de lucros de 2015	-	(420.222)
J&F Investimentos	Dividendos	Saldo de períodos anteriores à 2017	(35.268)	(35.268)
TOTAL PASSIVO			(39.384)	(531.286)

22 Compromissos com terceiros para investimentos

São reconhecidos nessa linha os passivos relacionados a aquisição de unidades industriais, imóveis, fazendas e/ou passivos decorrentes de aquisição de empresas. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos os saldos são classificados no passivo circulante; caso contrário, é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos.

Empresa	Descrição das aquisições	Curto prazo		Longo prazo	
		31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
JBS	- Imobilizados e outros complexos industriais	24.017	7.659	18.227	24.827
	- Ativos e complexos industriais Ana Rech	-	4.022	-	-
	- Ativos da Seara	-	24.886	-	-
	- Empresa Agrovêneto	2.228	1.331	5.449	8.275
	- Empresa Sul Valle	-	443	-	-
	- Empresa Novagro	2.290	-	-	2.193
	- Ativos imobilizados da empresa Céu Azul	84	84	-	-
	- Ativos imobilizados da Tramonto	554	3.324	-	554
	- Aquisição da planta de Trindade do Sul	12.344	15.328	-	-
	- Aquisição da planta de Jundiá	4.020	16.079	-	4.019
	Total	45.537	73.156	23.676	39.868

23 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas subsidiárias localizadas no Brasil são tributadas com base no lucro apurado conforme tributação vigente no Brasil, e as subsidiárias localizadas no exterior com base na legislação aplicável de cada país. O imposto de renda é reconhecido com base nas alíquotas de imposto de renda vigente na data do balanço.

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são compostos por impostos a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e eventuais ajustes de anos anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é registrado com base na melhor estimativa levando-se em conta as incertezas relacionadas ao cálculo de tais tributos, caso houver.

A taxa de imposto de renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período corrente nos países onde as controladas e associadas da Companhia operam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita a interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa CSLL e diferenças temporárias ativas e passivas sobre a base fiscal versus contábil. Os impostos diferidos não são reconhecidos quando oriundos de ajustes ativos e/ou passivos que não afetam as bases tributárias, com exceção dos ajustes de combinação de negócios.

Os impostos diferidos somente serão reconhecidos caso seja provável que futuramente exista base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos compensados, com base em projeções de resultados tributáveis bem como estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia, e de suas controladas, quando aplicável.

Os impostos diferidos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e quando estiverem relacionados à mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal se as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

De acordo com a Lei nº 12.973/14, o resultado das subsidiárias no exterior deverá ser tributado à taxa nominal de 34%, e o imposto pago no exterior por essas subsidiárias poderá ser creditado no Brasil.

a. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Resultado antes da tributação¹	(488.078)	(6.500.315)	(2.104.888)	(6.530.055)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	165.947	2.210.107	715.662	2.220.219
Ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	71.618	763.779	2.502	12.282
Prejuízos Fiscais de Anos Anteriores	-	128.608	94.727	275.066
Subvenções para Investimento	-	-	52.873	149.989
Diferença de Alíquotas sobre Resultados de Controladas no Exterior	-	-	678.083	423.774
Efeito Líquido - Lucros Auferidos no Exterior	-	-	(376.365)	(534.000)
Ajustes de Preço de Transferência	-	-	(8.343)	(9.548)
Imposto Diferido Ativo não Constituído	(216.217)	(2.696.444)	(130.145)	(2.436.255)
Dividendos Pagos no Exterior	-	-	-	(1)
Imposto de Renda Retido na Fonte - Subsidiárias no Exterior	-	-	(145.388)	(11.316)
Plano de Outorga de Opções	-	-	(1.599)	-
Juros não Tributados - Subsidiárias no Exterior	-	-	124.828	178.353
Contabilização de Imposto Diferido de Anos Anteriores	-	-	7.221	4.333
Tributação de Empresas em Dupla Jurisdição - Subsidiárias no exterior	-	-	378.608	330.110
Realização de Outros Resultado Abrangentes - Programa de Desinvestimento	-	-	(5.859)	-
Recuperação de Impostos	-	-	18.567	-
Outras Diferenças Permanentes	(40.967)	(225.848)	(19.776)	(345.825)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(19.620)	180.204	1.385.595	257.182
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.201	1.300	245.443	(1.281.346)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.821)	178.904	1.140.152	1.538.527
	(19.620)	180.204	1.385.595	257.182
Percentual de IR/CS sobre LAIR	(3,64)%	2,77 %	65,75 %	3,94 %

¹ O resultado antes da tributação contempla os efeitos do resultado líquido de operações descontinuadas.

b. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora		
	31.12.18	Reconhecido no Resultado	Demais Ajustes
Perda Estimada de Crédito em Liquidação Duvidosa	20.324	253	-
Provisão para contingência	9.495	9.227	-
Demais Diferenças Temporárias Ativas	951	(30.301)	-
Realização Reserva de Reavaliação / Deemed Cost	(73.762)	-	1.201
Perda de Capital FIDC	(163.402)	-	-
Total Líquido	(206.394)	(20.821)	1.201

	Consolidado			
	31.12.18	Reconhecido no Resultado	Varição Cambial	Demais Ajustes
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	1.544.725	598.441	49.077	6.386
Perda estimada de crédito em liquidação duvidosa	104.251	10.529	347	-
Provisão para contingência	363.237	48.307	1.607	-
Ajuste a Valor Presente - Clientes	4.183	2.891	-	865
Valorização de Estoques - Subsidiárias no Exterior	(209.390)	(85.585)	(10.827)	-
Créditos Tributários - Subsidiárias no Exterior	48.816	(59.242)	15.625	-
Regras para criação de animais - Subsidiárias no Exterior	-	(51.331)	5.392	-
Provisão para Seguros de Acidente de Trabalho - Subsidiárias no Exterior	128.712	2.463	19.370	-
Plano de Pensão - Subsidiárias no Exterior	100.878	12.083	13.306	-
Provisão de Contas a Pagar - Subsidiárias no Exterior	384.631	27.436	56.967	-
Custo Reorganização Societária Moy Park	-	(15.130)	2.016	-
Pagamento baseado em ações	9.604	9.604	-	-
Demais Diferenças Temporárias Ativas	841.617	544.270	6.187	37.271
Amortização de Ágio	(2.034.470)	(1.152)	-	-
Ajuste a Valor Presente - Fornecedores	(12.560)	(6.487)	-	-
Combinações de Negócios	(2.529.413)	25.917	(236.562)	(8.593)
Provisão para Devoluções de Clientes - Subsidiárias no exterior	(116.104)	(2.389)	(16.946)	-
Realização Reserva de Reavaliação / Deemed Cost	(725.059)	29.838	-	3.996
Alienação Operações Mercosul	(163.402)	-	-	-
Demais Diferenças Temporárias Passivas	(302.632)	49.689	(6.340)	(163.229)
Total líquido	(2.562.375)	1.140.152	(100.781)	(123.304)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	30.770	51.654	1.253.423	542.023
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(237.164)	(238.366)	(3.815.799)	(4.020.391)
	(206.394)	(186.712)	(2.562.375)	(3.478.368)

24 Provisão para riscos processuais

A Companhia e suas controladas no curso normal dos seus negócios, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Companhia e suas controladas com base na opinião dos consultores legais. As principais informações desses processos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão assim representadas:



	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Fiscais e previdenciários	748	45	2.075.851	2.152.013
Trabalhistas	8.624	868	471.031	420.468
Cíveis	5.912	63	204.714	363.753
Total	15.284	976	2.751.597	2.936.234

Movimentação das provisões

	Controladora			
	31.12.17	Adições	Baixas	31.12.18
Fiscais e previdenciários	45	703	-	748
Trabalhistas	868	7.755	-	8.624
Cíveis	63	5.850	-	5.912
Total	976	14.308	-	15.284

	Consolidado				
	31.12.17	Adições	Pagamentos ou mudanças de estimativas	Ativos disponíveis para a venda	Variação Cambial
Fiscais e previdenciários	2.152.013	1.469	(73.172)	(4.268)	(191)
Trabalhistas	420.468	366.681	(316.015)	-	(103)
Cíveis	363.753	6.026	(165.064)	-	-
Total	2.936.234	374.176	(554.251)	(4.268)	(294)

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são partes em outras ações de naturezas tributária, trabalhista e cível no montante de R\$ 10.756.989 em 31 de dezembro de 2018, envolvendo riscos de perda, avaliadas pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, estando de acordo com os requerimentos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Abaixo a Companhia detalha as ações que a Administração considera como relevantes em suas controladas.

Subsidiária Âmbor:

Em 31 de dezembro de 2018, a subsidiária Âmbor apresentou um saldo de contingência trabalhista no valor de R\$ 353, referente a duas reclamações trabalhistas na controladora e R\$ 15 referente a uma reclamação na sua controlada GOM.

A empresa obteve a liminar para suspensão do pagamento dos impostos de PIS e COFINS sobre a receita financeira em 07/2015, porém mantém a provisão de R\$ 2.031 destes impostos na contabilidade, até trânsito em julgado do processo e também mantém a provisão de R\$ 99 referente ao pagamento de multa devido a entrega em atraso da EFD Contribuições no ano de 2013 e 2014.

Desde março de 2017 a SJT e a SPT, controladas da subsidiária Âmbor, provisionam uma contingência para riscos fiscais relacionada à diferença de base de presunção de lucro presumido de 8% e 12% para 32%. As Companhias possuem uma liminar expedida pela 22ª Vara Federal de Brasília, em 24 de março de 2017, que afasta aplicação de percentual de 32% para fins de IRPJ e CSLL, por considerar que a totalidade das receitas auferidas (RAP) pela Companhia, com base nos contratos de concessão, decorre exclusivamente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, sujeita à aplicação dos percentuais de 8% e 12% para fins de IRPJ e CSLL, respectivamente.

Subsidiária Flora Prod. Hig. e Limpeza:**Processos Fiscais e Previdenciários**

A Flora vem sendo demandada administrativamente e judicialmente pela suposta existência de débitos fiscais, com origem na ausência de recolhimento ou no pagamento parcial de tributos e taxas. A Administração, com fundamento na opinião de seus consultores jurídicos, entende que a possibilidade de perda é possível, e que as medidas legais já adotadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. O valor aproximado destes supostos débitos somam R\$ 65.234 na controladora e R\$ 95.690 no consolidado.

Processos Cíveis

A subsidiária Flora é ré em ações civis de cobrança, excesso de carga, negativação indevida e outras. O valor aproximado destes supostos débitos somam R\$ 14.905 na controladora e R\$ 22.013 no consolidado.

Com fundamento na opinião de seus assessores legais e na legislação sobre a matéria, a Companhia deixou de constituir provisão no que diz respeito a essas ações judiciais devido à classificação de risco ser possível.

Outros processos possíveis

Adicionalmente, a Flora e sua controlada são partes em outras ações de natureza trabalhistas no montante de R\$ 9.359 na controladora e R\$ 12.614 no consolidado em 31 de dezembro de 2018.

Subsidiária Eldorado:

Em 31 de dezembro de 2018, a Eldorado figurava no polo passivo com processos de natureza ambiental, cível, trabalhista e tributária, no montante de R\$ 1.050.633 (R\$ 532.757 em 31 de dezembro de 2017), dos quais a Companhia provisionou R\$ 9.167 (R\$ 12.608 em 31 de dezembro de 2017), classificados por sua Administração e assessores legais com probabilidade de perda provável, acredita-se que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Para os processos classificados como perdas possíveis, no montante de R\$ 870.843 (R\$ 469.853 em 31 de dezembro de 2017) a Companhia entende que nenhuma provisão para perdas é necessária.

A movimentação registrada na contingência trabalhista se deve principalmente ao resultado do trabalho de revisão dos critérios de provisionamento da Companhia.

Desse modo, até que os recursos que visam a reforma da decisão sejam julgados, os processos são tratados como passivo contingente, uma vez que são classificados com chance de perda possível. Finalizado o julgamento dos recursos, os processos julgados desfavoravelmente à Companhia são reclassificados com chance de perda provável, com a devida constituição da provisão, atendendo aos requisitos do CPC 25/IAS 37, quanto à constituição da obrigação presente, à necessária saída de recursos para liquidar a obrigação e à mensuração confiável sobre o valor da obrigação.

Subsidiária JBS:**a. Processos fiscais e previdenciários**

a1. ICMS: A Companhia sofreu 260 autuações (259 em 31 de dezembro de 2017) pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS que, segundo o Estado de São Paulo, deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R\$ 2.310.065 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.144.333 em 31 de dezembro de 2017). Tais débitos vêm sendo contestados administrativa e judicialmente. Além disso, a Companhia propôs uma ação que tem como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarcir-las, caso as autuações sejam mantidas. O tema aguarda julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (TEMA 490 - repercussão geral). Há elemento extraprocessual relevante: sobreveio a Lei Complementar n. 160/2017 que previu possibilidade de convalidação dos créditos glosados, com a consequente remissão dos débitos. Atualmente, encontra-se pendente de trâmites administrativos pelos Estados cedentes dos benefícios, cujo atendimento terá por consequência o cancelamento dos débitos. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando a perda como remota.

a2. Outros processos fiscais e previdenciários: Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte em outros 1.092 processos (952 processos em 31 de dezembro de 2017) fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância em seu contexto. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 130.281 (R\$ 157.076 em 31 de dezembro de 2017).

a3. Efeitos de Colaboração Premiada: A Companhia recebeu em dezembro de 2017 um auto de infração referente ao ano base de 2012, substancialmente baseado em informações disponibilizadas nos anexos dos acordos de colaboração premiada, conforme descrito na nota explicativa 2.

A partir da adesão ao Acordo de Leniência, a Companhia procedeu à implementação do programa de integridade e investigações internas independentes, efetuando também análises internas e levantamentos sobre os fatos delatados e seus efeitos nas demonstrações contábeis, que incluem as matérias constantes no auto de infração de 2012 e seguindo a mesma lógica para os demais anos, que se trata principalmente de pagamentos sem efetiva prestação de serviços e entrega de insumos e seus efeitos de IRRF e dedutibilidade dessas despesas, incluindo juros e multa.

O impacto reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é trimestralmente atualizado e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o impacto foi de R\$ 80.520, que foi reconhecido sob a rubrica "Despesas administrativas", ficando a provisão com o saldo atualizado de R\$ 1.577.480 em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reavaliou a provisão para contingências referente aos efeitos da colaboração premiada, considerando os andamentos das fiscalizações e demais subsídios para mensuração da provisão e não identificou a necessidade de ajustes.

a4. Adesão ao PRR: A Companhia fez adesão ao PRR no montante de R\$ 2,4 bilhões, sendo que nenhuma provisão havia sido registrada para essa contingência, pois a probabilidade de perda era considerada como possível.

Cabe enfatizar que não houve alteração na estimativa de risco de perda da Companhia referente a esses processos, entretanto, ainda que tais débitos estivessem em discussão e com argumentos técnicos de êxito, a Companhia decidiu por aderir ao PRR tendo em vista os benefícios do programa, como utilização de créditos fiscais, descontos e reduções, prazo estendido para pagamento, e custo da ação judicial (tanto financeiro, quanto o tempo de discussão processual).

Os débitos referentes à contribuição SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) no montante aproximado de R\$ 371.476 não foram incluídos no PRR, por não haver previsão em lei, e, por esse motivo ainda se encontram em discussão com expectativa de perda julgada como possível, sem provisão registrada.

b. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte em 12.890 ações (16.692 ações em 31 de dezembro de 2017) de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 1,6 bilhões (R\$ 1,3 bilhões em 31 de dezembro de 2017). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 221.826 (R\$ 143.954 em 31 de dezembro de 2017), relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. As ações são, em sua maioria, movidas por ex-empregados das plantas da JBS e os principais pedidos dizem respeito a jornada de trabalho, adicional de insalubridade e suposta ocorrência de acidente de trabalho e doença ocupacional. Dentre as ações de natureza trabalhista, estão em curso processos movidos pelo Ministério Público do Trabalho com temas relacionados ao setor.

c. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte em 1.266 ações (1.004 ações em 31 de dezembro de 2017) de natureza cível. Na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda é de R\$ 16.535 (R\$ 22.017 em 31 de dezembro de 2017) sendo que o montante está provisionado.

d. Outros processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía ações, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, são possíveis de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, para as quais não há provisão constituída no montante de R\$ 5,3 bilhões (R\$ 5,6 bilhões em 31 de dezembro de 2017) que correspondem principalmente a ações cíveis e tributárias, e no Consolidado, no montante de R\$ 9,8 bilhões (R\$ 8,6 bilhões em 31 de dezembro de 2017). A Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

e. Procedimentos Investigatórios e Judiciais Relevantes

A Companhia, e/ou suas respectivas subsidiárias, figuram na condição de investigadas em diversos procedimentos iniciados ou com desdobramentos relevantes em virtude dos fatos descritos na nota 2 - Acordo de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e seus impactos nas demonstrações contábeis, conforme apresentado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

e1. Procedimentos Criminais

Nos procedimentos de investigação criminal e ações penais, as pessoas jurídicas não sofrem sanções penais decorrentes dos fatos, em tese, praticados pelos seus executivos e/ou representantes, sendo que estes sim, estão sujeitos às penais da Lei (inclusive privação de liberdade), em caso de comprovação de participação efetiva em fatos ilícitos envolvendo a Companhia e/ou suas respectivas subsidiárias.

- **Operação Bullish (inquérito policial) e PIC MPF/RJ:** Investigação para apurar supostas irregularidades nos investimentos feitos na JBS pelo BNDESPar, em razão dos "achados" mencionados em acórdão proferido no TCU no ano de 2015; dessa operação originaram-se uma série de ações cautelares que, entre outras, tiveram como objeto a busca e apreensão de documentos da Companhia ou que pudessem ter informações sensíveis à Companhia, assim como o bloqueio de bens dos controladores e seus familiares, sobrevivendo decisão judicial posterior de desbloqueio de todos os bens. Por fim, o procedimento investigativo já foi concluído pela Polícia Federal (apresentado relatório final) e encontra-se com vista ao Ministério Público Federal para análise do relatório.

- **Operação Carne Fraca (inquérito policial):** Investigação para apurar suspeitas de pagamentos indevidos aos servidores públicos federais do Serviço de Inspeção Federal - SIF; os inquéritos e ações penais apuram a prática de corrupção de diversas empresas que atuam no setor de agropecuária (frigorífico). Especificamente em relação à Companhia estão sendo investigadas as condutas de funcionários e de ex-funcionários ligados a 1 unidade no Estado do Paraná. Importante ressaltar que referido procedimento investigativo e os fatos apurados estão acobertados pelo Acordo de Leniência firmado pela J&F e o Ministério Público Federal (com a devida adesão da JBS), com base nos relatos trazidos por colaborador (pessoa física) no âmbito das colaborações premiadas, sendo certo que a investigação ainda não teve sua conclusão por parte da Polícia Federal.

- **Operação Porteira Aberta (inquérito policial):** Investigação para apurar suposto cometimento dos delitos de corrupção dentro da unidade frigorífica da JBS em Barra do Garças/ MT, em razão de suspeitas de pagamentos indevidos por funcionários a servidores públicos federais do Serviço de Inspeção Federal - SIF. Os fatos relacionados neste procedimento investigativo guardam relação/conexão com o assunto Carne Fraca e estão sendo tratados no âmbito do acordo de Leniência firmado pela J&F, do qual a Companhia é aderente e vem colaborando e cumprindo com suas obrigações perante às autoridades competentes. O procedimento investigativo permanece em andamento e a empresa vem colaborando com a investigação.

- **Operação Lama Asfáltica (inquérito policial):** Investigação para apurar suspeitas de pagamentos indevidos para obter incentivos fiscais do governo do Estado do Mato Grosso do Sul; o inquérito investiga suposta cartelização de empresas que atuam no setor de construção civil, fraudes em procedimentos licitatórios e corrupção de servidores públicos. Em relação especificamente à Companhia, a Polícia Federal declara ter encontrado indícios de pagamentos indevidos a funcionários públicos do Estado do Mato Grosso do Sul em troca de benefícios fiscais concedidos à Companhia naquela localidade. Importante ressaltar que referido procedimento investigativo e os fatos apurados foram trazidos em Anexos específicos sobre o Estado do Mato Grosso do Sul nas colaborações premiadas das pessoas físicas. As investigações envolvendo os fatos relacionados à empresa JBS S. A no inquérito n. 525/17 já foram objeto de relatório final e já deram início a duas ações penais (uma denúncia recebida e em tramitação e outra rejeitada aguardando julgamento de recurso). Nenhum dos colaboradores foram denunciados, tendo sido arrolados como testemunhas de acusação nas Ações Penais, em razão dos anexos específicos sobre o Estado do Mato Grosso do Sul.

- **Operação Tendão de Aquiles (Ação Penal) na 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo:** Suspeitas do cometimento dos delitos de "insider trading" e manipulação de mercado por parte dos ex-executivos à época dos fatos (que se encontram na condição de réus no processo), em razão de operações realizadas de compra de dólares e com ações, tendo em vista informação, em tese, privilegiada (colaborações premiadas e vazamento). O referido processo se encontra em fase de instrução criminal com oitivas de testemunhas (acusação e defesa) e produção de provas, sem prolação de sentença até o presente momento na primeira instância.

e2. Ações Populares

- **Ação Popular - 1001502-51.2017.4.01.3700:** Supostas irregularidades no financiamento por meio de empréstimos contratados junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

3ª Vara Cível Federal de São Luis do Maranhão

Autor: Aristóteles Duarte Ribeiro

Em 25/09/18 foi proferida decisão pelo Juízo da 09ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo, determinado o retorno dos autos à 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luis do Maranhão, uma vez que o processo preventivo havia sido sentenciado antes do reconhecimento da conexão. Aguarda-se decisão do juízo.

- **Ação Popular - 0820215-58.2017.8.12.0001:** Objetiva a declaração de nulidade dos Termos de Acordo de Regime Especial (TARES) n. 1028/2014 e 1103/2016, bem assim a indisponibilidade de bens dos requeridos até o valor equivalente aos prejuízos sofridos pelo Estado.

1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais da Comarca de Campo Grande

Autor: Danny Fabricio Cabral Gomes e Soraya Thronicke.

Em 17 de novembro de 2017, foi atribuído efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento para determinar a suspensão dos bloqueios realizados. Em 25 de abril de 2018, o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul confirmou os efeitos da liminar recursal, determinando-se o desbloqueio de bens com a consequente revogação da liminar que havia sido concedida pelo juízo de primeiro grau. Aguarda-se julgamento da ação em primeiro grau.

As ações populares n.º 5007526-48.2017.4.03.6100 (5ª Vara Cível Federal de São Paulo); 5007521-26.2017.4.03.6100 (9ª Vara Cível Federal de São Paulo);

5203744-56.2017.8.09.0051 (3ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia/GO) e 1019930-11.2017.4.01.3400 (14ª Vara Cível Federal do Distrito Federal) tiveram desfechos favoráveis à Companhia, razão pela qual serão reclassificadas para probabilidade de perda remota.

e3. Ações societárias

- **CVM - Processo Administrativo Sancionador 19957.005388/2017-11 (5388/2017):** Apurar eventual responsabilidade da i) Companhia, por supostamente ter sido beneficiária de compras de contratos derivativos de dólar com uso de práticas não equitativas, em infração à Instrução CVM nº 8/1979, II, d, entre os dias 5 e 17 de maio de 2017; e, ii) da subsidiária Seara Alimentos Ltda., por supostamente ter sido beneficiária de compras de contratos derivativos de dólar com uso de práticas não equitativas, em infração à Instrução CVM nº 8/1979, II, d, em 10 de maio de 2017.

Requeridos: JBS S/A, Seara Alimentos Ltda., Wesley Mendonça Batista e Eldorado Brasil Celulose S.A.

- A ação de tutela cautelar antecedente n.º 5013681-67.2017.4.03.6100 (8ª Vara Cível Federal de São Paulo), foi extinta, sem resolução de mérito, e não houve interposição de recurso contra referida decisão, razão pela qual será reclassificada para probabilidade de perda remota.

- A Companhia não figura mais como parte demandada nos procedimentos arbitrais n.º 93/17 e 110/18 (Ação de responsabilização por perdas e danos sofridos pela Cia.) e 94/17 Direito de voto dos Requerentes no âmbito de duas deliberações da assembleia geral extraordinária da JBS S.A. convocada para 1 de setembro de 2017, cuja realização está atualmente suspensa por ordem judicial. Referidos procedimentos serão reclassificados para probabilidade de perda remota.

Dos quatro Processos Administrativos Sancionadores em curso na CVM, no qual membros e ex-membros da Administração da Companhia são acusados por supostas infrações à regulação de mercado de capitais quanto à divulgação de informações, dois já tiveram desfecho (julgamento pelo Colegiado e celebração de Termos de Compromissos).

A Companhia informa ainda haver processos administrativos não sancionadores em trâmite na CVM, nos quais são analisadas questões relacionadas à Companhia.

Na subsidiária Seara Alimentos, controlada da JBS:

a. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, a Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 16.608 ações (19.710 ações em 31 de dezembro de 2017) de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 2.081.588 (R\$ 1.907.986 em 31 de dezembro de 2017). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Seara Alimentos e suas controladas registraram provisões no montante de R\$ 231.297 (R\$ 262.252 em 31 de dezembro de 2017) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Seara Alimentos. As ações, em sua maioria, foram movidas por ex-empregados das plantas da Seara Alimentos e os principais pedidos dizem respeito a jornada de trabalho, adicional de insalubridade e suposta ocorrência de acidente de trabalho e doença ocupacional. Dentre as ações de natureza trabalhista, estão em curso processos movidos pelo Ministério do Trabalho com temas relacionados ao setor.

b. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 2.918 ações (2.490 ações em 31 de dezembro de 2017) de natureza cíveis e administrativas, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 685.745 (R\$ 1.380.836 em 31 de dezembro de 2017). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, registraram-se provisões no montante de R\$ 181.305 (R\$ 340.886 em 31 de dezembro de 2017) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de indenização por dano moral coletivo, danos morais por protesto indevido, reparação de danos por rescisão de contratos de parceria avícola ou integração de suínos, anulação de marca de indústria ou comércio e reclamação de consumidor - qualidade de produto.

c. Processos fiscais e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2018, a Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 615 ações (632 em 31 de dezembro de 2017) processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância em seu contexto. Destacamos que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 332.129 (R\$ 458.963 em 31 de dezembro de 2017).

d. Outros processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía ações, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, são possíveis de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, para as quais não há provisão constituída no montante de R\$ 3,3 bilhões (R\$ 3,0 bilhões em 31 de dezembro de 2017).

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 8.207.760, representado 112.785.411 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 56.411.683 ações ordinárias e 56.373.728 ações preferenciais.

Em abril de 2018 o acionista Pinheiros Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, aumentou o capital da Companhia em R\$ 420.221.708,34 através da conversão de créditos oriundos de dividendos distribuídos pela Companhia. No referido aumento de capital foram emitidas 9.557.143 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 4.778.572 ações ordinárias e 4.778.571 ações preferenciais, após o referido aumento, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é representado por 122.342.554 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 61.190.255 ações ordinárias e 61.152.299 ações preferenciais, totalizando R\$ 8.627.982.

b. Reservas de Capital

b1. Transações de capital

De acordo com o IFRS 10/CPC 36 R3- Demonstrações Consolidadas as mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários). Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não-controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

Portanto, se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deve considerar os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do seu patrimônio líquido (individual e consolidado).

b2. Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

c. Reservas de lucro

c1. Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

c2. Reserva Estatutária para Investimento

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c3. Dividendos

Serão distribuídos dividendos obrigatórios não inferiores, em cada exercício, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

c4. Outros resultados abrangentes

Composto por ajustes de avaliação patrimonial reflexa de controladas e ajustes acumulados de conversão referente a variação cambial resultante na conversão das demonstrações contábeis das controladas.

26 Receita líquida

A receita de vendas é reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes bem como na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação

recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas de devolução em seus resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, tipo de transação e características de cada contrato.

A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios do produto são transferidos para o cliente, no local de expedição ou na entrega dos produtos. Essas condições podem variar a cada cliente, de acordo com os termos de venda. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo.

	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
RECEITA BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	2.168	3.700	141.250.594	124.869.706
Mercado externo	-	2.492	47.110.098	45.319.392
Prestação de serviço	-	-	6.578	136.032
	2.168	6.192	188.367.270	170.325.130
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	-	-	(3.894.976)	(3.811.388)
Impostos sobre as vendas	(351)	(536)	(1.866.880)	(2.084.260)
	(351)	(536)	(5.761.856)	(5.895.648)
RECEITA LÍQUIDA	1.816	5.657	182.605.414	164.429.482

27 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido inclui (i) juros sobre empréstimos e custos de captação; (ii) resultado das liquidações diárias dos contratos futuros usados para proteger os ativos e passivos, bem como o valor justo dos instrumentos derivativos demonstrados na nota 33; (iii) juros de aplicações financeiras, registrados no resultado do exercício e provisionados de acordo com o método de juros efetivos; e (iv) ganhos e perdas associadas a operações denominadas em moeda estrangeira. Nos exercícios findos em 31 dezembro 2018 e 2017, o resultado financeiro líquido consistia em:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(696)	535	(4.317.904)	(963.335)
Ajuste a valor justo de derivativos	(10.797)	-	46.984	28.585
Juros Passivos	(429.655)	(555.438)	(4.361.743)	(5.423.198)
Juros Ativos	96.817	89.328	369.111	362.273
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(15.386)	(269.684)	(372.170)	(439.733)
	(359.717)	(735.259)	(8.635.722)	(6.435.408)
Receita financeira	96.817	89.328	1.530.557	2.042.729
Despesa financeira	(456.534)	(824.587)	(10.166.279)	(8.478.137)
	(359.717)	(735.259)	(8.635.722)	(6.435.408)

28 Resultado por ação

Básico



O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações do período.

	2018	2017
Resultado atribuível aos acionistas	(507.698)	(6.320.111)
Média ponderada de ações do período - milhares	119.227	112.785
Resultado por ações - básico - (R\$)	(4,26)	(56,04)

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A Companhia não apresentou o cálculo do resultado por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras, sendo assim os valores do resultado da ação são iguais no básico e diluído.

29 Segmentos operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob a ótica do ramo de atuação da Companhia e suas subsidiárias. Os segmentos predominantes são: Alimentos, Higiene e Limpeza, Energia e Outros.

Geograficamente a Companhia é segregada por Estados Unidos da América (inclui a América do Norte e Austrália), América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e outros (principalmente Europa e Ásia).

O segmento de alimentos inclui os segmentos apresentados pela subsidiária JBS e suas subsidiárias, que compreendem substancialmente em: Bovinos (abate de bovinos, frigorificação e industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados de origem bovina, tais como: couros, colágeno e demais subprodutos), Suínos (abate, frigorificação, industrialização e comercialização de produtos alimentícios) e Frango (processamento de aves, industrialização e comercialização de produtos alimentícios).

O segmento de higiene e limpeza é representado pela subsidiária Flora, que compreende a industrialização e comercialização de sabão em barra, sabonete, detergente, desinfetante, amaciante, glicerina farmacêutica, sabão de coco, multiuso, desengordurante, shampoos, condicionadores, desodorantes, sabonetes líquidos e inseticidas.

O segmento de energia está relacionado à Subsidiária Âmba, que consiste na prestação de serviço de operação e manutenção de usinas termelétricas e a geração, transmissão e comercialização de energia, bem como a compra, importação, comercialização e distribuição de gás natural, óleo diesel e outros combustíveis.

No segmento "outros" foram relacionados as demais ramos de atuação que não apresentam valores relevantes em relação ao montante da Companhia e suas subsidiárias.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas nas demonstrações contábeis. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, que de acordo com suas políticas contábeis, inclui a receita líquida, lucro operacional e depreciação.

A rentabilidade do segmento revisada pela Diretoria Executiva é o lucro operacional, que não inclui a receita (despesa) financeira, a participação nos lucros ou prejuízos de investidas no patrimônio líquido ou o imposto de renda.

A informação por segmento operacional consolidado, são as seguintes:

Segmentos apresentados por modalidade de produto:

Segmentos	Receitas líquidas		Lucro operacional		Depreciação	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Alimentos	181.527.594	163.068.344	7.004.817	6.728.452	4.804.976	4.471.669
Higiene e limpeza	1.068.211	838.686	167.051	(9.362)	30.116	31.870
Energia	7.792	508.553	(78.552)	201.739	28.940	29.017
Outros	1.816	13.898	(325.666)	(7.011.025)	167	184
Total	182.605.414	164.429.482	6.767.651	(90.196)	4.864.199	4.532.740

Total de ativos por modalidade de produto:

	2018	2017
Total de ativos		
Alimentos	103.884.764	76.415.783
Higiene e limpeza	423.982	230.988
Energia	797.902	733.020
Outros	15.732.192	38.671.675
Operações Descontinuadas	9.216.053	9.526.954
Total	130.054.894	125.578.420

Segmentos apresentados por área geográfica:

Segmentos	Receitas líquidas		Lucro operacional		Depreciação	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Estados Unidos da América	136.729.002	117.437.396	9.031.747	9.080.417	3.013.072	2.511.335
América do Sul	43.879.412	42.171.255	525.346	(9.191.937)	1.836.087	1.872.432
Outros	1.996.999	4.820.831	(2.789.443)	21.324	15.040	148.973
Total	182.605.414	164.429.482	6.767.651	(90.196)	4.864.199	4.532.740

Total de ativos por área geográfica:

	2018	2017
Total de ativos		
Estados Unidos da América	73.042.765	55.179.005
América do Sul	50.662.721	69.078.137
Outros	6.349.408	1.321.278
Total	130.054.894	125.578.420

30 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos vendidos				
Custo de estoques, matérias-primas e insumos	-	-	(133.373.200)	(119.991.875)
Salários e benefícios	(514)	(3.075)	(18.497.796)	(16.251.102)
Depreciação e amortização	-	(24)	(4.092.684)	(3.829.009)
Outros	-	(2.113)	(31.525)	(46.260)
	<u>(514)</u>	<u>(5.212)</u>	<u>(155.995.206)</u>	<u>(140.118.246)</u>
Despesas administrativas e gerais				
Parcelamentos fiscais, trabalhistas e sociais (PEP e Funrural)	-	-	(2.475.290)	(2.228.397)
Salários e benefícios	(48.708)	(31.410)	(3.785.069)	(3.488.233)
Honorários, serviços e despesas gerais	(39.530)	(182.333)	(1.769.455)	(2.337.973)
Depreciação e amortização	(166)	(136)	(598.812)	(507.452)
Perda/(reversão) por valor recuperável	-	-	(156.465)	34.680
Outros	(68.404)	(65.095)	(72.566)	(92.274)
	<u>(156.808)</u>	<u>(278.974)</u>	<u>(8.857.657)</u>	<u>(8.619.649)</u>
Despesas com vendas				
Fretes e despesas de vendas	-	(12)	(8.915.259)	(7.373.152)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(238.326)	(88.169)
Salários e benefícios	-	-	(619.582)	(711.680)
Depreciação e amortização	-	-	(172.701)	(196.734)
Propaganda e marketing	(75.996)	(68.210)	(532.990)	(586.493)
Comissões	-	(52)	(203.904)	(202.244)
Outros	(176)	(19)	(20.801)	(1.661)
	<u>(76.172)</u>	<u>(68.293)</u>	<u>(10.703.563)</u>	<u>(9.160.132)</u>

31 Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ganho (perda) na alienação de investimentos em controladas	(114.017)	3.194.513	(114.017)	4.230.479
Ganho (perda) na alienação de outros investimentos	896	5.459	896	5.459
Acordo de leniência ¹	-	(10.300.000)	-	(10.300.000)
Outros	5.796	(564.616)	(168.217)	(557.589)
	<u>(107.325)</u>	<u>(7.664.644)</u>	<u>(281.338)</u>	<u>(6.621.651)</u>

¹ Em 2017 a Companhia registrou em suas demonstrações contábeis o valor de R\$ 10,3 bilhões a título de Acordo de Leniência firmado com o Ministério Público Federal em junho de 2017, conforme descrito na nota explicativa 2.

32 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018 o limite máximo individual de cobertura de seguros para as controladas incluídas na consolidação era o seguinte:

Para a Subsidiária JBS S.A. e a sua subsidiária Seara Alimentos, o Limite Máximo Individual - LMI de cobertura era R\$ 150.000 (R\$ 150.000 em 31 de dezembro de 2017). Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros. Para a controlada da JBS, JBS USA, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para de R\$ 1,9 bilhões (US\$ 500.000) em 31 de dezembro de 2018, e R\$ 1,6 bilhões (US\$ 500.000) em 31 de dezembro de 2017. Para a Eldorado em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais e responsabilidade civil totalizam R\$ 8.907.791, e em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$ 7.686.294.

Para a Âmbor Energia a cobertura de seguros de riscos operacionais é R\$ 1.838.320, para Flora Produtos de Hig. e Limpeza a cobertura referente as Fábricas e aos centros de distribuições, englobando todos os tipos de riscos é de R\$ 68 milhões.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

33 Instrumentos financeiros e gestão de riscos:

A Companhia utiliza a mensuração apresentada na nota 3 a cada data de balanço em conformidade com as regras estabelecidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros:

Instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadros abaixo

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
CDB e títulos públicos	5	441.902	862.610	5.393.457	7.211.031
Derivativos a receber		-	-	52.797	30.760
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e Bancos	5	562	141	4.014.032	5.928.955
Contas a receber de clientes	6	-	327	9.706.867	9.436.827
Dividendos a receber	21	2.120	51.666	-	-
Títulos a receber	11	542.144	554.620	542.144	554.620
Créditos com empresas ligadas	12	38.202	39.843	705.368	873.900
Ativos disponíveis para venda	10	1.606.039	1.174.125	10.822.092	10.701.078
Total		2.630.969	2.683.332	31.236.757	34.737.171
Passivos					
Passivos pelo custo amortizado					
Fornecedores	17	(7.672)	(8.739)	(13.180.212)	(10.147.975)
Acordo de Leniência	18	(10.700.577)	(10.390.432)	(10.700.577)	(10.390.432)
Empréstimos e financiamentos	22	(779)	(129.423)	(56.156.960)	(57.478.135)
Débito com terceiros	12	-	-	(69.213)	(113.024)
Partes relacionadas	20	(552.189)	(448.540)	(519.392)	(244.663)
Derivativos a pagar		-	-	(210.015)	(118.684)
Total		(11.261.217)	(10.977.134)	(80.836.369)	(78.492.913)

Reconhecimento do valor justo por meio do resultado: (i) os CDB's são atualizados pela taxa efetiva, porém são títulos de curtíssimo prazo e negociados com instituições financeiras de primeira linha, e seu o reconhecimento contábil está muito próximo ao valor justo; (ii) os títulos públicos são atualizados pelo PU de mercado.

Reconhecimento pelo custo amortizado: (i) com a adoção do IFRS 9/ CPC 48, os títulos classificados como empréstimos e recebíveis passaram a ser classificados como custo amortizado, porém sem qualquer alteração em sua natureza ou no modelo de negócio; (ii) o contas a receber de clientes é de curto prazo cujo saldo dos recebíveis está reduzido das perdas esperadas.

a. Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos avaliados por meio de resultado:

A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Controladora e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Controladora								
	Ativos circulantes						Passivos circulantes	
	Outras aplicações		CDB		Derivativos a receber (net)		Derivativos a pagar (net)	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Nível 1	562	141	-	-	-	-	-	-
Nível 2	-	-	441.902	862.610	-	-	-	-

Consolidado								
	Ativos circulantes						Passivos circulantes	
	Outras aplicações		CDB		Derivativos a receber (net)		Derivativos a pagar (net)	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Nível 1	4.014.032	5.928.955	-	-	-	-	-	-
Nível 2	-	-	5.393.457	7.211.031	52.797	30.760	210.015	118.684

O valor contábil dos instrumentos financeiros são muito próximos ao valor justo, considerando os critérios definidos para apuração dos níveis 1 e 2 na hierarquia do valor justo.

b. Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos classificados como custo amortizado:

Os ativos e passivos classificados como custo amortizado se enquadram no nível 2 na hierarquia de valor justo. A exceção são as Notas sênior (bonds) que possuem preços observáveis em mercados ativos e por isso são considerados na hierarquia de mensuração de valor justo como Nível 1.

c. Valor justo dos empréstimos e financiamentos:

O cálculo do valor justo é feito para os empréstimos relacionados às Notas emitidas sob as Regras 144 A e Reg S., considerando que há um mercado ativo para esses instrumentos financeiros. Para este cálculo, a Companhia utilizou o preço de fechamento destes títulos divulgado oficialmente por agências de notícias financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. O valor contábil dos empréstimos restantes de taxa fixa se aproxima do valor justo, considerando que as taxas de juros de mercado, a qualidade do crédito da Companhia e outros fatores de mercado não mudaram significativamente desde a captação. O valor contábil dos empréstimos com taxa variável se aproxima do valor justo, pois as taxas se ajustam as variações de mercado e a qualidade do crédito da Companhia não alterou substancialmente. Para todos os outros ativos e passivos financeiros, o valor contábil se aproxima do valor justo devido a curta duração dos instrumentos financeiros. A seguir, apresentamos os detalhes dos valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	Consolidado					
	31.12.18			31.12.17		
	Principal	Preço (% do Principal)	Valor de Mercado do Principal	Principal	Preço (% do Principal)	Valor de Mercado do Principal
JBS S.A. Notas 2020	-	-	-	3.308.000	102,37	3.386.400
JBS S.A. Notas 2023	3.002.970	99,59	2.990.658	2.563.700	95,43	2.446.539
JBS S.A. Notas 2024	2.906.100	101,49	2.949.401	2.481.000	99,02	2.456.686
JBS S.A. Notas 2026	1.937.412	98,69	1.912.110	-	-	-
JBS Lux Notas 2020	-	-	-	2.315.600	102,30	2.368.859
JBS Lux Notas 2021	2.564.994	101,00	2.590.644	3.804.200	102,50	3.899.305
JBS Lux Notas 2024	2.906.100	99,99	2.905.810	2.481.000	99,75	2.474.798
JBS Lux Notas 2025	3.487.320	96,75	3.373.983	2.977.200	97,00	2.887.884
JBS Lux Notas 2028	3.487.320	97,00	3.382.701	-	-	-
PPC Notas 2025	3.874.801	94,00	3.631.851	2.481.000	103,00	2.561.633
PPC Notas 2027	3.293.580	90,00	2.976.573	1.984.800	103,00	2.047.917
Moy Park	-	-	-	1.334.593	103,04	1.375.165
	<u>27.460.597</u>		<u>26.713.731</u>	<u>25.731.093</u>		<u>25.905.186</u>

d. Resultado financeiro por categoria de instrumento financeiro:

Resultado financeiro por categoria de instrumento financeiro	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
<i>Valor justo por meio do resultado</i>	(426.830)	(162.121)	(213.531)	(156.840)
<i>Empréstimos e recebíveis</i>	74.087	64.629	92.970	(506.990)
<i>Passivos pelo custo amortizado</i>	(6.439)	(614.961)	(8.515.493)	(5.745.496)
<i>Outros</i>	(536)	(22.806)	332	(26.082)
Total	(359.717)	(735.259)	(8.635.722)	(6.435.408)

Gestão de riscos:

Em sua rotina operacional, a Companhia e suas controladas geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas de maneira integrada pela Diretoria de Controle de Riscos (Risk Management), seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities definida pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação da Comissão de Gestão de Riscos para posterior envio ao Conselho de Administração, que supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

A seguir são apresentados os riscos e operações em que a Companhia está exposta no corrente período. Adicionalmente, também é apresentada a análise de sensibilidade para cada tipo de risco, que consiste na apresentação dos efeitos no Resultado Financeiro quando de possíveis alterações, de 25% a 50%, nas variáveis relevantes de cada risco. Para o cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da Metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 99% e horizonte de um dia.

a. Risco de mercado:

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Conselho de Administração.

É função da Diretoria de Controle de Riscos garantir que as demais áreas operacionais da Companhia estejam dentro dos limites de exposição definidos pela Administração da Companhia, financeiramente protegidas contra oscilações de preços, centralizando as exposições e verificando o cumprimento da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

A Diretoria de Controle de Riscos utiliza sistemas de informação próprios e de terceiros, específicos para o gerenciamento de posições e riscos de mercado, efetuando análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a B3 e Bolsa de Chicago (Chicago Mercantile Exchange).

a1. Risco da taxa de juros:

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate) e EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

A Diretoria entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a taxas de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017, demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

**Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:**

Nota de crédito - Exportação

Partes relacionadas

CDB-DI

Títulos Públicos

Total**Exposição de passivos à taxa EURIBOR:**

Capital de giro - Euros

Finimp

Nota de crédito - importação

Outros

Total**Exposição de passivos à taxa LIBOR:**

Partes relacionadas

Capital de giro - Euro/Dólares Americanos

Pré-pagamento

FINIMP

ACC - Adto. de contrato de câmbio

Nota de crédito - importação

Term loan JBS Lux 2022

Linha de crédito PPC - Term Loan

Outros

Total**Exposição de passivos à taxa TJLP:**

FINAME

Capital de giro - Reais

Total**Exposição de passivos à taxa IPCA:**

Acordo de Leniência

Total**Exposição de passivos à taxa SELIC:**

FINAME

Total

Consolidado	
31.12.18	31.12.17
(1.840.156)	(2.246.775)
(317.011)	(244.156)
5.393.457	7.211.031
3.094.464	2.263.720
(61.148)	(189.954)
(5.440)	(20.340)
-	(187.462)
(67.626)	(6.004)
(134.214)	(403.760)
(44.235)	-
(246.090)	(201.072)
(6.969.647)	(8.133.841)
(5.440)	(20.340)
-	(198)
(117.700)	(286.103)
(12.591.156)	-
(1.909.974)	-
20.129	(31.724)
(21.864.113)	(8.673.278)
(92.939)	(151.869)
(141.047)	(302.339)
(233.986)	(454.208)
(10.700.577)	(10.390.432)
(10.700.577)	(10.390.432)
(550)	(719)
(550)	(719)

A Administração considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar este tipo de risco, exceto em função de situações específicas que possam se apresentar.

Análise de sensibilidade

Exposição	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
CDI	Aumento	6,4 %	6,47 %	1.981	8 %	49.531	9,6 %	99.063
TJLP	Aumento	6,98 %	7,05 %	(163)	8,72 %	(4.081)	10,47 %	(8.162)
SELIC	Aumento	4,82 %	4,87 %	-	6,03 %	(7)	7,23 %	(13)
Euribor	Aumento	(0,12)%	(0,12)%	(2)	(0,09)%	(40)	(0,06)%	(80)
Libor	Aumento	3,01 %	3,04 %	(6.588)	3,77 %	(164.697)	4,52 %	(329.394)
IPCA	Aumento	3,75	3,79	(4.013)	4,69	(100.318)	5,63	(200.636)
				(8.785)		(219.612)		(439.222)

a.2 Risco de variação cambial

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos as estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Diretoria de Controle de Riscos emprega instrumentos de proteção aprovados pelo Conselho de Administração, como contratos futuros, NDFs (Non-Deliverable Forwards), DFs (Deliverable Forwards), contratos de opicionalidade e contratos de troca de indexador (Swaps), visando a proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Controladora. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), Dólar Canadense (C\$), Euro (€), Libra Esterlina (£) e Peso Mexicano (MXN). No Consolidado, a Companhia divulga de forma combinada a sua exposição em relação a cada indexador com base na moeda funcional de cada país, ressaltando as operações das controladas da JBS USA indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), na Austrália, cuja moeda funcional é o Dólar Australiano (AUD).

O valor contábil dos ativos e passivos e outras posições expostas ao risco de moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são apresentados abaixo em conjunto com o notional dos contratos de derivativos destinados a reduzir a exposição de acordo com a Política de Gestão de Riscos e de Commodities. A exposição é em relação ao Real.

	USD		CAD		EUR		GBP		MXN	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
OPERACIONAL										
Caixa e equivalentes	2.075.129	1.614.777	8.704	-	68.825	38.285	1.345	462	350.557	168.119
Contas a receber	2.510.654	3.076.943	10.614	5.496	902.741	227.215	37.269	82.550	353.386	272.930
Pedidos de venda	3.184.075	2.867.967	48.218	20.568	518.778	432.811	130.914	117.525	-	-
Fornecedores	(112.537)	(88.315)	-	-	(81.770)	(65.308)	(8.827)	(33.398)	(552.039)	(240.885)
Pedidos de compra	(77.648)	(67.668)	-	-	(34.891)	(16.056)	-	-	-	-
Subtotal	7.579.673	7.403.704	67.536	26.064	1.373.683	616.947	160.701	167.139	151.904	200.164
FINANCEIRO										
Partes relacionadas (net)	(14.076.434)	(4.820.339)	186.238	-	10.229	2.275	(1.259)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(78.108.344)	(74.450.129)	-	-	(220.620)	(397.756)	-	-	-	(254.233)
Subtotal	(92.184.778)	(79.270.468)	186.238	-	(210.391)	(395.481)	(1.259)	-	-	(254.233)
Total da Exposição	(84.605.105)	(71.866.764)	253.774	26.064	1.163.292	221.466	159.442	167.139	151.904	(54.069)
DERIVATIVOS										
Contratos futuros	427.584	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deliverable Forwards (DF's)	382.784	(18.237)	14.329	6.864	111.009	(107.603)	(43.611)	(48.006)	(677.765)	-
Non Deliverable Forwards (NDF's)	5.783.480	2.577	-	-	(39.608)	(26.811)	(113.249)	(101.873)	-	-
Total dos Derivativos	6.593.848	(15.660)	14.329	6.864	71.401	(134.414)	(156.860)	(149.879)	(677.765)	-
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(78.011.257)	(71.882.424)	268.103	32.928	1.234.693	87.052	2.582	17.260	(525.861)	(54.069)

a2.1 Análise de sensibilidade e detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:**a2.1.1 US\$ (Dólar americano):****Análise de sensibilidade**

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do câmbio em 25%		Cenário (III) Variação do câmbio em 50%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
Operacional	Apreciação	3,8748	3,9659	178.179	4,8435	1.894.640	5,8122	3.789.281
Financeira	Depreciação	3,8748	3,9659	(2.167.029)	4,8435	(23.042.816)	5,8122	(46.085.631)
Derivativos	Apreciação	3,8748	3,9659	155.005	4,8435	1.648.220	5,8122	3.296.441
				<u>(1.833.845)</u>		<u>(19.499.956)</u>		<u>(38.999.909)</u>

Para fins de proteção cambial a Companhia inclui em sua exposição a dívida líquida de controladas no exterior. Embora essas dívidas não gerem exposição cambial no resultado da Companhia (por estarem no exterior, e na moeda funcional de cada país), essas dívidas na consolidação sofrem efeito do câmbio, impactando o patrimônio líquido como variação cambial de investimento, influenciando o endividamento consolidado da Companhia, e consequentemente os indicadores de alavancagem.

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado		
			31.12.18		
			Quantidade	Nocional (R\$)	Valor justo
Futuro B3	Dólar Americano +DDI	Compra	2.207	427.584	(1.092)

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.18			31.12.17		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Dólar Americano	Compra	98.788	382.784	9.772	(5.513)	(18.237)	(2.316)
Non Deliverable Forwards	Dólar Americano	Compra	1.492.588	5.783.480	(16.397)	779	2.577	(20)

a2.1.2 C\$ (Dólar Canadense):

Análise de sensibilidade

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do câmbio em 25%		Cenário (III) Variação do câmbio em 50%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
Operacional	Apreciação	2,8451	2,7702	(1.777)	2,1338	(16.884)	1,4226	(33.768)
Financeira	Apreciação	2,8451	2,7702	(4.902)	2,1338	(46.559)	1,4226	(93.119)
Derivativos	Apreciação	2,8451	2,7702	(377)	2,1338	(3.582)	1,4226	(7.165)
				<u>(7.056)</u>		<u>(67.025)</u>		<u>(134.052)</u>

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.18			31.12.17		
			Nocional (CAD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (CAD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Dólar Canadense	Compra	5.036	14.329	1.182	2.606	6.864	(409)

a.2.3 EXPOSIÇÃO ao € (EURO)

Análise de sensibilidade

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do câmbio em 25%		Cenário (III) Variação do câmbio em 50%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
Operacional	Apreciação	4.439	4.3208	(36.583)	3.3293	(343.457)	2.2195	(686.945)
Financeira	Depreciação	4.439	4.3208	5.603	3.3293	52.603	2.2195	105.211
Derivativos	Apreciação	4.439	4.3208	(1.902)	3.3293	(17.852)	2.2195	(35.706)
				<u>(32.882)</u>		<u>(308.706)</u>		<u>(617.440)</u>

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.18			31.12.17		
			Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Euro	Compra	25.008	111.009	2.829	(27.109)	(107.603)	275
Non Deliverable Forwards	Euro	Venda	(8.923)	(39.608)	1.418	(6.755)	(26.811)	(40)

a.2.4 EXPOSIÇÃO à £ (Libras Esterlinas)

Análise de sensibilidade

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do câmbio em 25%		Cenário (III) Variação do câmbio em 50%	
			Câmbio	Efeito ao resultado	Câmbio	Efeito ao resultado	Câmbio	Efeito ao resultado
				Consolidado		Consolidado		Consolidado
Operacional	Apreciação	4,9617	4,8252	(4.423)	3,7213	(40.175)	2,4809	(80.351)
Financeira	Depreciação	4,9617	4,8252	35	3,7213	315	2,4809	630
Derivativos	Depreciação	4,9617	4,8252	4.317	3,7213	39.215	2,4809	78.430
				<u>(71)</u>		<u>(645)</u>		<u>(1.291)</u>

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.18			31.12.17		
			Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Libra Esterlina	Venda	(8.790)	(43.611)	(612)	(10.736)	(48.006)	569
Non Deliverable Forwards	Libra Esterlina	Venda	(22.825)	(113.249)	2.352	(22.783)	(101.873)	(486)

a.2.1.5 MXN (Peso Mexicano):

Análise de sensibilidade

			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do câmbio em 25%		Cenário (III) Variação do câmbio em 50%	
				Efeito ao resultado		Efeito ao resultado		Efeito ao resultado
Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Consolidado	Câmbio	Consolidado	Câmbio	Consolidado
Operacional	Apreciação	0,1972	0,2018	3.505	0,2465	37.976	0,2958	75.952
Derivativos	Depreciação	0,1972	0,2018	(15.638)	0,2465	(169.441)	0,2958	(338.882)
				<u>(12.133)</u>		<u>(131.465)</u>		<u>(262.930)</u>

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

			Consolidado					
			31.12.18			31.12.17		
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Nocional (MXN)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (MXN)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Peso Mexicano	Venda	(3.436.940)	(677.765)	(24.314)	-	-	-

b. Risco de preços de commodities

A Companhia atua globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo de soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities da Companhia e propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias para mitigar tais exposições.

Parte significativa dos insumos da Companhia são ativos biológicos. Visando manter o fluxo contínuo destes insumos, a Companhia utiliza contratos de compra a termo com os fornecedores. Para complementar a compra a termo, a Companhia utiliza instrumentos derivativos para mitigar exposições específicas, principalmente os contratos futuros, para mitigar o impacto da flutuação do preço - nos estoques e contratos de venda. A Companhia julga adequado assumir o valor médio gasto com os insumos como parâmetro indicativo de valor operacional a ser protegido pelos contratos firmes.

b1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (boi) da Controladora:

O ramo de atuação da Controladora está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. As compras a termo de gado podem ser negociadas com preço em aberto (preços marcados ao preço atual no dia de entrega) ou preços fixos. A Companhia pode utilizar contratos futuros negociados na BM&F Bovespa para equilibrar as exposições.

Os fatores que influenciam a estratégia de redução de risco do preço de commodities são os prazos dos contratos a termo para compras de gado, considerando todos os valores e prazos negociados.

A exposição da Companhia às flutuações de preços de gado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição em cada período.

EXPOSIÇÃO em Commodities (boi)	31.12.18	31.12.17
Contratos firmes de compra de boi	134.684	26.306
Subtotal	134.684	26.306
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	(5.305)	(23.666)
Subtotal	(5.305)	(23.666)
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	129.379	2.640

Análise de sensibilidade:



Exposição	Risco	Preço atual	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da @ em 25%		Cenário (III) Variação da @ em 50%	
			Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
Operacional	Depreciação	153,4	150,45	(2.589)	115	(33.671)	76,7	(67.342)
Derivativos de proteção cambial	Apreciação	153,4	150,45	102	115	1.326	76,7	2.652
				<u>(2.487)</u>		<u>(32.345)</u>		<u>(64.690)</u>

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	31.12.18			31.12.17		
			Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro B3	Commodities (Boi)	Venda	119	(5.305)	(110)	480	(23.666)	(10)

b2. Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (grãos) da Seara Alimentos:

O ramo de atuação da Seara Alimentos está exposto à volatilidade dos preços de grãos, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

A Seara Alimentos, de acordo com sua política de gerenciamento de estoque, iniciou a estratégia de gestão de risco de preço de grãos atuando no controle físico, que inclui expectativas de consumo futuro, compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, através da contratação de hedge de futuro de grãos na BM&F, CME e no mercado de balcão, através de NDFs (Non-Deliverable Forwards), visando garantir o preço de mercado.

Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VaR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço de grãos da Seara Alimentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

EXPOSIÇÃO em Commodities (Grãos)	Seara Alimentos	
	31.12.18	31.12.17
OPERACIONAL		
Pedidos de compras	24.378	61.239
Subtotal	<u>24.378</u>	<u>61.239</u>
DERIVATIVOS		
Non Deliverable Forwards (NDF's)	(243.135)	(3.978)
Subtotal	<u>(243.135)</u>	<u>(3.978)</u>
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	<u>(218.757)</u>	<u>57.261</u>

Análise de sensibilidade:

Exposição	Risco	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do preço em 25%		Cenário (III) Variação do preço em 50%	
		Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
			Consolidado		Consolidado		Consolidado
Operacional	Depreciação	25 %	609	25 %	6.095	50 %	12.189
Derivativos	Apreciação	25 %	(6.076)	25 %	(60.784)	(50)%	(121.568)
			<u>(5.467)</u>		<u>(54.689)</u>		<u>(109.379)</u>

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	31.12.18			31.12.17		
			Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro B3	Commodities (Grãos)	Venda	2.585	(243.135)	(281)	1.597	(3.978)	(631)

b.3 Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities da subsidiária indireta JBS USA

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço de "commodities" da subsidiária integral JBS USA em 31 de dezembro de 2018 e 2017 demonstrados abaixo estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

	JBS USA	
	31.12.18	31.12.17
OPERACIONAL		
Contratos firmes de compra	9.392.509	10.078.159
Subtotal	9.392.509	10.078.159
DERIVATIVOS		
Deliverable Forwards	(3.577.258)	(4.749.990)
Subtotal	(3.577.258)	(4.749.990)
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	5.815.251	5.328.169

Análise de sensibilidade

Risco de commodities JBS USA		Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do preço em 25%		Cenário (III) Variação do preço em 50%	
		Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
			JBS USA		JBS USA		JBS USA
Exposição	Risco						
Operacional	Depreciação	(1,07)%	(100.500)	(25,00)%	(2.348.127)	(50,00)%	(4.696.254)
Derivativos	Apreciação	(1,07)%	38.277	(25,00)%	894.315	(50,00)%	1.788.629
			(62.223)		(1.453.812)		(2.907.625)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	31.12.18			31.12.17		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Commodities (Boi)	Venda	(923.211)	(3.577.258)	(128.984)	(1.435.910)	(4.749.990)	(86.375)

b.4 Risco de preços na compra de madeira Eldorado

A Eldorado está exposta à volatilidade dos preços da madeira somente para os novos contratos não fechados, cuja variação resulta de fatores fora do controle da mesma, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas silviculturais e outros. Com o objetivo de garantir matéria-prima para operacionalização de sua fábrica, a Companhia vem efetuando compras de madeira para entrega futura, com pagamentos parciais antecipados, não ficando exposta à volatilidade de preços para os contratos já firmados.



	31.12.18	31.12.17
Valor estimado de contratos firmes	968.675	733.888
Adiantamentos efetuados	(534.716)	(454.949)
TOTAL	433.959	278.939

Os riscos de não recebimento da madeira são mitigados pelo constante acompanhamento do desenvolvimento das florestas pelos seus especialistas.

c. Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção.

Para o caso das operações financeiras que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), a Companhia emprega limites de exposição definidos pela Comissão de Gestão de Riscos, baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

Montantes aplicados em títulos privados (notadamente Certificados de Depósitos Bancários), bem como valores justos acumulados a receber em operações de proteção contratadas com bancos, devem obedecer a seguinte tabela de limites para que o volume total não ultrapasse um determinado percentual do patrimônio líquido da instituição financeira (%PL). Em conjunto, devem ser observados os limites quanto ao horizonte de tempo (horizonte máximo) para que a aplicação seja resgatada.

Categoria	%PL	Horizonte máximo
AAA	2 %	5 anos
AA	1 %	3 anos
A	0,5 %	2 anos
BBB	0,25 %	1 ano

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	442.464	862.751	9.407.489	13.139.986
Contas a receber de clientes	6	-	327	9.706.867	9.436.827
Títulos a receber	11	542.144	554.620	542.144	554.620
Partes relacionadas	12	38.202	39.843	705.368	873.900
Ativos disponíveis para venda	10	1.606.039	1.174.125	12.291.888	11.518.783
		2.628.849	2.631.666	32.653.756	35.524.116

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas poderão ter em cumprir as suas obrigações financeiras vindendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez mediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia e suas controladas com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre "EBITDA" em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou

inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Caixa e equivalentes de caixa	9.407.489	13.139.986
Empréstimos e financiamentos no CP	(2.924.730)	(13.744.297)
Indicador de liquidez modificado	(3,22)	(0,96)
Indicador de alavancagem ¹	3,01 x	5,61 x

¹ Para o cálculo da alavancagem é utilizada a taxa de conversão da cotação do último dia do período. O referido critério tem por finalidade equiparar a dívida líquida e o EBITDA à mesma taxa cambial.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	Controladora									
	31.12.18					31.12.17				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	7.672				7.672	8.739	-	-	-	8.739
Débitos com empresas ligadas	342.723	209.466			552.189	155.258	268.075	-	-	423.333
Empréstimos e financiamentos	779				779	128.645	778			129.423

	Consolidado									
	31.12.18					31.12.17				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13.180.212	-	-	-	13.180.212	10.147.975	-	-	-	10.147.975
Empréstimos e financiamentos	13.604.508	13.295.197	4.535.407	21.797.118	53.232.230	13.744.297	10.572.991	33.160.847	-	57.478.135
Débitos com empresas ligadas	341.944	177.448	-	-	519.392	155.258	89.405	-	-	244.663
Passivos financeiros derivativos	210.015	-	-	-	210.015	118.684	-	-	-	118.684
Débitos com terceiros	45.537	18.649	4.950	77	69.213	73.156	28.241	11.550	77	113.024

¹ Inclui juros sobre o saldo de empréstimos e financiamentos. Os pagamentos são estimados pela taxa variável da dívida com base na taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Pagamentos em moeda estrangeira são estimados com base nas taxas de câmbio de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A Controladora possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto a bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 49.791 (R\$ 54.389 em 31 de dezembro de 2017). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

A subsidiária indireta JBS USA e suas controladas, possuem títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 365.781 (R\$ 353.625 em 31 de dezembro de 2017). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

Ainda, na subsidiária direta Seara Alimentos possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 87.411. Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

A Companhia não possui garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

34 Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de junho de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho:	Márcio Antonio Teixeira Linares
Vice-Presidente:	Francisco de Assis e Silva
Membro do Conselho:	Sergio Roberto Caldas Junior
Membro do Conselho:	Erico de Arruda Holanda

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro 2018; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

DIRETORIA EXECUTIVA

Vice Presidente: André Alcantara Ocampos

Contador: Danilo dos Reis (CRC SP: 299039/O-8)
